

**UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO - DPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPEd**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

EDILIO JOSÉ SOARES LIMA

**PEDRAS QUE FALAM: O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DE ARACAJU NO
COTIDIANO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

ARACAJU - 2017

EDILIO JOSÉ SOARES LIMA

**PEDRAS QUE FALAM: O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DE ARACAJU NO
COTIDIANO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa – Educação e Formação Docente.

ORIENTADORA: PROF^a DR^a ILKA MIGLIO DE MESQUITA

ARACAJU - 2017

L732p Lima, Edilio Jose Soares
Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da educação patrimonial. / Edilio Jose Soares Lima ; orientação [de] Profª. Drª. Ilka Miglio de Mesquita – Aracaju: UNIT, 2017.

187 p. il.: 30 cm

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Educação)

1. Patrimônio histórico. 2. Educação patrimonial. 3. Memória coletiva. 4. Identidade. 5. Centro histórico. I. Mesquita, Ilka Miglio de. (orient.). II. Universidade Tiradentes. III. Título.

CDU: 37:351.853(100)(813.7)

EDILIO JOSÉ SOARES LIMA

**PEDRAS QUE FALAM: O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DE ARACAJU NO
COTIDIANO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa – Educação e Formação Docente.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2017.

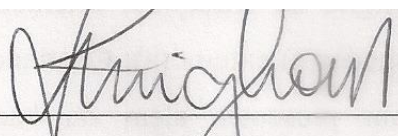
BANCA EXAMINADORA

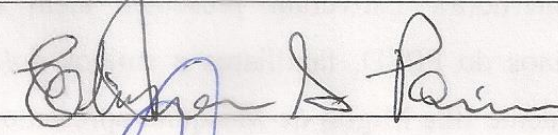
Prof^a Dr^a Ilka Miglio de Mesquita PPED/UNIT

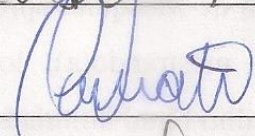
Prof. Dr Elison Antonio Paim MEN/UFSC

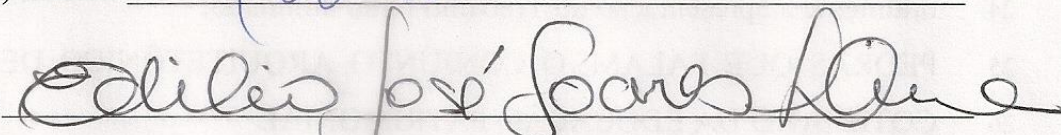
Prof. Dr Cristiano de Jesus Ferronato PPED/UNIT

Assinaturas:

Orientador(a)  _____

Examinador(a) Externo:  _____

Examinador(a) Interno:  _____

Mestrando(a):  _____

ARACAJU - 2017

A João, Pedro e Aline.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é reconhecimento, é valorizar a importância, a influência e a benesse de alguém ao longo do caminho em busca de um objetivo. Neste sentido, minha gratidão a:

Deus por mais essa oportunidade.

Meus pais, Antonio Pereira Lima e Maria Lucia Soares Lima e irmãos por me apoiarem na ousada decisão de cursar um mestrado sem ter o tempo necessário para atender esse desafio e, portanto, sofrerem com o distanciamento.

Minha mestra, amiga e orientadora, professora Ilka Miglio, pelo incentivo, pela orientação e parceria ao longo desta pesquisa e de outras iniciativas acadêmicas.

Os professores do curso, em especial ao professor Cristiano Ferronato, com atenciosas colocações e indicações que contribuíram bastante para essa obra. Ao professor Elison Antonio Paim, com sua impecável prontidão e entrega na orientação da qualificação.

Os meus doadores de percepção: os especialistas, Ana Conceição, Luiz Fernando Soutelo e Terezinha Oliva, que compartilharam suas experiências profissionais elucidando os mistérios do campo patrimonial, os professores Reginaldo Reis, Mônica Leite e Rosilene Sousa, por mostrarem como funciona o universo das instituições públicas de ensino em seu cotidiano e na relação com o acervo cultural; e em especial os transeuntes voluntários, Elis Regina, Flávio André, José Gonçalves e Wedmy Dória, que nos doaram um pouco de seu tempo para expor suas percepções e sentimentos sobre o espaço urbano e o acervo cultural.

Os colegas do Mestrado em Educação da turma de 2015 e do Grupo de Pesquisa - História, Memória, Educação e Identidade, que me incentivaram e contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Todos meus amigos e alunos que durante dois anos emprestaram seus ouvidos para reclamações sobre as árduas exigências da labuta acadêmica e discursos empolgados sobre as descobertas da pesquisa.

O Instituto Federal de Sergipe pela oportunidade de capacitação que me permitiu chegar até aqui.

A meus filhos, João e Pedro, pela paciência em tantas horas de ausência. E ao meu grande amor, Aline Magna, que está presente em todos os momentos da minha vida, e nessa dissertação não foi diferente, muito obrigado por você existir e estar ao meu lado.

“A Cidade aparece como um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e, uma vez que aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer.”

Ítalo Calvino

RESUMO

Diante da crise contemporânea da identidade e dos caminhos que traçaram a trajetória do patrimônio cultural oficial do município de Aracaju, esse trabalho busca compreender a apropriação do patrimônio cultural do centro histórico da cidade pelo sujeito aracajuano e como os aspectos pedagógicos, envolvidos na conformação da materialidade arquitetônica e urbanística da capital, podem colaborar para essa apropriação e garantir sua preservação. Fez-se uso de fontes textuais, iconográficas e orais para analisar a tessitura urbana da cidade-capital e mapear experiências em lugares de rememoração incutidos no conjunto arquitetônico do sítio fundacional da urbe. O diálogo teórico dá-se com historiadores, sociólogos e filósofos que trabalham as relações entre o urbano, o patrimônio, a memória e a identidade e autores empenhados em demonstrar como o discurso constitui sentidos sobre a cidade. As conclusões sinalizam para o papel do patrimônio no projeto de modernidade da cidade e para a relevância da materialidade na educação patrimonial na forja da cultura urbana de Aracaju.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Patrimônio Histórico. 2. Educação Patrimonial. 3. Memória coletiva. 4. Identidade. 5. Centro Histórico.

ABSTRACT

In the face of the contemporary crisis of identity and the paths that have traced the trajectory of the official cultural heritage of the city of Aracaju, this work seeks to understand the appropriation of the cultural heritage of the historical center of the city by the aracajuano subject and how the pedagogical aspects involved in the conformation of materiality Architectural and urban planning of the capital can collaborate for this appropriation and ensure its preservation. Text, iconographic and oral sources were used to analyze the urban fabric of the capital city and to map experiences in places of remembrance instilled in the architectural complex of the city's founding site. The theoretical dialogue is with historians, sociologists and philosophers who work the relations between urban, heritage, memory and identity and authors committed to demonstrate how the discourse constitutes senses about the city. The conclusions point to the role of patrimony in the project of modernity of the city and to the relevance of materiality in heritage education in the forge of Aracaju urban culture.

KEY-WORDS: 1. Historical heritage. 2. Patrimonial Education. 3. Collective memory. 4. Identity. 5. Historical Center.

Lista de Ilustrações

Fig. 01	Mapa de Aracaju no ano de 1855.	67
Fig. 02	Mapa de Aracaju em 1857, malha do núcleo fundacional.	69
Fig. 03	Vista da Rua da Aurora (cartão postal).	70
Fig. 04	Vista da Praça do Palácio – casario (cartão postal).	72
Fig. 05	Pç 24 de outubro, Cadeia Pública (cartão postal).	73
Fig. 06	Rua Japarutuba, ao fundo Igreja de São Salvador (cartão postal).	73
Fig. 07	Fachada da Assembleia (cartão postal).	73
Fig. 08	Pç Benjamim Constant e Catedral (cartão postal).	73
Fig. 09	Inauguração do Jardim Olympio Campos (cartão postal).	77
Fig. 10	Jardim Olympio Campos em dia de festa (cartão postal).	77
Fig. 11	Vista da Fachada original do Palácio Presidencial (cartão postal).	77
Fig. 12	Fachada embelezada em estilo Eclético do Palácio Presidencial (cartão postal).	77
Fig. 13	Vista da Fachada original da Assembleia (cartão postal).	77
Fig. 14	Fachada embelezada em estilo Eclético da Assembleia (cartão postal).	77
Fig. 15	Vista do Grupo Escolar General Siqueira, Rua de Itabaiana (cartão postal).	78
Fig. 16	Vista do Grupo de Barão de Maruim, Av. Ivo do Prado (cartão postal).	78
Fig. 17	Mapa esquemático do centro de Aracaju: distribuição de alguns edifícios públicos do poder político-administrativo- religioso no espaço das três praças.	79
Fig. 18	Vista do Relógio Público (1927), Praça Fausto Cardoso (Fotografia 194?).	82
Fig. 19	Parque Theophilo Dantas, Pç Olímpio Campos, vista do Belvedere, Prédio da Intendência Municipal (à esquerda), e Sede da Cúria (prédio com cúpula).	82
Fig. 20	Vista da fachada principal da Estação Ferroviária, em estilo Art Déco.	83
Fig. 21	Vista da Fachada Art Déco do prédio do IHGS.	83
Fig. 22	Palácio Serigy após a reforma de remodelação da fachada, obra do Arquiteto Harendt von Altenesch, (fotografia 19??).	83
Fig. 23	Aspectos da Estação Rodoviária Gov. Luiz Garcia, inaugurada em 31.01.1962 um ícone do movimento modernista em Aracaju.	84
Fig. 24	Aspectos do Cemitério dos Náufragos, marco fúnebre em homenagem aos naufragos brasileiros vítimas de um ataque na costa de Sergipe.	94
Fig. 25:	Imagem do centro de Aracaju com delimitação da área do Centro Histórico.	106

Lista de abreviaturas e siglas

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CFC	Conselho Federal de Cultura
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CMC	Conselho Municipal de Cultura
CONDURB	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
DCPHA	Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico e Artístico
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
Emsetur	Empresa Sergipana de Turismo
EMURB	Empresa Municipal de Obras e Urbanização
ENEM	Exame Nacional do ensino Médio
Funcaju	Fundação de Cultura de Aracaju
FUNDESC	Fundação Estadual de Cultura
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
Icomos	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IHGS	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
IMEDOC	Instituto do Patrimônio Cultural
INSPAC	Instituto da Memória e Documentação
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MinC	Ministério da Cultura
PAC	Programa de Ação Cultural (década de 70)
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento (2007)
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PNC	Plano Nacional de Cultura
Prodetur	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
SEC	Secretaria de Estado da Cultura
SECULT	Secretaria Estadual da Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (década de 30)
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (década de 80)
SUBPAC	Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIT	Universidade Tiradentes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO – O “CROQUIS”	12
2. ALICERCES DE PEDRA: A CONCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO	31
2.1 Pedra sobre pedra: memória, cidade e identidade.....	32
2.2 Cidade Monumento: campo da educação.....	50
3. CHAVE DE ABÓBODA: O ACERVO PATRIMONIAL DE ARACAJU	62
3.1 Diagnóstico do terreno: a genealogia do patrimônio oficial de Aracaju	63
3.1.1. A “nova ordem”	63
3.1.2. A capital eclética de Sergipe	78
3.2 Código de Preservação: hermenêutica da Legislação Patrimonial	86
4. O SIGNO DA ARQUITETURA: OS ESPAÇOS DE ARACAJU E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	115
4.1 A apropriação dos espaços de representação	131
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES SOBRE A PAISAGEM	159
REFERÊNCIAS	169

1. Introdução – O “Croquis”

“A cidade é um museu aberto da história de sua sociedade. [...] Por esta razão, a cidade, mesmo com milênios, é culturalmente contemporânea. Abriga um acervo sedimentado e uma cultura dinâmica em permanente desenvolvimento.” (A cidade desvendada, Paulo Casé)

Em minha vida profissional, como arquiteto, sempre estive ligado ao Patrimônio Histórico. Primeiro, quando recém-formado (2001), trabalhei por oito anos na Prefeitura de São Cristóvão - SE, locado como arquiteto da Secretaria de Infraestrutura, dialogando por inúmeras ocasiões com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em suas obras de intervenção nos bens tombados ou no sítio urbano da cidade. Depois, já em 2009, assumi o cargo de arquiteto da equipe de preservação da extinta Subsecretaria de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Sergipe – SUBPAC, onde tive acesso a todas as obras tombadas pelo Estado em diversos municípios e, principalmente, em Aracaju. Em ambas as ocupações, sempre fui um entusiasta da causa, mas frustravam-me as estratégias das políticas preservacionistas que se empenhavam excessivamente em manter os bens em bom estado de conservação. Todavia, nada, ou quase nada, era feito para sensibilizar a comunidade da importância desse acervo ou mesmo para que o público se identificasse com ele, reconhecendo-os como parte de sua história, o que deixava cada vez mais distante a população de seu patrimônio e retirava o sentido de todo aquele esforço.

Em uma dessas tramas da vida, através de um clube de corrida (atividade da esfera pessoal), o destino me apresentou a professora doutora Ilka Miglio Mesquita e, dentro de algumas conversas despreziosas em que ideias são lançadas ao vento, descobrimos afinidades em comum pela história e pelo patrimônio cultural das cidades. A partir de então, tive um incentivo quase que diário para cursar o Mestrado em Educação a fim de levar a cabo a tarefa de pesquisar sobre os motivos que ensejam o afastamento das comunidades em relação ao seu

patrimônio cultural e fazer proposituras sobre instrumentos para a educação patrimonial.

Nas leituras realizadas sobre o tema para a construção de um projeto de pesquisa, me defrontei com a descoberta de que no modelo educacional brasileiro, no que se refere à história cultural do país, não temos uma definição para os usos sociais do passado; também pensamos no passado, que poderia ser creditado à forma como o encaramos: ou como um nostálgico tempo perdido ou promovendo-o a um bem de consumo no mercado turístico. A compreensão da história transmitida pelos livros didáticos geralmente se mostra fragmentada, referindo-se a fatos e a personagens numa linha do tempo embaralhada e com poucos encaixes e, apesar de existir diretrizes legais para as discussões sobre patrimônio cultural e para a sua apropriação pelas instituições de ensino com definições sobre os campos disciplinares, suas práticas ainda não possuem um espaço regular no currículo escolar.

Foi a partir desta paisagem educacional insólita que delineou-se uma hipótese inicial de que a população aracajuana, apesar de conviver com os monumentos históricos da capital no cotidiano do espaço urbano, permanece alheia a sua importância como elemento da identidade local. O desafio então seria compreender se a forma de se conceber o patrimônio oficial tem o condão de transformá-lo em “espaços da memória”, entendido como a materialização da pluralidade de experiências vividas e objetos de reflexões histórico-educacionais. Para tanto, a pesquisa focou na possibilidade de ampliação da dimensão espaço-temporal dos sujeitos urbanos na modernidade, buscando, no processo histórico, o recorte de maior contribuição para formação do acervo patrimonial oficial da cidade de Aracaju, mapeando os seus elementos e buscando compreender as formas de apropriação desse acervo pela comunidade.

Tendo em vista que a palavra “modernidade” possui diversas interpretações, variando de acordo com os interesses e aplicações, para este trabalho a modernidade é compreendida como um recorte temporal onde toda estrutura social está montada em torno de uma relativa estabilidade moderna que se diluiu. Para Bauman (2001), na modernidade as relações sociais decompõem-se, tornam-se voláteis na medida em que os parâmetros de classificação dissolvem-se. Trata-se do avanço da individualização, em que o sujeito adquire certa liberdade para ser o que

desejar ser, com destaque ainda o estado de “liquidez”, que se refere exatamente à inconstância e incerteza gerada pela falta de referencial social, pois, ainda segundo o autor,

[...] padrões, códigos e regras a que podíamos nos conformar, que podíamos selecionar como pontos estáveis de orientação e pelos quais podíamos nos deixar depois guiar, que estão cada vez mais em falta. Isso não quer dizer que nossos contemporâneos sejam livres para construir seu modo de vida a partir do zero e segundo sua vontade, ou que não sejam mais dependentes da sociedade para obter as plantas e os materiais de construção. Mas quer dizer que estamos passando de uma era de 'grupos de referência' predeterminados a uma outra de 'comparação universal', em que o destino dos trabalhos de autoconstrução individual [...] não está dado de antemão, e tende a sofrer numerosa e profundas mudanças antes que esses trabalhos alcancem seu único fim genuíno: o fim da vida do indivíduo. (BAUMAN, 2001)

Os referenciais sociais permanecem em sua forma fluida, podendo tomar a forma que as forças sociais e individuais, em momentos específicos, determinarem. Dessa forma, temos o sujeito líquido, aquele em que inúmeras identidades se manifestam em momentos diferentes (BAUMAN, 2001).

Tendo em vista esta ideia de modernidade, pode-se pressupor que a montagem do patrimônio histórico e cultural de uma nação seria um dos dogmas dos Estados modernos, que, por meio de indivíduos notáveis, recrutados entre os intelectuais locais, e apoiados em ferramentas jurídicas, definem o conjunto de bens que formará o seu acervo. Selecionados pelo valor que lhe é conferido, como símbolo da nação ou manifestação cultural emblemática, incide sobre esses bens, a partir de então, a proteção do Estado com o objetivo de garantir a perpetuação dos valores neles inculcados, não pelos indivíduos ou por sua maioria, mas por um grupo de pessoas a quem se confere legalmente o poder de eleger esses valores. Assim se estabelecem os programas de preservação com a proposta de, basicamente, reforçar a identidade, educar e a formar os cidadãos. Esse é, ao menos, o argumento que costuma justificar a organização desses patrimônios e a elaboração de políticas públicas de preservação (FONSECA, 1997).

A definição do patrimônio histórico e cultural de uma determinada sociedade enfrenta dois grandes desafios: o primeiro está relacionado à seleção de bens, que deve ser capaz de representar a pluralidade cultural para garantir o sentimento de pertencimento que endossaria a identidade coletiva; e o segundo, é o de fazer com

que, o acervo eleito, obtenha a consensualidade e seja incorporado à “diferença”¹ (BHABHA, 1994, p.113). A apropriação desses bens e o sucesso dos instrumentos de preservação, como o tombamento², dependem do valor simbólico que os sujeitos atribuem a esses bens. Assim, a busca pelo envolvimento da comunidade nesse processo passaria, necessariamente, pela educação, uma vez que a atribuição de um valor simbólico aos bens patrimoniais depende do nível de conhecimento que se tem a respeito de sua historicidade, sendo fundamental ir além dos instrumentos regulares de proteção do patrimônio.

Por conta disto, atualmente, os atuais programas de preservação inseriram também a função de promover a reflexão e o sentimento de pertencimento pelos nossos “lugares da memória”³ (POLLAK, 1992), por meio de uma educação

¹ Para Bhabha, o hibridismo é uma ameaça à autoridade cultural [...], subvertendo o conceito de origem ou identidade pura da autoridade dominante através da ambivalência criada pela negação, variação, repetição e deslocamento. É também uma ameaça porque é imprevisível. Esses traços do hibridismo fazem com que este transgrida todo o projeto do discurso dominante e exija o reconhecimento da **diferença**, questionando e deslocando "o valor do símbolo para o sinal" do discurso autoritário (BHABHA, 1994, p.113). Provavelmente a característica mais marcante e problemática do hibridismo de Bhabha é a sua ambivalência, a qual não permite que o mesmo solucione tensões entre culturas. O conceito de ambivalência permeia os escritos teóricos de Bhabha, e sua análise é baseada numa clara distinção entre a diversidade cultural - definida como uma categoria - e a **diferença** cultural - definida como um processo. "*Se a diversidade cultural é uma categoria da ética, da estética ou da etnologia comparativa, a diferença cultural é um processo de significação através do qual enunciados sobre ou em uma cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade*" (BHABHA, 1994, p.34).

² O **tombamento** é o ato de reconhecimento do valor histórico de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de propriedade, levando em conta sua função social. O nome *tombamento* advém da Torre do Tombo, arquivo público português onde são guardados e conservados documentos importantes. Um bem histórico é "tombado" quando passa a figurar na relação de bens culturais que tiveram sua importância histórica, artística ou cultural reconhecida por algum órgão que tem essa atribuição. Previsto no art. 216, § 1º da Constituição Federal: "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação", o tombamento é uma modalidade de intervenção estatal na propriedade que se destina a proteger o patrimônio cultural brasileiro, incluído neste a memória nacional, bens de ordem histórica, artística, arqueológica, cultural, científica, turística e paisagística. Para mais informações ver ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016, 24ª Ed, p. 1068.

³ Existem **lugares da memória**, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória [...]. Os monumentos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela. [...] Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte, da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. (POLLAK, 1992) Os lugares da memória seriam, portanto, "[...] formas de manutenção e reconhecimento de existência social de determinados grupos culturais que se unem por uma memória que lhes dá os laços identitários." (MACHADO, 2012, p. 3).

que promova a valorização de nossa polifonia cultural e que permita a compreensão da história registrada pela memória e potencializada pelas práticas de rememoração. Deste modo, as práticas educativas que envolvem a sensibilização ao patrimônio cultural devem ser entendidas como uma possibilidade de diálogo dentro de um processo ativo de conscientização e apropriação de nossa cultura. O objetivo seria convidar para uma reflexão, o que permitiria reconhecer que, sem o envolvimento de todos, fatalmente perderão o significado e desaparecerão da memória coletiva. A memória coletiva, segundo Le Goff (2003), é constituída por materiais cujas formas seriam os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador. A memória constitui parte dos alicerces da História, ofertando-se como documento, como monumento ou através da oralidade.

Jurema Arnaut (2008), em um ensaio para um caderno do IPHAN⁴ sobre Memória e Educação, afirma que um homem desmemoriado, sem referências de seu passado, não teria condição de deliberar sobre o seu futuro, então, irremediavelmente, estaria vulnerável e propício a apropriar-se de qualquer história que lhe for apresentada como sua e a construção de sua identidade ficaria sujeita a moldagem de outros. O mesmo poderia acontecer com a história de um povo. Assim, a disseminação do conhecimento histórico torna-se primordial para o amadurecimento da identidade, tanto pessoal quanto coletiva e, conseqüentemente, para a capacidade de avaliar os elementos históricos com os quais se identifica e pretende se apropriar.

Neste contexto, a cidade se apresentaria como um leque de possibilidades para a construção da consciência histórica uma vez que oferece a oportunidade de se pensar na complexidade temporal, expondo nos elementos que compõem seus espaços ou nos arranjos de suas paisagens as conexões dinâmicas entre passado, presente e futuro. A urbe se constitui como um espaço aberto à contestação do presente, ao questionamento da vida, à reflexão acerca da diversidade das experiências humanas e expressões culturais do passado que nos são oferecidas no presente, como sugere Walter Benjamin (1987, p.2006) ao defender que a possibilidade de experiências vividas ao transitar cotidianamente pelos espaços

⁴ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - **IPHAN** é uma autarquia do Governo do Brasil, vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação do acervo patrimonial tangível e intangível do país.

urbanos complementa qualitativamente e transforma o conhecimento necessário, porém insuficiente, advindo das bibliotecas e seus livros. Benjamin vê na cidade a condição singular de espaço limiar, catalisador do pensamento sobre o tempo, o espaço e as relações humanas em toda sua diversidade e polifonia.

A cidade, fruto das reflexões filosóficas benjaminianas, possuiria o poder de provocar em seus degustadores experiências limiares portadoras de múltiplos sentidos e possibilidades de descoberta, pautadas na capacidade humana de se redefinir com o passar do tempo e em lugares que permitem tanto a compreensão da história, quanto a interpretação dos aspectos sociais registrados pela memória e ampliados pelas práticas de rememoração. Seria nesse ato de experimentar a cidade que nos permitimos interiorizar os símbolos e emblemas que constituem continuamente nosso sentido de pertencimento e identidade (BENJAMIM, 1987; 2006). Estes espaços urbanos catalisadores do pensamento sobre o tempo, o espaço e relações humanas que permitem a compreensão da história e a interpretação dos aspectos sociais registrados pela memória foram aqui denominados de “lugares da memória” que, para Pollak (1992), estão ligados a lembranças como apoio ao tempo cronológico “base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela” (POLLAK, 1992), o que justificaria a preservação dos sítios que guardem parte de um passado mantido pela vontade coletiva envolvida em sua transformação e renovação.

Na cidade de Aracaju, um dos espaços urbanos que pode ser considerado como lugar de referência (do período que se situa temporalmente no início do século XX) é o acervo formado pelo conjunto arquitetônico do centro histórico⁵ da cidade,

⁵ [...] Apesar da busca por um caráter abrangente da cidade, o conceito de **centro histórico** usualmente se detém em uma categoria patrimonial com definições próprias e especificidades institucionais. A ele muitas vezes é atribuído o encargo de guardião de marcas da identidade e da memória coletiva de um determinado grupo, sendo entendido como um espaço unívoco, delimitado, onde as ambiguidades procuram ser amenizadas, talvez eliminadas [...] Em teoria ele pode simbolizar o ponto primitivo do núcleo urbano, mas deve-se ter em mente que em algum momento, esse espaço ora delimitado significou a totalidade da cidade, a síntese da diversidade que a caracteriza. Assim acaba por conformar uma superposição de camadas temporais e culturais heterogêneas, convertendo-se em um palimpsesto do tempo (NARDI, 2015, p.32). Para esse trabalho complementaremos – **Centro Histórico**: Dado o elevado valor histórico como marco simbólico e por constituir o espaço coletivo de maior identidade política dos cidadãos, fica definido o centro histórico de Aracaju, delimitado na área inscrita entre as Ruas e Avenidas: Rio Branco, Ivo do Prado, Boquim, Itabaiana, Maruim, Santa Luzia, Praça Olímpio Campos, Santo Amaro, Travessa João Quintiliano Fonseca, Apulcro Mota e Santa Rosa, incluindo todas as edificações lindeiras” (Art. 21, Lei 042/2000).

definido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei Complementar Municipal Nº 042/2000), denominado por alguns historiadores de “sítio fundacional da cidade”. Seria neste espaço, portanto, constituído no limiar dos séculos XIX e início do XX, sob a égide política republicana, que se enraizou a nova capital do Estado, pensada e planejada no contexto dos ventos da modernidade que sopravam no mundo, no qual é possível reunir elementos que disponham de uma força pedagógica que digam sobre a história de Aracaju e dos seus cidadãos, configurando-se como espaços de referencia da modernidade sergipana, de onde surge o problema central dessa pesquisa: O conjunto arquitetônico do sítio fundacional da cidade de Aracaju, eleito como patrimônio histórico e cultural, referencia educacionalmente a preservação da memória coletiva e a formação da identidade dos seus cidadãos?

É importante ressaltar que para viabilizar toda essa explanação, devemos ter consciência que tudo perpassa pela Educação e as possibilidades de aprendizagem do indivíduo, conforme afirmam Miranda e Blanch (2013):

[...] É em torno do urbano que somos expostos, cotidianamente, a um sem número de aprendizagens “despercebidas”, que nos chegam por intermédio de processos educativos escolarizados e não escolarizados. [...] Os conteúdos escolares disciplinares, em sua quase totalidade, encontram aspectos tangíveis da manifestação dessa experiência no espaço urbano das periferias e centros urbanos que poderiam redimensionar, por completo, a relação com o saber escolar.

Como uma questão viva e pulsante, atinente a uma multiplicidade de experiências humanas ao longo do tempo, e dispersas por múltiplos espaços, a cidade é hoje o espaço no qual se materializam boa parte dos problemas e desafios interpostos para as sociedades no presente e no futuro, o que vem provocando, em proporções mundiais, reflexões acerca de caminhos de construção de seus projetos tanto no passado próximo quanto no distante. Desse modo, cada vez mais a cidade vem emergindo, para o debate educacional, em diferentes partes do mundo, como um lócus múltiplo, plural e permanente, passível de reinterpretação e resignificação nos mais diferentes territórios e experiências sociais (MIRANDA; BLANCH, 2013, p.53)

Entender a urbe como agente educativo permite enxergar a aprendizagem espontânea que acontece cotidianamente, assim, teríamos que o meio urbano nos oferece um “currículo oculto”⁶ capaz de transmitir todo um conjunto de elementos da

⁶ Alguns educadores entendem que “**currículo oculto**” são conhecimentos que os alunos aprendem na escola por causa do modo pelo qual o trabalho da escola é planejado e organizado, mas que não são em si mesmos claramente incluídos no planejamento e nem estão na consciência dos responsáveis pela escola. Os papéis sociais, por exemplo, são, ao que se diz, aprendidos desse modo, da mesma forma que os papéis sexuais e as atitudes com relação a muitos outros aspectos da

cultura (formas de vida, normas, valores, tradições, costumes, expectativas e desejos) informalmente, o que ampliaria consideravelmente as potencialidades das ações pedagógicas que subsidiariam, como dissemos, as pretensões atuais dos programas de preservação de patrimônio de promover o sentimento de pertencimento pelos espaços que são determinados como lugares de memória.

Considerando que a capital sergipana, assim como a maioria das cidades brasileiras, sofreu várias intervenções de reforma e revitalização⁷ que fragmentaram sua identidade, mas ainda guardando em suas paisagens vários elementos de referencial histórico (principalmente no bairro central objeto deste estudo), o objetivo principal da pesquisa passou pela compreensão de como se constituiu o patrimônio material da cidade de Aracaju e se houve referência efetiva desse acervo no processo de formação da identidade dos sergipanos e na preservação de sua memória.

A partir desta moldura mais geral, a pesquisa buscou atingir os seguintes objetivos específicos: 1. Demonstrar a relação existente entre os usos do acervo material de uma cidade e a construção da memória e da identidade dos cidadãos. 2. Compreender a formação histórica do sítio fundacional da cidade de Aracaju e a criação do seu acervo patrimonial oficial. 3. Analisar a existência de uma efetiva apropriação do patrimônio do sítio fundacional da cidade pela população local, a ponto de ser utilizado como instrumento de formação da sua identidade.

Assistimos diariamente a morte do modelo de cidade ideal, plantado na modernidade, ansiosa em alcançar civilização e progresso. O acúmulo de novas e velhas soluções espaciais transformou as cidades contemporâneas em grandes malhas de retalhos representativos de períodos históricos distintos. Em Aracaju, grande parte do componente humano que transita nas ruas, alienado pela velocidade e fluidez da contemporaneidade, está alheio aos marcos históricos

vida. Implícitas em todo o conjunto de disposições estão às atitudes e os valores daqueles que as criam, sendo esses valores comunicados aos alunos de um modo acidental e despercebido (KELLY, 1981 p. 03). E nesse sentido que a cidade pode transmitir informações sobre todo um conjunto de elementos da cultura informalmente, sem qualquer planejamento, essa qualidade pedagógica é objeto dessa pesquisa.

⁷ No campo do urbanismo e planejamento urbano, **revitalização**, reabilitação ou, até requalificação, são termos similares que se referem a processos de reconversão de espaços urbanos abandonados, subutilizados ou degradados mediante a recuperação de antigos usos ou a criação de novos atributos urbanísticos ou naturais (SILVA, 2011, p.46).

cidade em que vive (CHOU, 2005). Devido a sua formação progressista de traços ecléticos e influência europeia, a cidade de Aracaju se acha no vácuo das políticas públicas de preservação da memória, herdadas do movimento modernista da década de 1930, que instituiu a ideia de que a memória que constitui a identidade nacional é sempre a ligada à época de constituição dos núcleos urbanos brasileiros ainda no período Colonial. Essa ideia levou à negligência dos órgãos oficiais de patrimônio, durante muito tempo, na preservação da herança oriunda de épocas mais recentes da história, a exemplo da paisagem citadina que constitui o patrimônio cultural material da capital sergipana: uma cidade idealizada e planejada nos meados do século XIX, mas com a sua consolidação no início do século XX sobre influência de Paris. Um grande exemplo disto é o fato do IPHAN manter, em Sergipe, inúmeros bens tombados, individualmente ou em conjunto, espalhados pelo interior do Estado, contudo, vinculados em sua totalidade ao período colonial (pedra e cal), incluindo dois sítios urbanos - São Cristóvão (1938) e Laranjeiras (1997) - que possuem suas paisagens salvaguardadas pelo Governo Federal sem, no entanto, a capital do Estado merecer sequer um registro.

Entretanto, em 1969, através da Lei Estadual Nº 6.020/1969, o Governo do Estado de Sergipe constituiu uma política de preservação independente ao criar um instrumento jurídico próprio para embasar a seleção de seu acervo patrimonial. A partir desta lei, os diversos monumentos artísticos e arquitetônicos da cidade de Aracaju passaram a receber proteção legal como elementos de indiscutível valor histórico. No universo dos bens protegidos, o conjunto arquitetônico do núcleo formador da cidade possui 16 (dezesesseis) bens inscritos no livro de tomo do Governo do Estado, 13 (treze) dos quais ligados ao período de modernização e localizados no sítio fundacional da cidade (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2006).

No ano 2000, o Poder Municipal também estabeleceu uma política preservacionista, implantada através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Lei Complementar Estadual Nº 042/2000) que definiu diretrizes de preservação aos bens que foram listados no anexo legal, criando um perímetro de interesse cultural dentro da cidade baseado no Plano de Pirro⁸. A ideia era garantir a proteção de todo

⁸ Conta-se a história da fundação de Aracaju a partir da construção dos quarteirões em formato de um tabuleiro de xadrez. A construção da cidade de Aracaju foi planejada pelo engenheiro **Sebastião**

o conjunto de núcleo formador da cidade considerado importante para a formação e consolidação identidade do povo aracajuano.

Tratam-se de ações políticas que partem da premissa de que tão importante quanto à construção ou reconstrução de novas paisagens é a sua devida preservação como herança material, dever do poder público e direito da população à memória coletiva (GRAZIANO, 2012). Neste contexto das políticas públicas de preservação, a Educação Patrimonial funcionaria, portanto, como uma estratégia de apropriação da cultura dentro do universo da ação educativa, que pode colaborar de maneira essencial para dar sentido ao vivido, ao construído e ao aprendido, pois trabalha a possibilidade de experiências de rememoração ligadas ao simples ato de transitar pelos espaços urbanos, estabelecendo vínculos duradouros entre identidade, memória e cidadania (CADERNO TEMATICO I, 2011). Essas experiências de rememoração provocam uma mistura de temporalidades e olhares distintos, que exploram o envolvimento afetivo em relação ao patrimônio, sem, contudo, esquecer o necessário estranhamento.

Outra potencialidade de ações educacionais em “espaços não-formais”⁹ ligadas a educação patrimonial, a partir desses lugares monumento, a ser considerada, seria sua capacidade de absorver público plural de diferentes faixas etárias e oriundos de classes sociais diversas, ao ir além do ambiente escolar e oferecer ações educacionais de outras natureza como turísticas, ambientais e etc...(ARAUJO, 2006). Neste contexto, as possibilidades de expansão das atividades educativas de preservação do patrimônio material da cidade estariam atreladas ao estreitamento entre as políticas públicas preservacionistas e às de cultura, turismo, educação, meio ambiente, desenvolvimento urbano ou qualquer outra que possa

Basílio Pirro, por este motivo ficou conhecido o centro de Aracaju como o “quadrado de Pirro”. Pirro elaborou um plano de alinhamento dentro de um quadrado de 540 braças, ou seja, 1.188 metros, com traçados de quarteirões iguais, de forma quadrada, com 55 braças de largura, separados por ruas de 60 palmos. [...] Todas as ruas foram arrumadas geometricamente, como um tabuleiro de xadrez, para desembocarem no rio Sergipe. Ver: <http://emefac.vilabol.uol.com.br/wilker/ahistori.htm>

⁹ Na perspectiva dos Estudos Culturais, segundo Tomaz Tadeu da Silva (1999), “*toda cultura é pedagógica e toda pedagogia é cultural*”. Por exemplo, ao analisarmos diversos programas de televisão vemos que eles educam, mesmo que não tenham o objetivo explícito de ensinar. Por outro lado, toda a pedagogia está inserida num contexto histórico e cultural. Todo conhecimento se constrói, portanto, num sistema de significados. Sendo assim, a escola não é o único “lugar de conhecimento” e, portanto, de transformação de subjetividades e construção de identidades. Existem outros espaços educativos, como os espaços de memória que também educam - **espaços não-formais** de educação. Os museus, arquivos, locais de exposições e outros lugares de memória possuem cultura própria, ritos e códigos específicos (ARAUJO, 2006, p1).

favorecer a interação de instrumentos educativos para fortalecer o processo pedagógico, a elas, intrínseco. (HORTA, 1999).

Podem-se destacar, ainda, as técnicas de exploração dos relatos orais e o seu registro, por meio de diferentes suportes escritos e/ou audiovisuais, de expressões locais – falas do tempo, a memória que repousa no imaginário coletivo, - que se apresentam como uma estratégia para o envolvimento comunitário, contribuindo de maneira excepcional para a construção do sentido de lugar, transmitindo o sentimento de pertencimento através de seus valores, sua ecologia e sua história para as próximas gerações (LIMA, 2012). Adotar o ponto de vista teórico e filosófico da educação não formal que desloca o lugar da cidade nos processos de aprendizagem. Seria, portanto, passar a compreendê-la não só como espaço de experiência humana, mas também como espaço de construção de possibilidades. Lugar de produção, de memória, de sonhos e de vivências em sua cotidianidade. Lugar, portanto, de experiências pedagógicas espontâneas e das possibilidades e contradições essenciais à cidadania (MIRANDA, 2013).

Assim, numa análise comparativa inicial entre as possibilidades de exploração pedagógica do patrimônio material como política de preservação e a efetivação dessas políticas em Sergipe, partimos da hipótese de que os programas preservacionistas dos acervos culturais da União, do Governo do Estado de Sergipe e da Prefeitura Municipal de Aracaju não possuem uma ação política educativa voltada para a apropriação e o envolvimento da comunidade com um patrimônio histórico e cultural por eles definido, como forma de garantir através da construção da memória coletiva, a perpetuação do sentimento de identidade e de cidadania.

Esta hipótese inicial orientou a escolha da metodologia utilizada na investigação que, inicialmente, centrou-se num levantamento bibliográfico e documental, fruto de uma pesquisa exploratória sobre o tema. A bibliografia pesquisada transitou pelas diversas categorias utilizadas na pesquisa como memória, história, identidade, patrimônio e educação patrimonial, no intuito de solidificar a base teórica que sustentasse a pesquisa de campo. Também houve a necessidade de se fazer o levantamento da legislação administrativa que regula o processo de tombamento nos três níveis federativos, bem como os documentos históricos e de preservação patrimonial que se referem aos monumentos históricos atinentes ao objeto estudado, situados no centro histórico de Aracaju – sítio

fundacional da cidade. A elaboração deste cadastro teve como objetivo levantar a história oficial dos monumentos da modernidade aracajuana e também fixar temporalmente as ações políticas voltadas para a preservação patrimonial, estabelecer os motivos que ensejaram as medidas e a escolha destes objetos e porque eles foram escolhidos em detrimento dos demais.

O estudo de caso foi fundamental para esta pesquisa, sobretudo com o uso da técnica de entrevistas focalizadas com grupos de pessoas pré-determinados. Segundo Yin (2005, p.32), o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes e evidências, como neste caso. Já a técnica da entrevista focalizada fixa-se num tema específico, através de um roteiro de tópicos pré-definidos, mas permitindo ao entrevistado falar livremente sobre o assunto. O objetivo é explorar a fundo as experiências vividas em condições precisas, possibilitando o tratamento qualitativo dos dados que significa considerar as suas regularidades, padrões e explicações através de um procedimento comparativo que possibilite estabelecer as categorias, definir as suas amplitudes, resumir o conteúdo de cada uma delas para testar as hipóteses. (GIL, A., 2008).

Assim, para a operacionalização da pesquisa definiu-se três categorias/grupos a serem entrevistadas: 1. historiador/especialista ligados à área de patrimônio; 2. professores da rede pública de ensino e; 3. Transeuntes/usuários do centro de Aracaju. Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista mostra-se bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. (GIL, A., 2008)

Aos historiadores e especialistas locais com experiência no campo do patrimônio cultural da cidade de Aracaju, foram direcionadas perguntas sobre a constituição do acervo cultural, a importância da modernidade na formação da cidade, sua influência na composição do acervo oficial e a atuação dos programas de preservação das gestões públicas com envolvimento da educação patrimonial. A

escolha do grupo¹⁰ se deu a partir de nomes envolvidos com o trabalho oficial de preservação do patrimônio histórico em Sergipe, são eles:

Terezinha Alves de Oliva, graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Sergipe (1971); Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1981); Doutora em Geociências (Geociências e Meio Ambiente) [Rio Claro] pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998); professora do Departamento de História, dos Mestrados em Educação e em Geografia simultaneamente - UFS (1974 a 2004); Coordenadora do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica do Departamento de História – UFS; chefe do DHI do mesmo Departamento em dois momentos, além de Coordenadora de Avaliação Institucional na UFS; Diretora do Arquivo Público do Estado de Sergipe e do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH) – (década de 70). Diretora do Museu do Homem Sergipano – UFS (2004-2009); e Superintendente da IV Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2009 a 2014).

Ana Conceição Sobral de Carvalho – é licenciada em Educação Artística com habilitação em História da Arte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; fez estágio em restauração de bens culturais no Museu Nacional de Belas Artes e um curso de extensão em Museologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; é especialista em Educação, Arte, Estética e Museus, pela Faculdade Pio Décimo; Atuou por mais de quarenta anos na área de patrimônio, foi Diretora do Museu Histórico de Sergipe e membro do Conselho Diretor do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão (década de 70); foi chefe da Divisão de Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico da FUNDESC; Coordenadora de Bens Culturais do INSPAC; Diretora do IMEDOC; trabalhou no Setor de Documentação e Memória; e foi Coordenadora de Bens Culturais Sergipanos da Secretaria da Cultura; e por fim foi Coordenadora de Preservação da SUBPAC (2010 a 2014). Integrou o Conselho Estadual de Cultura por três mandatos, todos como membro da Câmara de Ciências e Patrimônio Histórico e Artístico.

Luiz Fernando Ribeiro Soutelo – é graduado em Ciências Econômicas e Administrativas pela Universidade Federal de Sergipe (1971). Esteve à disposição

¹⁰ Houve um aprofundamento nos currículos dos especialistas para justificar a classificação do título, o que não desequilibra a importância dos grupos estudados.

da Empresa Sergipana de Turismo S/A – EMSETUR (1976- 1981); Trabalhou na Fundação Joaquim Nabuco, como Assistente do Superintendente do Instituto de Documentação (1987-1988). Foi Diretor-Geral do Instituto do Patrimônio Cultural - INSPAC (1995-2002), e Coordenou as atividades técnicas e administrativas do Instituto da Memória e da Documentação - IMEDOC (1999-2000); No Conselho Estadual de Cultura foi membro nomeado em 1974, para um mandato de 6 (seis) anos, e reconduzido por igual período em 1980. Foi nomeado para um novo mandato de 6 (seis) anos em 1988, e reconduzido por mais 4 (quatro) em 1994. Novamente nomeado para um mandato de 2 (dois) anos em 2001, na qualidade de representante de instituição cultural com personalidade jurídica de direito privado. Retornou ao Conselho para um mandato de 4 (quatro) anos, em 2006, Reconduzido, permaneceu até 2015. Ainda no conselho ocupou a cadeira de Presidente da Câmara de Ciências e Patrimônio Histórico e Artístico; Foi membro da Comissão Regional do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – 2006 e 2008 (IPHAN - 8ª. Superintendência Regional); Exerceu ainda atividades docentes: professor de disciplinas ligadas a história e cultura nas Faculdades Integradas Tiradentes (1988-1997); Professor das disciplinas Educação e Cultura Brasileira e Fundamentos Socioantropológicos da Educação da Faculdade Pio X (1999-2007). É correspondente do Museu Imperial; Ocupante da cadeira nº. 30 da Academia Sergipana de Letras; Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; e Sócio fundador da Associação Sergipana de Cultura.

Quanto aos professores do ensino público, a investigação teve a finalidade de verificar a existência de projetos executados (ou em execução) na área de educação patrimonial e a sua finalidade, se há a exploração do patrimônio material local como referência nessas ações, e, caso existam, se atingem os objetivos propostos e quais os instrumentos utilizados. Para a seleção do corpo docente envolvido na amostra estabeleceu-se o critério de priorizar as escolas públicas inseridas no sítio fundacional da cidade, um espaço delimitado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju e definido como área de interesse cultural, o que seria um indicador de uma possível proximidade dessas instituições com o acervo patrimonial oficial da cidade. Integram esse grupo os seguintes professores de história: **Reginaldo dos Reis**, 32 anos de profissão, 16 como professor de

História, e 10 anos lotados no Colégio Estadual Jackson de Figueiredo, a professora **Rosilene Santos Sousa**, 27 anos de profissão, trabalhou com as disciplinas de História e Sociedade e Cultura, já há 12 anos na Escola Estadual Prof. Valnir Chagas; e a professora **Mônica Carvalho Leite**, 23 anos de profissão, atual professora de História do Colégio Estadual Tobias Barreto. Como critério de operacionalização da pesquisa, definiu-se um profissional por escola.

O ultimo grupo estudado foram os transeuntes/usuários do centro histórico da cidade de Aracaju (moradores, comerciantes, consumidores, estudantes ou trabalhadores locais). As perguntas da entrevista buscou identificar a relação destes com o patrimônio local ou, mais especificamente, a apropriação de espaços que possam ser considerados como vestígios da história dentro do sítio fundacional da cidade de Aracaju. Os selecionados foram: 1. **Elis Regina Modesto de Jesus**, ex-aluna do Colégio Estadual Tobias Barreto e consumidora das lojas da região; 2. **Flávio André Soares Bezerra**, policial e componente da banda da polícia, lotado no prédio do Quartel do Comando da Polícia Militar, edificação tombada, é ex-morador do centro da cidade e usuário das instituições culturais da região; 3. **Wedmy Santos Dória**, Engenheiro Civil, Diretor do DNIT, trabalhou no prédio do Tribunal de Justiça que fica localizado na Praça Fausto Cardoso, é usuário e consumidor no comércio do centro; e 4. **José Gonçalves Santos**, ex-funcionário da Malharia Celi na Avenida Rio Branco, é usuário das instituições culturais e consumidor na área estudada.

Por se tratar de estudo de caso, fez-se a opção por uma amostragem por tipicidade de investigados, de caráter não probabilístico, consistindo em selecionar subgrupos da população total, com base em informações obtidas previamente sobre o objeto, de forma que esses subgrupos possam ser considerados representativos de todo o universo investigado o que exigiu um conhecimento prévio sobre os tipos estabelecidos, oriundo das experiências profissionais anteriores a esta investigação.

As entrevistas tiveram seus roteiros elaborados previamente no intuito de extrair da melhor forma as informações dos pesquisados, valendo ressaltar que nas t entrevistas (que podemos classificar como semi-estruturada), o entrevistado teve liberdade de resposta, o que ampliou o universo do tema debatido e possibilitou crescer novas perguntas que não estavam previstas, dependendo do apontamento das respostas (OLIVEIRA, 1998). A coleta foi realizada com o registro de áudio, as falas dos pesquisados foram transcritas e só então analisadas.

A análise qualitativa dos dados se deu pelo método indutivo que teve como pretensão alcançar o universo de experiências e conhecimento pessoal do sujeito, visando apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, auxiliando a compreensão do indivíduo em seu contexto. Para concretização da abordagem metodológica do objeto em questão, elaboramos um plano de trabalho, consciente que cada tempo do fazer metodológico da pesquisa qualitativa não representou uma etapa em si, mas o caminho para a construção da narrativa: o projeto, a elaboração do roteiro das entrevistas, o contato com os entrevistados, a ficha de identificação, o evento da entrevista, o manipular do gravador, os termos de consentimento, o caderno de campo, a transcrição, a textualização até o uso dessas falas. A partir disto foram definidos três tópicos para a organização e desenvolvimento da análise:

1. Organização do contexto. – definiram-se os polos de interesse do pesquisador, que possuam relação direta com seus pressupostos teóricos (abordagem conceitual) e contatos prévios com o campo ou categoria do objeto em estudo, ou seja, uma orientação predefinida, mas não declarada, para o conteúdo que foi trabalhado nas entrevistas e ainda uma adequação do roteiro ao universo de vida do informante.

2. Sistematização dos dados - A análise qualitativa se caracterizou pelo esforço em perceber e apreender os elementos significativos na fala dos sujeitos, relacionados ao contexto delimitado pela abordagem conceitual do perguntador. O resultado dessa garimpagem foi exposto na redação com uma sistematização baseada na qualidade, mesmo porque pela natureza do trabalho não havia a pretensão de atingir o limiar da representatividade.

Esse modelo de pesquisa, em que os discursos dos sujeitos são registrados (gravados) e transcritos na íntegra, produz quantidades enormes de dados que se acham extremamente diversificados pela pluralidade do discurso oral de cada informante. A sistematização teve que ser constante e apontou várias direções: das questões para a realidade, dessa para a abordagem conceitual, da literatura para os dados, se repetindo e entrelaçando até que a análise atingisse pontos de “desenhos significativos de um quadro” multifacetado sim, mas passível de compreensão.

3. A composição dos resultados – A redação representa a síntese da Análise de Conteúdo Temática, metodologia empregada para tratamento das

informações, que depende da capacidade de descrição e compreensão das informações obtidas, para tanto se elegeu categorias a fim de garantir a sequência narrativa ancorada na literatura e na própria verbalização dos sujeitos, buscando o cuidado com linguagem, com a coerência e fluidez, o que deve facilitar a compreensão, a análise e a crítica ao trabalho (BARDIN, 1977).

É preciso ressaltar que não coube aqui qualquer tipo de julgamento a respeito das considerações e opiniões dos entrevistados. Acima de tudo procuramos compreender como o problema é colocado nas múltiplas vozes com relação à apropriação, o ensino e a construção da identidade escorada no patrimônio cultural.

A sistematização desta pesquisa de campo buscou relacionar os dados empíricos levantados com leituras, estudos, reflexões e conceitos, a fim de compreender se a forma de se conceber esse patrimônio material oficial tem o condão de transformá-lo em “espaços da memória” útil na construção da identidade e memória coletiva, de forma a contribuir com a preservação destes bens. E é a partir do exposto que se estruturou a exposição da pesquisa, definindo suas três seções:

A primeira seção trata dessa introdução, ou seja, “O Croquis” da pesquisa. A segunda, “Alicerces de pedra: a concepção do patrimônio”, estabelece os referenciais teóricos que se apropriam da cidade como ferramenta didática para educação, tendo em vista que o problema de pesquisa é compreender a maneira pela qual se utiliza (ou não) pedagogicamente o patrimônio arquitetônico do núcleo fundador da cidade de Aracaju para a Educação Patrimonial, com vistas a preservação da memória coletiva sergipana e a construção da identidade. Para tanto, trabalhamos com o referencial teórico que defende o conceito do uso da cidade como ferramenta de identidade coletiva, sendo essa o registro material da história, que estaria posto à disposição da educação.

O referencial teve a tarefa de auxiliar a relacionar o patrimônio material do sítio fundacional da cidade de Aracaju com o conceito de “centro histórico” de Letícia Nardi aliado ao de “experiência” de Walter Benjamin, a fim de definir qual conjunto arquitetônico se constitui referência para o período do início do século XX, haja vista que Benjamin complementa a ideia de “vestígios da história”, ampliando-a para a experiência dos espaços da cidade. Neste momento, rastreiam-se os espaços da memória aracajuana, partindo do pressuposto que tanto possuem valor estético e

simbólico, quanto são guardiões das experiências culturais registradas pela história, a partir de um referencial capaz de fornecer suporte à proposta de transformar o patrimônio histórico da cidade em espaços de referencia, geradores de identidade, memória e cidadania. Por fim, analisamos tais espaços como passíveis de historicidade e intencionalidade, para tecer considerações analíticas no sentido de demonstrar que se pode transformá-los em ações destinadas a educação patrimonial e a importância disso para a preservação da memória na cidade de Aracaju.

A seção subsequente, “A Chave de abóboda: o acervo patrimonial de Aracaju” tem como objetivo expor a trajetória da construção do acervo patrimonial oficial da cidade de Aracaju, fazendo um breve levantamento historiográfico da formação da cidade e das ações políticas que conduziram a formação do conjunto de bens eleitos como representantes da história do povo aracajuano.

A quarta e última seção, “O signo da Arquitetura: Educação Patrimonial e os espaços de Aracaju”, apresenta o resultado dos dados dos estudos de caso, a partir das entrevistas com os subgrupos definidos, analisados qualitativamente à luz dos referenciais teórico-metodológicos escolhidos. Trabalhamos o conceito de patrimônio a partir do entendimento dos entrevistados sobre o que seria e qual a sua relação com o patrimônio da cidade, com a finalidade de identificar as potencialidades deste acervo arquitetônico do núcleo fundacional da cidade como instrumento didático para Educação Patrimonial.

Nas considerações finais, confrontamos os resultados parciais dos capítulos para testar a hipótese inicial do trabalho, agregando as nossas descobertas no decurso da pesquisa e reflexões críticas sobre o objeto em causa. Indicamos novos problemas ou questões complementares que em nossa opinião mereçam pesquisas adicionais ou justifiquem novas pesquisas ou eventual tese a respeito.

No caso da cidade de Aracaju, há um perigo concreto de se apagar os registros da memória diante da veloz transformação contemporânea e de um desinteresse pela história e seus lugares representativos, pois não se observa um envolvimento ou mesmo uma apropriação de boa parte da população dos espaços como “lugar da memória”, o que torna ainda mais premente a necessidade de se desenvolver projetos de educação patrimonial neste sentido.

Esta pesquisa procurou evidenciar as potencialidades da Educação Patrimonial agregadas ao conjunto de bens imóveis do acervo do patrimônio cultural oficial do centro de Aracaju, no sentido de ampliar o envolvimento ou mesmo uma apropriação da população dos espaços entendidos como “lugar da memória”, geradores de identidade, memória e cidadania.

2. Alicerces de pedra: a concepção do patrimônio

“Por ser um lugar de intensa concentração de múltiplas atividades urbanas e o cerne no qual se produzem todas as formas do saber-arte, ciência e cultura, a cidade é a obra do homem que se distingue pela alta complexidade que encerra, que é composta por insumos objetivos e subjetivos.” (A cidade desvendada, Paulo Casé)

Esta seção introduz o tema abordado neste trabalho, evidenciando a pluralidade de formas de utilizar os conceitos que permeiam o patrimônio cultural de uma cidade para criar, conforme expresso neste título, o alicerce teórico que ajudará a compreender o significado e a representatividade do acervo cultural, como ele é concebido e como a educação patrimonial pode ajudar a legitimá-lo.

O entrecruzar de um conjunto de autores ajudará a tecer uma linha de condução do raciocínio que fará a interação entre as categorias: história, memória, identidade, patrimônio e educação patrimonial, mas caberá ao pensamento de Walter Benjamin - filósofo alemão que morreu na Segunda Guerra Mundial perseguido por intolerância étnica, mas que deixou em sua obra um estudo sobre relação cidade e memória, - o elemento agregador que edificará a estrutura deste trabalho.

Alguns questionamentos foram brotando conforme se maturava a ideia de congregar essa diversidade de conceitos, dentre os quais destacamos: quais as similitudes e divergências entre os conceitos de história, memória, identidade e patrimônio? Quais os seus limites? É possível uma interação? Se sim, como? Como despertar na sociedade o respeito pelo seu patrimônio cultural? Passa pela educação a construção da identidade a partir do patrimônio? Como perpetrar o respeito e a apropriação dos lugares de vestígios¹¹ dentro de uma comunidade? Como fazer com que através da educação as pessoas se percebam sujeitos que têm memórias, identidades e histórias, e qual o lugar do patrimônio nesse caminho?

¹¹ Segundo Motta (2000, p.260), os sítios históricos são identificados como lugares de vestígios porque guardam “as marcas do processo de sua construção, das transformações, das adaptações, apropriações sofridas ao longo do tempo e das relações que ali se sucederam”.

Esses são os desafios que guiaram a construção do alicerce que compõem este trabalho.

2.1 Pedra sobre pedra: memória, cidade e identidade.

A cidade é um imenso alfabeto com o qual se escreve palavras, frases e textos. É este aspecto que permite que a urbe se encarregue de contar sua história. A consciência desta capacidade, simbolizada na arquitetura, chamou a atenção para a preservação da paisagem urbana, através da conservação de seus bens arquitetônicos. Isto é uma tentativa de garantir a existência de formações antigas para a apreciação das futuras gerações, impedindo que estes textos sejam apagados (ROLNIK, 1995).

A paisagem urbana é percebida como uma coletânea de conteúdos escritos com signos legíveis. Nela, segundo o olhar de Witte (2008), o postulado de Benjamim encontrou refúgio na “experiência em sentido escrito”: Nela, certos aspectos do passado individual entram em conjunção com a coletividade. Torna-se, então, o espaço secular da rememoração ritual e quando o olhar é capaz de interpretá-lo, transforma-se em cenário do ensaio histórico.

Ao falar de bens arquitetônicos não pretendemos referir-nos apenas a imagem da cidade, referimo-nos a construção da cidade no tempo, como uma criação inseparável da vida civil e da sociedade em que se manifesta; na qual ela é, por natureza, coletiva (ROSSI, 2001). A arquitetura é, assim, inerente à formação da civilização e é um fato estável, universal e imprescindível, mas com o tempo a cidade cresce e adquire consciência de si mesma. A arquitetura se apresenta como cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de presente e de passado. Cada bairro apresenta sinais sensíveis do seu modo de vida, formas e memórias (ROSSI, 2001).

O traçado das ruas, das praças e dos monumentos, além de conter a experiência daqueles que os construíram, denota o seu universo. É por isto que as formas e tipologias arquitetônicas, podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto (ROLNIK, 1995 p16). A cidade é manifestação material, artefato, cuja construção ocorreu no tempo e do tempo guarda os resquícios, ainda que de modo

descontínuo (ROSSI, 2001). Ora, não é equivocado concluir que no conjunto arquitetônico da cidade os monumentos se destacam, cada um é uma individualidade em si. Eles são como datas: sem um antes e um depois, não poderíamos compreender o tempo da cidade. Com efeito, inclina-se a crer que os monumentos são elementos persistentes na cidade e essa persistência e permanência física são dadas pelo seu valor artístico e de memória (ROSSI, 2001).

O século XIX apropria-se irreversivelmente desses elementos, multiplicando-os pela cidade em pontos privilegiados ou em locais simbólicos, relacionados com o evento, a instituição ou o personagem exaltado. A confiança no efeito pedagógico de tal testemunho é ratificada em Baudelaire (1971, p.100 apud FABRIS, 2000), que afirma que “nem que você seja o mais indiferente dos homens, o mais vil, mendigo ou banqueiro, o fantasma de pedra se apossa de você durante alguns minutos, e lhe impõe, em nome do passado, pensar nas coisas que não são deste mundo.” Os monumentos respondem ao objetivo específico de provocar a história, adquirindo de imediato o sentido de propaganda. Tributo à memória, tal tipologia abarca construções arquitetônicas, conjuntos arquitetônicos-escultóricos, estatuárias e até moedas. (FABRIS, 2000)

Conforme Jacques Le Goff (2003), **memória** é a capacidade humana de registrar, manipular e conservar certas informações, característica que se refere a um conjunto de funções psíquicas permitindo ao sujeito atualizar impressões ou informações passadas ou reinterpretadas como passadas. Os estudos da memória incidem da Psicologia à Neurofisiologia, com cada um de seus aspectos referenciando a uma ciência diferente, sendo a memória social um dos meios fundamentais para se abordar os enigmas do tempo e da História. Pesquisa, preservação e exaltação, a memória coletiva se converte no novo olhar histórico, compartilhado pelo grande público, obcecado pelo medo de uma amnésia coletiva.

Podemos constatar no discurso de Le Goff que a memória possui uma ampla pluralidade, premissa sobre a qual se definiu a abordagem desta pesquisa a partir da qual se colocam duas questões relevantes: inicialmente, abrir uma discussão sobre a memória em seus entrelaçamentos com a história; e, em seguida, debater a importância da memória e da história na construção da identidade e do patrimônio cultural.

A investigação histórica “positivista”, que buscava garantir a particularidade de verdade absoluta à história, sofre um revés quando surge no campo historiográfico uma nova óptica que absorve o conhecimento histórico sem a pretensão do purismo de uma narração tão verídica do passado. Admite-se que, quando da elaboração da produção historiográfica incutem-se juízos de valor, interesses particulares ou de classe, faz-se escolhas para a construção dos textos históricos. Não se consegue uma neutralidade em relação ao ambiente social e ao pensamento ideológico. Nesse processo, o domínio do passado representa o domínio do presente, daí percebe-se o perigo da possibilidade da construção ou a necessidade de invenção histórica na busca da legitimação. Esta estratégia foi desenvolvida, no momento de institucionalização da ciência histórica em Estados com formação nacional para legitimar a nova ordem (OLIVEIRA, 2010), pois,

[...] a história é a matéria-prima para ideologias nacionalistas ou étnicas, ou fundamentalistas, [...] o passado é um elemento essencial [...] se não há um passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo, [...] o passado legitima (HOBSBAWM, 1998 p17).

Precisamente por esse motivo, não se escolhe uma fonte aleatoriamente; não cabe neutralidade ou inocência nessa seleção. Estamos sempre saturados pelo contexto. A aflição do historiador é revelar, mas atribuindo valores a partir de uma lógica atual, é um trabalho de promoção (CHUVA, 1998). A possibilidade de manipulação do passado para legitimar uma ou outra ideologia dominante, conduz a sacralização do passado. Processo de sacralização que é construído através da seleção de mitos e símbolos comuns que apoiaram a construção da imagem de nação (OLIVEIRA, 2010).

Fugindo a esse processo de manipulação do passado, Benjamim (1984) nos convida a fazer uma reflexão sobre a história tomando a realidade como algo fragmentado, misturando os tempos, entrelaçando as várias histórias, diluindo o foco e valorizando as margens, os produtos menores, o que chamou de "escovar a história a contrapelo", uma vez que, são as formas abandonadas, omitidas pela história oficial, que contém a dialética do tempo.

O significado de propor a história como “ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001 p.55) resulta no fato de assumir que o tempo da história não é contínuo nem singular, já que o admite como o “plasma em que se engastam os

fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade” (BLOCH, 2001 p.55), sugerindo uma nova estrutura temporal na construção da história. Estagnando o tempo ou suavizando a marcha do “progresso”, Benjamin (1984), para reaver o tempo esquecido, evidencia no passado o que foi prometido, porém, não foi cumprido no presente. Estancar o tempo exatamente onde o tempo mais ansiava em seguir: na pressa da metrópole moderna. Sentir a melancolia do tempo que escapa; inverter o cerne da ilusão infantil por aquilo que acredita ser um confortável presente; tudo isso é assentar o “ultrapassado” no agora; é tornar atual a expressão de um tempo que é contemporâneo: tempo de incerteza, de transição, de apologia ao velho e de estranhamento como devir. Revisitar o passado é constatar que ele se repete incessantemente para quase nunca se completar, como uma ampulheta que se vira ao contrário. Estancar o tempo no agora é rememorar e, segundo Walter Benjamin (1987), memória é a plenitude de conhecimentos e sensibilidades que reside na experiência. Memória é também lacuna e esquecimento, um acordo selado com o passado. A memória está vinculada ao presente, é um entrecruzamento de tempos, espaços, vozes; não é autobiografia. Mas é racional, singular e particular. Memória é vida, possibilidades de experiências vividas (PAIM; GUIMARÃES, 2016).

Sobre essa crítica destruidora que se constitui em história, na tese 7 “Sobre o Conceito de História”, da obra: “Magia e técnica, arte e política”, nos ensaios sobre literatura e história da cultura”, Walter Benjamin nos convida a seguinte reflexão:

A natureza dessa tristeza se tomará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são os que chamamos de bens culturais. Todos os bens materiais que o materialista histórico vê têm uma origem que ele não pode contemplar sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima de seus contemporâneos. Nunca houve um monumento de cultura que também não fosse um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1994, p. 228).

Essa passagem, rica em sentido, nos interessa por um motivo particular: a barbárie no interior da história ou da civilização, recusando o discurso historicista

tradicional que localiza a barbárie no outro e o situa no exterior, negando a pluralidade e a diferença. Ao contrário, Benjamin (1994), a coloca não só como o avesso necessário da civilização, mas como parte essencial de sua conjectura, como aquilo que a civilização concebe ao engendra-se como cultura. O bárbaro não está no outro, ou no exterior, é interno, inerente, a criação e transmissão da cultura, é o que causa horror àquele que contempla o cortejo triunfal dos vencedores pisoteando os corpos dos vencidos e compondo a infâmia de cada monumento da civilização.

Retornando a dualidade história-memória, Annateresa Fabris (2000) sugere que a história é a reconstrução imperfeita e mutilada do que não existe mais, é uma caricatura do passado, escrava das continuidades temporais, que testemunha uma dicotomia declarada entre o absoluto e o relativo, entre a recordação espontânea e o fim da memória. A memória é a vida em desenvolvimento permanente, receptiva à lógica da recordação e da amnésia, capaz de períodos de latência prolongados e de bruscas revisões. A memória se diferencia por sua dinâmica, por consentir a dualidade entre lembrança e esquecimento, por estar em constante evolução e se entregar inconscientemente a manipulações. Ela é vida, se enraíza em tudo ao seu redor. Ela é espontânea, plural, coletiva e individualizada.

A história sempre passa por uma narrativa elaborada por alguém em determinado tempo, implicando uma preferência. Essa construção acontece invariavelmente no presente. “Uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na ‘realidade histórica’ ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula.” (LE GOFF, 2003, pág. 18). Já a memória implica registro, mesmo que seja apenas na mente. Sua essência é seletiva (lembrar e esquecer)¹². Nela estão acumuladas as experiências, os saberes, as sensações, as emoções, os sentimentos que, por um motivo ou outro, selecionamos para guardar (LOPEZ, 2008).

Os indivíduos guardam consigo, em forma de lembranças, suas vivências e impressões, mescladas às verdades incutidas pela vida. Mas nem tudo fica

¹² Memória está sempre vinculada à lembrança e, evidentemente, a esquecimento. **Lembrança e esquecimento** formam uma unidade complementar e oposta; onde existir uma, lá estará o outro. O binômio lembrança-esquecimento é trabalhado por muitos autores com especificidades e singularidades (PAIM, 2012, p.21). Para maior aprofundamento ver: PAIM, Elison A. Memórias e Experiências do Fazer-se Professor. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.

guardado, pois a memória é seletiva. Os critérios que norteiam essa seleção derivam do ambiente e do tempo em que atuam. A vida de cada indivíduo contém a história de um tempo, dos grupos a que pertence e das pessoas com quem essa vida é compartilhada, isso é memória individual. (LOPEZ, 2008). Neste sentido, teríamos a definição da memória construída por cada membro da comunidade, mas precisamos compreender, ainda, a formação da história coletiva.

O conjunto de registros eleitos por um grupo, como representativo, institui sua identidade e influencia a conduta de seus membros em relação aos outros e ao território, construindo parâmetros históricos e culturais. A perspectiva de compartilhar memória acende o senso de pertencimento. Essa memória que se alimenta de uma relação criativa e dinâmica entre o indivíduo e o grupo para compor a história é denominada de memória coletiva (LOPEZ, 2008). Nessa perspectiva de análise, não se trata de subjugar a memória à operação crítica da história ou transformá-la em simples objeto da história, mas de compreendê-la como incremento da reflexão historiográfica, como uma de suas matrizes, pois, enquanto alguns trabalhos historiográficos apresentam ampla dicotomia entre memória e história, outros preferem demonstrar sua inter-relação acolhendo outras possibilidades de entrelaçamento, sem nem mesmo se oporem ou confundirem (MESQUITA, 2008).

O que fica claro sobre as tensões entre história e memória é que a ênfase deve recair sobre o tipo de história que se quer realizar. Reconhecendo a cultura historiográfica como um processo dinâmico e passível de múltiplas interpretações no tempo e no espaço, e respeitando seu valor, não precisamos estabelecer um antagonismos entre memória coletiva e história, deveríamos sim, entrelaçá-las, haja vista que juntas se complementam no processo de formação histórica da sociedade (CURY, 2013).

Preferimos adotar uma perspectiva que leve em consideração que a relação dos homens em sociedade com o seu passado é uma construção, um processo dinâmico e vivo com este passado que reinventa tradições, cria e recria identidades, de acordo com o tempo vivido no presente (CURY, 2013 p.40).

O conjunto arquitetônico de uma cidade serve a toda essa dialética sobre memória e história. Ele embaralha o tempo passado com o presente, os meandros do tempo coletivo e individual não exaltam apenas o que desapareceu, mas

transforma sua memória em atualidade e familiaridade, distinguindo história e memória. Benjamin denuncia que a memória pode ser resumida a conservação e arquivo se não se apropriar da experiência, e, quanto à história, deve ser analisada junto ao campo da política, ou seja, atuar como crítica do presente (MATOS, 2010).

A fim de demonstrar em sua obra a importância do sítio urbano como referência da memória, Benjamin (2006; 2000) destina uma seção de suas *Passagens* aos “rastros”, o que resta do passado na desumanização mercantil da cidade. Em “Rua de Mão Única”, aponta que as ruas não são meras vias de circulação de mercadorias, mas que elas manifestam recordações e viagens no tempo, um modo peculiar de recuperar experiências passadas que se tornam ativas no presente.

Halbwachs (1990) trabalha o conceito de memória coletiva, partindo da definição de “Lembranças”, que para ele seria reconhecimento e reconstrução. Reconhecimento, no aspecto do “sentimento do já visto” e reconstrução em dois sentidos: primeiro, porque não é uma reprodução linear de atos e vivências contextualizadas em preocupações e interesses atuais; segundo, porque é distinta, destaca-se da gama de atos e vivências acionáveis e situada num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais. Memória, então, se constituiria nesta tarefa de reconhecimento e reconstrução que atualiza os “quadros sociais” nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si. A memória individual pode ser compreendida como um ponto de convergência de diferentes influências sociais e como uma forma particular de articulação destas. Complementando esta definição, por simples analogia, a memória coletiva, para o autor seria o trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. O resultado deste trabalho é um acervo de lembranças compartilhadas que constitui o conteúdo da memória coletiva (HALBWACHS, 1990).

Ampliando a tese de Halbwachs, ainda nessa linha de analogias, Rossi (2001) aponta que cidade é a memória dos povos e como a memória está atrelada a acontecimentos e a lugares, a cidade é o lócus da memória coletiva e essa memória se reflete na mutação do espaço, a cargo da coletividade. A convergência entre espaço e relações sociais pode ser percebida na obra “Cidade invisíveis” de Ítalo

Calvino (1990), na seção "As cidades e a memória 3" em que ele descreve o entrelaçar do *lócus* com a memória coletiva como,

Inutilmente, [...], tentarei descrever a cidade de Zaíra [...]. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado; o fio esticado do lampião à balaustrada em frente e os festões que empavesavam o percurso do cortejo nupcial da rainha; a altura daquela balaustrada e o salto do adúltero que foge de madrugada; a inclinação de um canal que escoia a água das chuvas e o passo majestoso de um gato que se introduz numa janela; a linha de tiro da canhoneira que surge inesperadamente atrás do cabo de bomba que destrói o canal; os rasgos nas redes de pesca e os três velhos remendando as redes que, sentados no molhe, contam pela milésima vez a história da canhoneira do usurpador, que dizem ser o filho ilegítimo da rainha, abandonado de cueiro ali sobre o molhe.

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastro das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 1990 p.14).

Se a memória social necessita da narrativa para sua existência, o espaço urbano pode contribuir através da "memória do lugar", que seria "a persistência estabilizadora do lugar como um contenedor de experiências que contribui tão poderosamente para a sua memorabilidade intrínseca" (CASEY, 1987 p.186). Uma memória ativa se conectaria espontaneamente ao lugar, descobrindo nele arranjos que a favorecem e se desenvolvem simultaneamente suas próprias atividades, fato que leva supor que a memória seria "naturalmente orientada em relação a lugares ou, pelo menos, suportada por lugares" (CASEY, 1987 p.186). O espaço integra à constituição de um lugar, lugares com os quais a memória individual e a coletiva formam convenções secretas, de tal maneira que o exilado e o nativo têm muito a dizer; são com o *flâneur*¹³ sacerdotes do *genius loci*¹⁴, do "espírito do lugar" (MATOS, 2010).

¹³Charles Baudelaire desenvolveu um significado para **flâneur** de uma "pessoa que anda pela cidade a fim de experimentá-la". Devido à duração da utilização e teorização por Baudelaire e inúmeros pensadores em termos econômicos, culturais, literários e históricos, a ideia do flâneur tem acumulado importante significado como uma referência para compreender fenômenos urbanos ligados à modernidade. Walter Benjamim descreve o flâneur como um produto da vida moderna e da Revolução Industrial, sem precedentes, um paralelo com o advento do turismo. (VILELA, Carolina, 2009 disponível em: <http://caroltsv.blogspot.com.br/2009/03.html>)

Para Yi-Fu Tuan (2012), por sua vez, o lugar seria um centro de significados construído pela experiência que mantém um elo afetivo com as pessoas denominado por ele de “topofilia”, uma espécie de sentimento entre o cidadão e os espaços da cidade, percebidos através de experiências e percepções que desencadeiam sensações diferenciadas em cada um. Na cidade, podemos ver a rua como espaço de conflitos e de lembranças: espaço de conflitos quando acolhem disputas físicas ou simbólicas, tensões que as experiências sociais nos proporcionam; e espaços de lembranças, quando o simples caminhar nos permite apoderar-se de resquícios de histórias pessoais e dos lugares a partir do seu intenso conteúdo simbólico. É exatamente nesse momento que a rua ganha caráter de lugar, já que, o espaço passa a ter significado para o indivíduo que dela faz uso (GOES, 2015).

Ao contrário do tempo que se oferece como dinâmica e continuidade, o espaço se oferece como permanência e estabilidade. Os lugares refletem os traços de um grupo e a presença de um grupo definem os lugares. As experiências vividas pelo grupo são conduzidas pela acumulação de todos os elementos da vida social. Cada conduta tem um aspecto inteligível aos seus membros. Assim como o espaço proporciona recordações comuns a muitos homens, também é capaz de promover hábitos e recordações desses hábitos em outros tempos, despertando lembranças de personagens e experiências atreladas a ele. (SCHIMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 291). A “memória do lugar”, então, seria definida como a capacidade humana de se conectar tanto ao ambiente natural quanto ao construído, o que prontamente o relaciona com essas experiências e percepções. Portanto, a “memória do lugar” será a chave para o poder dos lugares históricos em auxiliar os cidadãos a definir o seu passado comum na contemporaneidade (HAYDEN, 1995).

Imbuído dessa preocupação com a formação da identidade coletiva, Pierre Nora (1993) desenvolve o conceito de “Lugares da Memória” ao afirmar que eles nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, por isso,

¹⁴ **Genius loci** é um termo latino que se refere ao "espírito do lugar", atualmente, *genius loci* tornou-se uma expressão adotada pela teoria da arquitetura para definir uma abordagem fenomenológica do ambiente e da interação entre lugar e identidade, tal como propõe Christian Norberg-Schulz. A expressão *genius loci* diz respeito, portanto, ao conjunto de características socioculturais, arquitetônicas, de linguagem, de hábitos, que caracterizam um lugar, um ambiente, uma cidade. Indica o "caráter" do lugar. O termo é utilizado por Aldo Rossi quando se refere à preocupação com o local e o entorno do terreno das suas futuras construções.

devem-se preservar os espaços que guardam “momentos da história arrancados do movimento da história para não serem varridos pela própria história”. Seriam restos do passado mantidos pela vontade coletiva envolvida em sua transformação e renovação. O suporte materializado da memória: documentos, edificações e objetos, são essenciais na condução da viagem ao passado que auxilia na consolidação da história. É nesse sentido que devemos buscar nas experiências da relação com o patrimônio, não só o que está exposto, mas entrever o que eles escondem ou sugerem através das narrativas que os tornam vivos e articulados na memória da população (ROLAND, 1998).

Perdida a memória como estrutura da continuidade e preservação do social, as sociedades pós-industriais iniciaram a criação dos “lugares da memória”, como tentativa de recuperação da sua essência. Ato realizado em nome da própria história, que amplia seus horizontes e passa a tudo historicizar. Espalham-se pelas cidades os museus, os arquivos e os lugares nos quais a memória se materializou, mesmo que entendamos que a memória não se subsume a apenas estes espaços específicos, sendo a urbe um espaço aberto às experiências de rememoração. Esse processo classificatório também absorve outras concepções dos lugares, lugar como espaço arquitetônico, como documento, ligados a fatos, mas que ainda assim não falam por si só. Necessitam de mediações, de explicações, de elos entre o passado e aquilo que, no presente, deve ser enfatizado como significativo. Lugares que, para todos, representam lugares de lembranças, lugares de identidade e lugares de memória que se materializa na condição de patrimônio histórico e cultural (OLIVEIRA, 2010).

A valorização do patrimônio histórico e cultural na contemporaneidade tem uma relação direta com a perda crescente da importância da transmissão direta de experiência entre as gerações que se sucedem, devido ao fenômeno da individualização nas sociedades pós-industriais. As pessoas não mais reconhecem mais uma norma social universalmente obrigatória e, por conseguinte, deixam a critério do indivíduo alienado pelo consumo selecionar aquilo que, do passado, convém ser transmitido. A preservação patrimonial representa um último e desesperado esforço para imbricar harmonicamente a experiência individual subjetiva com a consciência coletiva, que se resignificou em fragmentos da materialidade histórica oferecida pela cidade (COUTO; DAMIÃO, 2008).

Nesse sentido, se as relações entre os indivíduos (valores, hábitos e disciplina) em uma determinada comunidade se guiam segundo uma base de organização temporal e é a memória que conduz esta escala do tempo, os elos entre os sujeitos também estarão vinculados à memória individual e coletiva, visto que, ao se firmar como suporte nos processos identitários, a memória interfere nas perspectivas de pertencimento e de exclusão (MIRANDA, 2007). Nossa identidade se alimenta das experiências autoconscientes que utilizam da memória para garantir no presente o contínuo temporal. Isso denota o quanto a materialização dos elementos fixados pela memória coletiva é primordial para a efetivação dessas memórias ao longo do tempo (MIRANDA, 2007).

As experiências cotidianas e sua projeção na vida social promovem a construção de identidades, não como uma meta, mas como algo em processo, nem sempre evolutivo ou linear, mas dinâmico. É preciso, então, superar ou ir além da análise das relações com o território, porque o perfil da vida cotidiana e os traços de identificação dos grupos, no presente, sobrevivem a esse difícil processo de produção, uso e transformação dos patrimônios simbólicos. A ênfase deve estar, portanto, nas relações. Nossas escolhas devem ser pautadas na integração de várias categorias como o espaço, os objetos, os ofícios, os costumes, de tal modo que, mais que exibi-los, tornem-se inteligíveis as relações entre eles, e permitam leituras sobre o que significam para quem hoje os vê, evoca e vive (CHUVA, 1998).

Conforme acontece com a memória, a categoria **identidade** também possui uma dilatada pluralidade, além de vasta amplitude, o que dificulta a sua abordagem. Diante dessa circunstância, devemos delimitar qual abordagem será adotada para o trabalho. Novamente, tomaremos duas questões como relevantes: o entrelaçamento “identidade e memória” e a contribuição da identidade na formação do acervo patrimonial do Estado/Nação. A problemática da definição da memória possui de fato similaridades com a formação da identidade, haja vista que tanto a memória como a identidade denuncia as deformidades dessas categorias formadas em função da delimitação do campo (BASTOS, 2012). Para compreendermos como a identidade funciona, é necessário defini-la e dividi-la em diferentes dimensões considerando que nela mora a convicção de pertencimento a determinado grupo, logo, é relacional porque a classificação de membro pertencente ao grupo é estabelecida por uma afinidade simbólica e a identidade estaria atrelada a condições

sociais e materiais que criam essa afinidade (WOODWARD, 2000). Ora, tratamos de memórias, tratamos de heranças, tratamos de pertencimento, portanto, trabalhamos as associações e as territorialidades. Isso define a imagem, a essência, e a reputação dos indivíduos e determina de maneira superficial, porém eficiente, sua identidade. Uma força que nos faz sentir parte integrante de uma comunidade (OLIVEIRA, 2010). A respeito deste entrelaçamento entre memória e identidade, Alberti (2005) conclui que:

A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela é o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de experiência, isto é, de identidade. (ALBERTI, 2005, p. 167)

Corroborando com essa visão que compreende a essencialidade da memória na construção da identidade, Bastos (2012) revela que compomos e interpretamos nossa identidade no terreno das narrativas: somos fruto de nossas experiências, de nossos atos e de nossa capacidade de acomodação. Se acreditarmos nisso, então devemos valorizar a memória como elemento imprescindível na formação da identidade que é uma construção social que acontece no quadro de ações dialógicas com o Outro, ou seja, em relações sociais, daí a busca de uma maior afirmação na definição de identidade pela exploração sua interrelação com o oposto, o antagônico, a “diferença”. Tanto a identidade quanto a diferença se estabelecem nas relações sociais, isso implica em polarização de forças e relações de poder, não nascem com os indivíduos, são impostas; não coexistem harmoniosamente, são frutos das disputas pelo poder. (PAIM; GUIMARÃES, 2016). Segundo Silva (2000),

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. (SILVA, 2000, p. 81).

A coexistência é a chave da relação “identidade e diferenças”, uma não existe sem a outra e ambas advêm das relações sociais, não são naturais, são construções culturalmente produzidas (PAIM; GUIMARÃES, 2016). As identidades são construções sim, inventadas, o que não significa que sejam falsas. As identidades, enquanto dogmas do pertencimento, são elaborações sensitivas que determinam a coesão social e a representação particular do individual. Identidades

asseguram o acesso aos bens sociais e confortam no resguardo da igualdade. Identidades apoiam-se em aspectos reais e objetivos, angariando hábitos, condutas e acontecimentos do passado, tal como eventos e lugares. Apropriando-se de tais elementos, a identidade incide na articulação de imagens que ilustra e convence (PESAVENTO, 2008a).

A identidade cultural é apreendida como um contorno da identidade coletiva, particularidade de um determinado grupo social que conserva os mesmos valores, estabelecidos, por um passado comum. Para Castells (2000), no que se refere aos atores sociais, entende-se por identidade o processo de construção de um patrimônio simbólico baseado essencialmente nas relações culturais. Constitui fonte de integração social organizada em conjunto ou individualmente, portanto, sintetizando o conceito, essa identidade seria um conjugado de relações sociais representadas por patrimônios simbólicos, compartilhados por um grupo em um determinado tempo. Desta forma, a identidade não seria algo fixo, ela é fluida¹⁵ (BAUMAN, 2005), não admite sistematizações, - é o sujeito que se apresenta descentrado, com o campo de receptividade sempre aberto e fragmentado, permitindo uma heterogeneidade identitária. Neste sentido, Eckert-Hoff (2003) complementa:

[...] a identificação se constrói na heterogeneidade, no esfacelamento, na dispersão das múltiplas vozes costuradas e suturadas constantemente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções embora as cicatrizes que ficam se imbriquem de tal modo que nossas identificações são continuamente deslocadas pela inefável presença de discursos de outros. (ECKERT-HOFF 2003, p. 275apud PAIM; GUIMARÃES, 2016).

¹⁵ **Identidade líquida** é um conceito do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Apesar de inicialmente ter simplificado a questão a fórmula unidade *versus* diferença – "como alcançar a unidade (apesar da?) diferença e como preservar a diferença na (apesar da?) unidade" (BAUMAN, 2005a, p. 48) – é muito claro o que está em jogo nessas "batalhas por identidade". Para o autor, elas são "misturas de demandas 'liberais' pela liberdade de autodefinição e auto-afirmação" com "apelos 'comunitários' a uma 'totalidade maior do que a soma das partes', bem como à prioridade sobre os impulsos destrutivos de cada uma das partes" (*idem*, p. 84). A compreensão da tensão entre as múltiplas identidades, aponta necessariamente para a profunda ambivalência que ocupa o cerne das estratégias de reconhecimento: na medida mesma em que demandam reconhecimento identitário, ou seja, igualdade legal e legítima, tais estratégias reproduzem diferença. Bauman, por sua vez, é mais assertivo: "As batalhas de identidade não podem realizar sua tarefa de identificação sem dividir tanto quanto, ou mais do que, unir. Suas intenções includentes se misturam com (ou melhor, são complementadas por) suas intenções de segregar" (BAUMAN, 2005a, p. 85). O cenário delineado pelo sociólogo polonês é liquidante.

O sujeito sociológico reverbera a complexidade do mundo, portanto é representado por uma compilação de várias identidades, muitas vezes contraditórias ou não resolvidas, “a identidade é definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor do ‘eu’ coerente” (HALL, 2015:12). Essa construção teórica se evidencia nas falas dos entrevistados, como se pode ver no trecho abaixo transcrito da entrevista realizada na pesquisa campo:

É outra questão aí de profunda discussão. O quê que é a identidade brasileira? Hoje se fala muito mais no plural né? As identidades que compõem nosso país ainda mais num país tão diverso, tão múltiplo, também de composição tão vária, então realmente é uma coisa que eu deveria ter dito até, que o [...] digamos o critério fundamental seria o valor que estes bens tem para uma identidade, no caso dos bens federais, pra identidade brasileira ou as identidades brasileiras, o mesmo caso para as estaduais e assim sucessivamente. Mais é isso exatamente que faz com que os critérios mudem. À medida que o país se tornou mais inclusivo né? Que o país se reconhece como múltiplo, como um país constituído por diversas constituições ele vai ampliando o leque. Então se iniciou uma proteção a bens de origem colonial portuguesa, então ele começa a ampliar de modo que o patrimônio é cada vez mais vasto. (OLIVA, 2016)¹⁶

A identidade perfeita, unificada, coerente e inabalável é uma ilusão. No ritmo que os processos de representação cultural se diversificam ficamos vulneráveis a uma pluralidade surpreendente de identidades tangíveis, com as quais poderíamos nos reconhecer ao menos transitoriamente (HALL, 2015). Nesse sentido, Mesquita (2008) sugere:

Descortinar os fios da Identidade é perceber sua composição: a identidade se produz na sua própria crise; é construída nos discursos, práticas ou posições que os indivíduos assumem; é aberta, contraditória, inacabada e fragmentada; é produzida pelo conflito, pela contestação; é constituída na enunciação da diferença; pode constituir-se em zonas de interstícios; é também composta de movimento que rompe com a ideia do fixo, do estável, do idêntico (MESQUITA, 2008, p.7).

Sendo assim, as identidades são “diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentidos a nossas próprias posições” (WOODWARD, 2000, p. 33). Mudanças estruturais na sociedade estão seccionando as diversas identidades

¹⁶ Entrevista: OLIVA, Terezinha A. de. **Terezinha Alves de Oliva**: depoimento [21 de junho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação – Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia e de nacionalidade, gerando, assim, uma indefinição de seus limites, o que tem incitado o que se denomina de “crise de identidade”. Para Hall, o dispositivo de identificação, que aloca nossas identidades culturais, “tornou-se mais provisório, variável e problemático”, esse modelo produziu um sujeito sem identidade estável, abalado continuamente pelas interpelações dos sistemas culturais que os rodeiam (HALL, 2015). Essa controvérsia da identidade pode ser elucidada com um novo pacto identitário que busque contemplar o sentido de tradição e de diferença. A identidade não se traduz em modelos ou padrões; simplesmente reside do sentimento de pertença. Não encontraremos arquétipos comum a todos, elaborados por força de leis, mas sim, elementos representativos que levam em consideração nossa essência, a diferença. Entretanto, esse pacto deve procurar ancoragens nas ações do presente, procurando considerar os grupos renegados (BASTOS, 2012).

No mundo moderno, a cultura nacional em que estamos inseridos se revela como fonte primordial de identidade cultural. Obviamente essa categoria de identidade não está formalmente gravada em nossa cadeia genética. Todavia, nós a assimilamos e naturalizamos como parte inerente do nosso ser. Sem o acolhimento dos bens simbólicos da nacionalidade o indivíduo moderno sentiria um profundo vazio pessoal (HALL, 2015). As culturas nacionais são fundamentadas em instituições culturais, mas também se estruturam em símbolos e representações. A cultura nacional se transfere pelo discurso, um canal que dá fluxo aos sentidos que influenciam e organizam nossa conduta e a nossa consciência. A cultura nacional, ao lavar o sentimento de “nação”, com o qual podemos nos identificar, constrói a identidade nacional. Esse sentimento está inserido nas histórias (narrativas), nas memórias e nas imagens que dele são construídas. A identidade nacional é uma comunidade forjada na memória coletiva, e a “nação” é uma comunidade simbólica capaz de suscitar um sentimento de coesão social e lealdade patriótica (HALL, 2015). Uma cultura nacional opera como suporte para bens e símbolos culturais de uma nação, uma convenção de elementos representativos. Segundo Ernest Renan, além dessa convenção outros vínculos colaboram para o princípio de unidade de uma nação: “a posse em comum de um rico legado de memórias... o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de uma forma indivisiva, a herança que se recebeu” (RENAN, 1990, p. 19).

Definidos os vínculos entre formação das nações e a construção de identidades, sua disseminação ficou a cargo da elaboração de uma história oficial. Ocorre que a produção historiográfica costuma envolver-se com a construção da memória nacional, sendo essa indicada para compor os livros didáticos de história destinados ao sistema educacional. O uso da educação como agente na construção do sentimento de nação nos remete ao final do século XIX e início de século XX, tanto na Europa quanto na América (CURY, 2013). A memória histórica, presa ao nascimento da nacionalidade, serviu como principal instrumento na consolidação das identidades nacionais, gestando no passado os símbolos nacionais que viriam materializar a ideia de nação (TAMASO, 2012).

Quando esta estratégia é utilizada, o comprometimento ideológico é contundente e seu caráter homogeneizador acaba subjugando outras histórias, impedidas de participar da história oficial do país, do estado e ou da cidade na qual vivem sujeitos polifônicos. São esses sujeitos multi-identitários que compõe o corpo vivo das cidades e que necessitam de uma força de coesão para viver em harmonia. Essa força mágica reside na identidade urbana, gerada por um processo dinâmico, que toca os sujeitos no campo afetivo. Esse processo comum de construção, realizado pelas histórias dos cidadãos de uma cidade, em paralelo a projetos socioculturais oriundos do Estado, expõe as lutas que envolvem identidade e memória e na elaboração das histórias que se deseja construir sobre estas cidades e seus habitantes (CURY, 2013). Nessa ótica, Ricardo Oriá (1997) nos convida a reflexão propondo a seguinte afirmativa:

[...] é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem memória não se pode situar na própria cidade, pois é o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direito e sujeito da história (ORÍÁ, 1997 p. 139).

A cidade é detentora de muitos elos afetivos. Ela se apresenta como um leque de possibilidades para a construção da memória dos habitantes, porque oferece a oportunidade de se pensar na complexidade temporal expondo nos elementos que compõe seus espaços, ou nos arranjos de suas paisagens, as

conexões dinâmicas entre os diversos tempos (passado, presente e futuro). O espaço urbano se constitui como um ambiente aberto às contestações, e convida à reflexão acerca da pluralidade das experiências humanas e expressões culturais (MIRANDA; SIMAN, 2013). O juízo de valor que se pode fazer de identidade cultural de uma cidade é tão inconstante como o próprio conceito de identidade, já que os comportamentos sociais sofrem diversas influências que provocam constantes mudanças, alterando conseqüentemente as identidades do local. É impossível congelar a identidade cultural de uma comunidade tal qual um retrato estático, pois deve-se levar em conta todas as dinâmicas que interferem nesta imagem mutante em construção (SANTIAGO, 2013).

Essa pluralidade de experiências proporcionada pelos lugares da cidade é objeto dos ensaios de Walter Benjamin (1984, 1987, 1989, 1994, 2006), nos quais sugere que a variedade de experiências vividas ao circular diariamente pela cidade enriquece substancialmente e modifica o conhecimento imprescindível, porém insuficiente, advindo das bibliotecas e seus livros. Benjamin enxergava na cidade a condição especial de ambiente singular, catalisador do pensamento sobre o tempo, o espaço e as relações humanas em toda sua polifonia. Paulo Knauss, no texto que fez para o prefácio da obra “Cidade, Memória e Educação” (MIRANDA; SIMAN, 2013), faz as seguintes afirmações sobre as reflexões de Benjamin:

[...] a cidade é antes de tudo experiência, [...] Desse ponto de vista, a compreensão do sentido urbano é feita a partir de seus sujeitos que são provocados por seus lugares e vivências que despertam os sentidos e conduzem a (re)construir significados sobre a cidade, a vida social e sobre si mesmo. O tempo da cidade não escapa à experiência da cidade, o que faz da história, da memória e das práticas da rememoração temas de reflexão sobre a cidade, pois a partir deles é que os sujeitos urbanos se reconhecem no trânsito de identidade que caracteriza o meio urbano.[...] a experiência da cidade educa, pois se caracteriza como espaço de formação que atinge níveis subjetivos profundos e provoca a cognição permanentemente (KNAUSS, 2013).

O conceito de cidade, produto das reflexões benjaminianas, nos sugere que a urbe tem a virtude de oferecer a seus habitantes, experiências limiares, que despertam múltiplos sentidos e a hipótese de novas descobertas. Essas descobertas estão pautadas na capacidade humana de se redefinir com o tempo e em lugares que promovem a compreensão da história, registradas pela memória e ampliadas pelas práticas de rememoração. É nesse ato de experimentar a cidade que nos permitimos interiorizar os símbolos que vão construindo, continuamente, nosso

sentido de pertencimento e identidade (MIRANDA; SIMAN, 2013). Isto pôde ser verificado na pesquisa de campo, pois quando o policial lotado no prédio do comando da Polícia Militar, e ex-morador do centro da cidade de Aracaju, Sr Flávio André Soares Bezerra (30 anos), foi perguntado na entrevista se o acervo arquitetônico do centro simbolizava para ele o registro da história, e, se havia uma identificação pessoal com esse conjunto, sua resposta nos forneceu elementos que confirmam tais reflexões em relação às experiências vividas na cidade e sua importância na formação da identidade, como expresso no trecho abaixo:

[...] Acho que sim porque tem pessoas que se identificam com o fato ou com coisas que existiam no passado, algumas que não existem mais: sorveteria, tipo a Cinelândia que já teve e não tem mais, trazem a algumas pessoas memórias desses fatos e apesar de hoje o Centro não ser lugar de tanta moradia, como já foi no passado, mas ainda assim algumas pessoas preservam essa tradição. As pessoas que vão pra missa e... O Senac, se não me engano, o Senac tem um... Tem um... Nos pratos que eles servem, tem um prato que é montando um cachorro quente que já teve no Parque (Parque Teófilo Dantas). [...] eu já morei no Centro, não no Centro Histórico. Já morei na Rua São Cristóvão, entre Siriri e Pedro Calazans. Então eu ia muito de pé, eu estudava no Colégio Tiradentes, onde hoje é o Campus 1 da Unit... Né? Então eu andava muito da minha casa para o Colégio...Né? E eventualmente ia ao Centro a pé. Então esse trajeto até hoje me traz uma nostalgia, uma nostalgia interessante. Eu sinto prazer em andar por esse trajeto. No Centro em si, em alguns lugares... Né? Gosto de passear. Tem uma lanchonete ali perto da Riachuelo, algumas lanchonetes no Centro e também no lugar que eu trabalho hoje, no Quartel, eu acho legal o trajeto (BEZERRA, 2016)¹⁷

A memória coletiva poderia colaborar para a seleção desses símbolos culturais. Neste sentido destacamos a relevância da memória para o sentimento de integração de um grupo social, no esforço que deve empreender para conformação de sua identidade. Contudo, uma vez definida essa seleção, o bem cultural eleito abandona a vulnerabilidade em relação às transformações da memória, ampliando sua resistência às revisões e a novos pleitos. A memória é “enquadrada” em prol da unidade (POLLAK, 1992). Esses bens podem assumir diversas formas, eles são polissêmicos, contêm em seu interior significados múltiplos relativos a um sujeito, a uma comunidade, a um país, a aspectos culturais, arquitetônicos, históricos ou artísticos. Podem ser materiais e imateriais, móveis ou imóveis, frutos dos saberes,

¹⁷BEZERRA, Flávio A. S.. **Flávio André Soares Bezerra**: depoimento [14 de julho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação – Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

da originalidade e da história que representem a identidade do grupo. No entanto, para esse trabalho estudaremos apenas patrimônio formado pelos bens materiais e históricos ligados aos sítios arquitetônicos, à arquitetura e a paisagem urbana.

2.2 Cidade Monumento: campo da educação.

Tudo aquilo que fortalece a unidade social, sua integração e, conseqüentemente, a sua identidade constitui um bem cultural, tangível ou intangível, ao qual a sociedade atribui um valor. Todos esses bens são representações que falam da vida de um determinado povo, numa determinada época. Como elemento constitutivo da cultura possui uma dinâmica particular que renova a todo instante no processo eterno de nosso cotidiano (CUNHA, 1998). Françoise Choay (2006) apresenta um ponto de vista mais amplo que envolve, por exemplo, valores artísticos e preservacionistas:

O patrimônio histórico é a expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (CHOAY, 2006 p.11).

O conceito de **patrimônio** histórico tem a amplitude como característica básica. É uma construção social complicada, incerta e polissêmica, cujos significados sempre se revestem de novas qualidades em função do tempo histórico e da intenção de quem o revela e com que finalidade o revela (ZANIRATO, 2014). Diante de tantas conceituações, percebe-se a complexidade do lidar com o patrimônio cultural. Essa dificuldade não passa pela compreensão do conceito, mas sim no volume de produtos antropológicos disponíveis, na subjetividade de sua seleção e no dinamismo característico do campo, além das inúmeras teorias e ideologias evocadas para legitimação do acervo criado (FERRAZ, 2012).

A montagem do patrimônio histórico e cultural de uma nação é um dos dogmas dos Estados modernos, que, por meio de indivíduos notáveis, recrutados entre os intelectuais locais e apoiados em ferramentas jurídicas, definem o conjunto de bens que formará o seu acervo. Selecionados pelo valor que lhe é conferido, enquanto símbolo da nação ou manifestação cultural emblemática, incide sobre

esses bens, a partir de então, a proteção do Estado, com o objetivo de garantir a perpetuação dos valores neles inculcados. Nesse sentido, os programas de preservação se propõem, basicamente, a criar uma identidade coletiva, educar e a formar os cidadãos. Esse é, ao menos, o argumento que costuma justificar a organização desses patrimônios e a elaboração de políticas públicas de preservação (FONSECA, 1997). Dois desafios regem essas propostas patrimoniais: o primeiro está relacionado à seleção de bens - que deve ser capaz de representar a pluralidade cultural para garantir o sentimento de pertencimento que endossa a identidade coletiva; e o segundo é o de fazer com que o acervo eleito tenha consensualidade e seja incorporado à diversidade (FONSECA, 1997).

Esses bens são designados para serem referências do passado, com um valor de testemunho, onde importa mais a autenticidade, a originalidade e o valor histórico do que a imponência. Esses bens são incluídos em uma catalogação em que os componentes do inventário podem assumir novas funções, diferentes das originais, mas que, mesmo revestidos de novas características, mantêm seu valor e nos obriga a lembrar. São obras que se prestam, ou que têm por finalidade gerar lembranças, guardar memórias de personagens, atos, e fatos passados e “dignos” de não serem esquecidos, preservados no intuito de perpetuação dessa memória e formação da identidade (OLIVEIRA, 2010). Em uma das entrevistas da pesquisa de campo, realizada com a Professora de História do Colégio Estadual Tobias Barreto, Mônica Carvalho Leite, sua resposta sobre a importância do acervo patrimonial para representatividade da identidade do Aracajuano revela alguns aspectos deste acervo que corrobora com Oliveira (2010), no sentido de entender o patrimônio como instrumento de rememoração a serem preservados para a perpetuação da memória e da formação da identidade:

[...] Olhe veja, quando a gente fala do acervo patrimonial a gente pensa na produção artística, na parte escrita, não somente para a questão dos prédios. Então essa identidade ela é extremamente importante porque é também a preservação da questão histórica né? De você se reconhecer seja naquela obra, seja naquele prédio, o que for, como uma referência do passado pra você poder ter esse contato visual com esse passado, trazendo informações para esse futuro ou pra esse presente. Então é extremamente importante (LEITE, 2016)¹⁸.

¹⁸Entrevista: LEITE, Mônica C. **Mônica Carvalho Leite**: depoimento [06 de julho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação – Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

A identidade se transforma em recurso metonímico dos processos de patrimonialização, ao passo que constitui sua retórica e representação semântica, mobilizada para conferir uma significação que se traduza em fortalecimento cultural. Assim nem todo bem patrimonial gera identidade, bem como nem toda identidade necessariamente cria patrimônio. (PEIXOTO, 2004) O Patrimônio Histórico é mais que um testemunho do passado, é um retrato do presente, uma expressão das tensões entre os diversos segmentos sociais, representações da herança cultural, bens que materializam e documentam a história da sociedade. O processo de registro atual estende a definição de patrimônio histórico para uma assinatura material decorrente das atividades humanas que superaram as mazelas do tempo e do espaço. Observa-se que, com esse novo olhar sobre a construção do passado e sua natureza identitária, a sociedade buscou ampliar seu acervo de símbolos de pertencimento e memória (BASTOS, 2012). Mais do que isso, a identidade se exhibe na materialização de seu patrimônio cultural, inventado para lembrar. Neste contexto a cidade é o lócus preferencial para a exposição e apreciação desses marcos simbólicos (PESAVENTO, 2008a).

Em “Política”, de Aristóteles, há uma afirmação de que a cidade “é uma comunidade de vida feliz, isto é, seu fim é a vida perfeita e autárquica para famílias e linhagens”. Obedecendo a uma mesma tradição linguística, cultural e política, na qual se estabelece a base das relações sociais e do bem-viver, a cidade difunde uma memória histórica de apego estético e afetivo por seu patrimônio material (monumentos, praças e construções). A *polis* é lugar de reflexão e de memória histórica, uma forma de memória articulada contra o esquecimento (MATOS, 2010).

No processo cognitivo das razões para se preservar um bem cultural, o movimento em benefício da conservação do patrimônio se estabelece oficialmente “em nome de valores científicos, estéticos, memoriais, sociais, urbanos...” (p.17), vinculados à memória coletiva do povo de determinado território, o que obriga a estabelecer a diferenciação dos conceitos de monumento e monumento histórico que, segundo Choay (2006), seria:

- a) Monumento: é qualquer artefato produto do saber, de uma dada comunidade, criado para recordar “pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (p.18). É o registro de um passado “escolhido”, que alimenta a memória coletiva da comunidade, preservando e mantendo sua identidade “étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar” (p.18), a partir da natureza afetiva essencial ao seu propósito, trata-se de tocar pela emoção, uma memória viva.
- b) Monumento histórico: é uma concepção do Ocidente, propagada na Europa a partir da segunda metade do século XIX, o monumento histórico não é originalmente criado com a função de lembrar, mas todo testemunho material do passado pode ser convertido em monumento histórico, artefato impregnado de memória.

Neste sentido, monumentos seriam artefatos criados com o intuito de lembrar um passado eleito como símbolo de determinada época e monumentos históricos seriam artefatos de épocas passadas que guardam características que fazem recordar o passado e por isso são preservados enquanto documento de legitimação da história (NOGUEIRA, 2006). Dentro desse universo de monumentos históricos preservados como bens materiais existem os bens móveis e imóveis, sendo que os últimos englobam tanto o patrimônio arquitetônico das cidades, quanto o “objeto” específico de que cuida esta pesquisa, cuja escolha se deu devido à própria condição proposta por sua eleição - realizada por intelectuais e especialistas - o que seria (ou não) patrimônio cultural do povo de Aracaju e o que merecia (ou não) ser preservado dentro de toda a materialidade da cultura.

A relação entre história e memória, tão recorrente neste ensaio, está na memória a natureza do patrimônio arquitetônico entendido como elemento essencial escolhido por ser o detentor de muitos vestígios da identidade de uma cultura, por conta da pluralidade de aspectos que uma cultura pode envolver (NOGUEIRA, 2006). Para que se compreenda a posição na qual o patrimônio histórico, principalmente o arquitetônico, encontra-se como símbolo da memória coletiva registrada, fonte de certa “identidade perdida”. Para tanto, é preciso enfatizar a distância cada vez maior entre a história e a memória, que pode ser compreendida ao tomarmos a ideia de Nogueira (2006) sobre um livro como um artefato que nasceu como um remédio para a recordação, mas não para a memória. Ao lerem um

livro muitos entenderão que são detentores do saber, mas em sua memória tais conhecimentos poderão se perder. O uso do livro como fonte de recordação relega a memória a uma posição de coadjuvante, pois garante o acesso imediato e direto à informação a qualquer hora, representando a materialização do conhecimento e da memória. Neste sentido, para que seja preservada a memória materializada no livro exige-se apenas a conservação do “livro-objeto”, deve-se então salvaguardar a matéria. Transpondo esta lógica para a esfera urbana e social, teríamos que para se preservar a cultura deve-se preservar o edifício, a construção, a arquitetura (NOGUEIRA, 2006).

No âmbito da preservação, a Carta de Atenas¹⁹ marcou o começo das formulações intergovernamentais, em nível internacional, de diretrizes voltadas para a “proteção e conservação” do patrimônio cultural.

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem a sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que o detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança (Carta de Atenas, 1933).

Fica clara, por essa passagem, a importância atribuída ao patrimônio na formação do que denominaram de alma da cidade, mas o evento priorizava a definição de diretrizes que conduzissem o desenho urbano através e de outros aspectos do urbanismo modernista. Por conseguinte, a Carta de Veneza, documento direcionado ao tema do patrimônio e fruto dos debates do Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, aprovou o texto seguinte:

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um

¹⁹A **Carta de Atenas** é o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933. O evento, que teve como tema a "cidade funcional", discutiu aspectos da arquitetura contemporânea. Foi dominado pela visão dos franceses e de Le Corbusier em particular, onde, o tópico sobre patrimônio histórico foi introduzido por solicitações dos delegados italianos. A Carta considerava a cidade como um organismo a ser concebido de modo funcional, na qual as necessidades do homem devem estar claramente colocadas e resolvidas.

acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (Carta de Veneza, 1964).

O artigo inicial explicita o campo de interesse da Carta, sugerindo um olhar mais focado sobre o patrimônio do que a Carta de Atenas. Note-se que, um "monumento histórico", pode ser uma obra arquitetônica ou também um sítio, urbano ou rural, que não tenha necessariamente "valor" extraordinário no sentido formal e documental, mas que tenha contraído com o tempo representação cultural, o que envolve um leque mais amplo de significados. Ou seja, pela definição aprovada, o interesse pelo monumento histórico pode voltar-se apenas a seus aspectos memoriais e simbólicos (KÜHL, 2010). Os participantes do congresso entenderam que não deveria haver limites cronológicos para seleção dos bens, por isso a Carta acolhe o patrimônio construído referente a qualquer época, inclusive a arquitetura recente. Nesse aspecto Choay (2006) coloca que o patrimônio edificado, que era entendido como "monumentos históricos" quando da confecção da Carta, hoje, não param de aumentar, devido a esse alargamento do quadro cronológico e inclusão das diversas geografias onde se localizam esses bens. A partir de então, o patrimônio passou a ser representados não só por edificações isoladas, mas por conjuntos edificados e pelo próprio tecido urbano.

Em um processo dinâmico, ao longo do tempo, o conceito de patrimônio cultural, e os procedimentos de preservação ligados a ele, sofreram adaptações para se adequar ao contexto de cada período. Na Antiguidade, o patrimônio era um valor aristocrático relacionado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas da sociedade enraizada no tempo e no espaço, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal Greco-romana. Já na Idade Média, adiciona-se a este caráter aristocrático e familiar do patrimônio o simbolismo de unidade, de coletivo, reforçado pelo censo religioso. Monumentos, relíquias e cultos passam a ser respeitados e preservados como patrimônio coletivo, embora sob a tutela da igreja (NASCIMENTO, 2012). Os humanistas do Renascimento fomentavam a valorização da Antiguidade, e acabaram por induzir o colecionismo, portanto, é neste período que nascem os antiquários, de onde resulta o embrião do conceito e da aplicabilidade do patrimônio cultural moderno. Entretanto, é a formação dos Estados Nacionais, impulsionada pela Revolução Francesa, que iria conferir a noção moderna de patrimônio.

Na concepção dos revolucionários franceses, o Estado Nacional, portanto, deveria integrar um conjunto de cidadãos que compartilhassem a mesma língua e a mesma cultura, derivada de uma origem e um território comum. Para isso, foi imprescindível a implementação de políticas educacionais que difundissem, já na infância, o sentimento de pertencimento a uma nação (NASCIMENTO, 2012). No âmbito internacional, a formação dos Estados Nacionais se deu por volta do final do século XVIII e início do XIX, quando ocorre um movimento de autoafirmação que vai afinar a pesquisas e seleção de bens patrimoniais apontados como dignos de preservação, no intuito de compor um acervo que consolidasse o nacionalismo, a identificação e o sentido de pertencimento entre os cidadãos e seus Estados, o que contribuiria com o fortalecimento desses Estados emergentes (NASCIMENTO, 2012). Os debates se acentuaram durante o século XIX com a proliferação de novos estados nacionais. Paralelamente, foi se instituindo uma tendência de vincular o patrimônio cultural aos intelectuais, depositários dos saberes eruditos, o que restringiu o acervo patrimonial a grandiosas ou excepcionais construções, monumentos, ou obras de arte (PAIM; GUIMARÃES, 2016). Nessa lógica, “o patrimônio nacional, além de constituir uma referência para a construção de uma identidade comum a um povo que compartilha o mesmo território nacional estaria também referido ao que de melhor a humanidade produziu” (ABREU, 2009, p.36). Assim, o conjunto de bens patrimoniais era percebido como algo excepcional, uma representação do que há de mais erudito, porém, o afastava das pessoas comuns.

Posteriormente, um contramovimento defendeu que os direitos culturais e à identidade são direitos fundamentais, uma vez que o patrimônio cultural, suporte efetivo desses direitos, provido por todas as formas de expressão, constitui a materialização do sentimento de pertencimento que consolida nossas identidades e distinguem os bens culturais como bens de apropriação coletiva. Esse discurso tem na memória o seu estandarte e expõe no território o conflito das identidades que lutam para se firmar enquanto instrumentos ideológicos, cujo objetivo seria a disputa do poder e que têm nos direitos culturais um foro de debates (BASTOS, 2012).

Dito isso, pode-se alegar que na genealogia do patrimônio cultural escolhido como merecedor de preservação, as comunidades vulneráveis, foram “invisibilizadas” e excluídas, em nome de um pretense bem maior, a construção de uma nação supostamente igualitária culturalmente. Logo a imagem construída por

essa política de patrimônio está muito distante de representar a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural (NASCIMENTO, 2012).

Nesse sentido, o depoimento do professor e membro do Conselho de Cultura do Estado por vários mandatos, Sr. Luiz Fernando Ribeiro Soutelo revela de forma incisiva a condição semântica do acervo patrimonial da cidade de Aracaju, pois quando perguntado se considerava que ele representava a identidade do povo aracajuano, respondeu enfaticamente que “não”, afirmando em seguida que “*ele representa a identidade de um determinado seguimento da sociedade sergipana*” (SOUTELO, 2016)²⁰, mais especificamente, a elite. A política patrimonial tende a ser elitista, pois a seleção dos bens que compõe o acervo cultura é determinada pela elite intelectual local.

O processo de apropriação cultural é uma manifestação que implica em controle social, disputa de poder, sendo também a melhor forma de identificação e conseqüentemente de construção da identidade, principalmente a respeito do patrimônio arquitetônico, desta forma “apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, assim sendo uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio”. (GONÇALVES s/d, p.24 apud NOGUEIRA, 2006). Portanto, a política cultural²¹ teve que diversificar seu acervo patrimonial para que essa população polissêmica, que constitui a nação, viesse a se apropriar desses bens, uma vez que sem apropriação, não há identidade, e sem identidade, não há nação. O importante é que os bens em questão estejam vinculados aos povos formadores da sociedade e que tragam consigo referências à identidade, a cultura, e a memória desses grupos (FERRAZ, 2012). Sendo assim, o alargamento do conceito adota “a busca de uma ideia ampliada de nação que passa

²⁰ SOUTELO, Luiz F. R. **Luiz Fernando Ribeiro Soutelo**: depoimento [16 de junho de 2016]. Entrevistador: Edílio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação – Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

²¹ O *Dicionário crítico*, coordenado por Teixeira Coelho (1997, p.293), aponta que a **política cultural** pode ser algo além de uma ciência da organização das estruturas culturais: “entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se como o conjunto de iniciativas, feitas por esses agentes, que pretendem promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático” (SANTIAGO, 2013, p.33).

a valorizar os diferentes grupos de identidades e a diversidade cultural” (GIL, C. 2013, p.48).

Para que a implantação de uma política cultural local corresponda às expectativas da comunidade e aponte um compromisso com a construção da identidade de uma cidade, faz-se necessário estimular a participação cidadã nas decisões sobre o patrimônio (SANTIAGO, 2013). Diante deste panorama, o patrimônio deixou de ser um instrumento focado na construção da nação e se transfigurou em um elo identitário de representação da diversidade, consolidado em simulacros de polifonia cultural, tendo como cenário privilegiado a cidade, palco da materialização das identidades locais mesmo frente à desumanização capitalista e a globalização. Portanto, “[...] passamos hoje de um patrimônio nacional a um patrimônio identitário, de um patrimônio herdado a um reivindicado, de patrimônio visível a um patrimônio invisível, de um patrimônio ligado ao Estado a um patrimônio social, étnico ou comunitário” (GIL, C., 2013, p. 160).

Desse modo, as ações de preservação do patrimônio não apenas se deslocou do eixo nação para o eixo cidades, transformou-se ainda em uma retórica da agregação. Não se preserva para impedir o desaparecimento, mas para se atribuir valor ao lugar. Os conflitos que observamos nesse aspecto “dizem respeito aos diversos grupos particulares que disputam, material e simbolicamente, a definição do que é cidade e do que - e para quem - deve constituir sua memória” (RUBINO, p.149, 2008). A apropriação desses bens por essa diversidade e o sucesso dos instrumentos de preservação - como o tombamento, registro oficial do acervo patrimonial -, depende do valor simbólico que a sociedade atribui a eles.

Assim, uma das possibilidades para o sucesso na preservação do patrimônio seria compartilhar com a população o conhecimento e a responsabilidade pela conservação dos bens culturais. Sendo esta responsabilidade considerada um dever de todos, a educação se oferece como estratégia mais apropriada, mas não só na educação formal, como é transmitida nas escolas, falamos de uma educação mais abrangente, de processo contínuo, onde experiências cotidianas sejam exploradas como mecanismos de aprendizagem (MOTTA; SILVA, 1998).

A busca pelo envolvimento da comunidade nesse processo passaria, necessariamente, pela educação. Seria fundamental ir além dos instrumentos de proteção do patrimônio. Hoje, o propósito dos programas de preservação é

promover a reflexão e o sentimento de pertencimento por nossos lugares da memória, por meio de uma educação que promova a valorização de nossa diversidade cultural e permita a compreensão da história, registrada pela memória e potencializada pelas práticas de rememoração.

O patrimônio histórico é um campo excepcional onde as pessoas podem vivenciar diferentes experiências, sendo percebido como “campo de educação”. O conhecimento poderia se transformar num instrumento de preservação do patrimônio cultural, sendo esse o papel da educação: garantir o acesso ao conhecimento para formar indivíduos críticos, criativos e autônomos, capazes de interagir com o meio e transformá-lo (LIMA, 2012). Nesta mesma linha, diz Maria de Lourdes Horta (1999):

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA, p.6, 1999).

Entretanto, deve-se ter em vista que o campo da **Educação Patrimonial** também é território de litígio, aberto para a movimentação, negociações e disputas de conceitos e sentidos. Disposições, tendências e metodologias diversas estão dispostas nesse campo. Assim, toda tentativa de resumir a uma única metodologia as ações da educação patrimonial também pode ser entendida como esforço de supressão de diferenças (LIMA, 2012) e as práticas educativas que envolvem a sensibilização ao patrimônio cultural devem ser entendidas como uma possibilidade de diálogo dentro de um processo ativo de conscientização e apropriação de nossa cultura, num espaço de disputas e diversidades.

Desta forma, a percepção do espaço urbano como agente pedagógico implicaria transcender a superficialidade e parcialidade do ensino formal e permitiria enxergar a educação como algo espontâneo que acontece no cotidiano da cidade, oferecendo um “currículo oculto” habilitado a transmitir conhecimento sobre inúmeros elementos da cultura. As relações de poder inerente à cidade se refletem na sua malha viária, em suas formas, usos e significados de suas edificações, na dança dos corpos e mercadorias que nela circulam, nos odores e sons que a tomam. A cidade instaura uma educação dos sentidos o que dilata significativamente as

potencialidades das ações pedagógicas em relação ao patrimônio e subsidia as pretensões desse trabalho (PAIM; PAIM..., 2012).

A investigação dos diferentes espaços de uma cidade, com suas particularidades e contradições e, principalmente, com pessoas concretas vivendo nela, poderá contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica, na medida em que passamos a conhecer a forma como os diferentes grupos viveram e organizaram-se no espaço. Essa reconstrução histórica permite aflorar o sentimento de pertença e cidadania, na medida em que os educandos podem refletir, selecionar, escolher marcas significativas, enfim, identificar bens culturais que se quer coletivamente preservar, apropriar e usufruir. Desta forma, ao possibilitar ao aluno reconhecer-se parte de uma memória comum, criadora de identidade, estará se concedendo uma melhor compreensão do espaço de que são herdeiros, pois não podemos nos integrar plenamente na cultura de uma cidade, se não nos apropriarmos da herança histórica que estrutura essa mesma cidade. (LÜTK, 2011, p.3)

A cidade é reverenciada como a “escola da vida”, uma mídia física de difusão de conhecimentos culturais aleatórios, palco da sociabilização de seus habitantes. Suas experiências triviais configuram valorosas e informais ferramentas de aprendizagem que formam o seu currículo oculto. Através de seus elementos, a cidade, tem a capacidade de informar aos seus usuários que tipo de comportamento ou conduta deles se espera, utilizando como meio informativo os espaços e lugares da memória que possuem e que pode ser explorados com finalidade educativa (GRAZIANO, 2012).

Desta maneira, a Educação Patrimonial ratificaria a concepção de um novo sentido de cidade e de patrimônio cultural, que alimenta o surgimento de novas práticas pedagógicas informais, fazendo refletir sobre as limitações do ambiente escolar. Assim, as ações pedagógicas relacionadas à educação patrimonial desenvolvidas no espaço urbano buscariam alicerçar a construção da cultura local e dos saberes-fazeres das comunidades envolvidas com experiências e lugares privilegiados para práticas pedagógicas, contribuindo para uma apropriação positiva e construção da cidadania a partir do contato direto com bens culturais tidos como fonte (SCHIAVON; SANTOS, 2011).

A Educação Patrimonial, portanto, mostra-se como um possível instrumento na busca pela apropriação do patrimônio cultural, capaz de fornecer de maneira efetiva sentido às experiências vividas, ao cenário construído e ao processo de aprendizagem desses conteúdos, pois trabalha a possibilidade de práticas de rememoração ligadas ao simples ato de circular pelos espaços urbanos,

estabelecendo vínculos duradouros entre identidade, memória e cidadania (IPHAN, 2011). As experiências de rememoração, por sua vez, conduzem a uma miscelânea de temporalidades e olhares distintos, que cultiva o envolvimento afetivo, em relação ao conjunto patrimonial, sem, tampouco, esquecer o necessário estranhamento. Essa rememoração pelo recurso da patrimonialização dos bens seria, para Benjamin (2006), uma estratégia de ressarcimento, à medida que o patrimônio representa “rastros” preservados de um passado em meio a uma selva desumanizada. Assim, à proporção que se perdem esses rastros ou seus significados de testemunhas do passado ou de símbolos da tradição, prescreve-se uma atualização perigosa deles – pela patrimonialização – que pouco se respeita e que se preservou ou se transmitiu como tradição criando simulacros que escondem as diferenças temporais, falsificando o que restou do patrimônio.

Esses são os alicerces que embasarão esta obra.

3. Chave de abóboda: o acervo patrimonial de Aracaju

“O centro de uma cidade foi, por muito tempo, o cartão de visitas de uma cidade. Mesmo que tais espaços tenham sofrido degradação, deixaram marcas, que funcionam como padrões de referência identitária para uma cidade.” (PESAVENTO, 2008).

Na arquitetura, a “chave de abóboda” é a pedra colocada no vértice de um arco ou em uma interseção das nervuras estruturais da cúpula de um edifício, como uma cunha pendente presa no centro do teto, garantindo assim o fechamento da estrutura e sua estabilidade (KOCH, 1996). Este é o objetivo desta seção, com um resumo da história da formação da cidade de Aracaju com destaque para seu “núcleo fundacional” e para a constituição de seu acervo cultural oficial. A pretensão é munir o interlocutor com as informações complementares para compreensão dos debates deste trabalho, criando assim, junto com a fundamentação teórica, o fechamento da estrutura que deu suporte as análises da pesquisa qualitativa e que investiga a relação entre a constituição do patrimônio histórico e cultural e a construção da identidade e da memória coletiva.

O referencial teórico apresentado na seção anterior serviu para auxiliar o entrelaçamento do patrimônio material do sítio fundacional da cidade de Aracaju com o conceito de “Centro Histórico” de Leticia Nardi, refletido nos espaços da cidade pelas “experiências” vividas pelos transeuntes (defendidas por Walter Benjamin em sua obra). Juntos nos forneceram pistas para verificar se o conjunto arquitetônico do patrimônio se constitui referência para a identidade do aracajuano e qual o papel da educação nessa relação. Neste momento, rastreiam-se os espaços da cidade que já são postos como representativos de sua memória pelo Poder Público, e, por se tratar do núcleo fundador da cidade de Aracaju, a abordagem se cinge ao período de sua consolidação, final do século XIX e início do XX, marcado pela passagem da “modernidade” em nossa capital.

Assim, pressupondo que estes espaços foram determinados como possuidores de valor simbólico, na salvaguarda das experiências culturais registradas pela história oficial, partimos da premissa de que seriam (ou deveriam

ser) geradores de identidade, memória e cidadania. Desta forma, analisaremos tais espaços como passíveis de historicidade e intencionalidade, a fim de tecer considerações analíticas no sentido de verificar se há possibilidade de transformá-los em espaços destinados a educação patrimonial e qual seria a importância disso para a preservação da memória na cidade de Aracaju.

3.1. Diagnóstico do terreno: a genealogia do patrimônio oficial de Aracaju

Para iniciar a genealogia patrimonial de Aracaju realizou-se um breve levantamento sobre a historiografia da formação da cidade, tentando contextualizar o período de sua acomodação que se passou nos meados do século XIX e que só foi consolidado no início do século XX, período conhecido como “*Belle Époque*”. O mundo buscava ser moderno, ou seja, civilizado, industrial e urbano, e, no Brasil (e na cidade de Aracaju), não foi diferente.

Nascia, portanto, uma nova ordem - o da modernização das cidades -, processo longo que se inicia nesse período, cuja justificativa era adequar a vida urbana aos desígnios do processo de industrialização, símbolo do progresso, que imputava novas regras na forma da cidade e no comportamento dos indivíduos (CURY, 2013).

3.1.1. A “nova ordem”

A cidade de Paris, em meado do século XIX, foi o ícone desse momento modernizador. Paris despontara como a cidade burguesa por excelência. Foram as intervenções urbanas de Haussmann²² que transformaram a cidade na maior instituição da sociedade capitalista moderna, um espaço configurado segundo a lógica da burguesia local, impondo um modelo espacial específico que viria condicionar o jeito de pensar e viver na cidade. As medidas de Haussmann estavam

²² Georges Eugène **Haussmann** foi Prefeito do Sena (Paris) entre 1853 e 1882 com poderes quase ilimitado dentro do governo de Napoleão III.

diretamente ligadas ao “regime de prosperidade” anunciado pelo Império²³ e se identificavam com o novo espírito empresarial que prometia uma perspectiva de lucros rápidos, atraindo os grandes grupos financeiros para participarem dos empreendimentos que promoveram a reorganização da capital francesa (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 2013). Evidentemente, o projeto de reorganização e embelezamento de Paris não foi apresentado dessa maneira: Haussmann promovia o culto do Belo, do Bem, das grandes coisas, da bela natureza inspirada na arte e o propósito econômico se ocultava sob os argumentos técnicos e pretextos estéticos. Na escolha de um movimento artístico representativo, adotou-se o estilo neoclássico como referência, ao menos de modo superficial, expresso nas fachadas de seu conjunto arquitetônico e sem o constrangimento das contaminações do eclético²⁴. Na malha da cidade, uma retórica de grandes avenidas (eixos geométricos), de praças marcadas por monumentos, de monumentos distribuídos em uma rede cujos encontros serviam de marcos visíveis, buscava a reprodução do classicismo.

Os argumentos técnicos eram a modernização e a salubridade (higienização) refletidos na melhoria das condições de moradia, transporte e infraestrutura, produzindo uma mudança estrutural profunda para tornar a cidade “equipada”. A noção de *via* se diversifica e pluraliza as funções distributivas: distribuição rápida de pessoas, alimentos, água e gás e remoção de lixo. A inauguração desses equipamentos ressaltou as diferenças recomendadas por uma ideologia de segregação que anunciou e, em muitos aspectos, iniciou a prática do zoneamento em uma Paris industrial. Essa estratégia de separação mais a vantagem da facilidade de controle social, resultado dessa política hausmanniana, transformou a cidade de Paris em um modelo, portanto, a imagem que Hausmann deu a capital francesa satisfaz totalmente a nova burguesia industrial, a “paixão era absoluta” (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 2013).

²³ **Império de Carlos Luís Napoleão Bonaparte, Napoleão III**, foi o 1º presidente da Segunda República Francesa e, depois, Imperador da França no Segundo Império. Era sobrinho e herdeiro de Napoleão Bonaparte. (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 2013).

²⁴ O estilo **eclético** ou historicismo imprime à pintura, música e poesia novas formas estilísticas partindo de uma diversa concepção da natureza e da história. No entanto, não dá origem a um novo estilo arquitetônico. Ao contrário, as formas arquitetônicas dos estilos precedentes foram realçadas e classificadas. Como num jogo seus elementos são extraídos das construções e recompostos em novos edifícios, ou segundo um estilo puro ou numa mescla eclética de estilos (KOCH, 1996:62).

Seria sob o Segundo Império francês que a imagem de Paris começou a ser idealizada e reorganizada por Haussmann. As modificações efetivadas por ele levaram Benjamin (1989, p.41) a afirmar que nessa época Paris se torna “uma cidade estranha para os próprios parisienses”. Harmonizando os interesses do Estado e dos grandes grupos financeiros, Haussmann consegue implantar sua política de urbanização. Paris foi a cidade do movimento, da multidão, a capital do século XIX, palco das exposições universais, capital do luxo, da moda, do jogo, do colecionador, da prostituição, do *flâneur*. Paris era a cidade excêntrica, onde os nativos se tornaram exilados; foi a cidade símbolo da modernidade que tudo transforma no universo de sua própria mutação, foi a capital do capitalismo, da especulação financeira, sob o impulso dos tecnocratas (COUTO, 2008).

Esse modelo parisiense vai se expandir por várias capitais do planeta, configurando-se como ideal de modernização que se refletia nos hábitos, nos costumes, na vontade de renovação e de remodelamento, projetados na ostentação da arquitetura e do comércio, na construção de uma imagem de sociedade elegante que pode ser considerada vitrine de uma mentalidade cosmopolita e europeia, e, em alguns casos, mascarar o desenvolvimento propriamente dito. Os ditames dessa sociedade banhada pela modernidade eram: o progresso, a indústria, e o capital, mas seria impossível não notar as dissonâncias provocadas por essa exigência de modernização constituída de fantasia e sonho que generalizou o modo de vida urbano, mas não conseguiu modificar a dinâmica social em algumas cidades (FABRIS, 2000).

No Brasil, com a abolição da escravatura e a proclamação da República, a oligarquia brasileira estava preocupada com a questão nacional. Imbuídos de posicionar a nação a altura do século XX europeu, estudavam as possibilidades de progresso, industrialização, urbanização e europeização do nosso país (IANNI, 2004). Assim, ser moderno não seria apenas uma necessidade, mas um imperativo categórico, a que o Rio de Janeiro não poderia deixar de responder, modelando-se no exemplo de Paris e das reformas haussmannianas (FABRIS, 2000: 24) e coube aos engenheiros o papel de finalizar o ciclo de atraso colonial e construir o símbolo de uma nova ética, submetendo o novo desenho da cidade, sede do Governo, a uma doutrina fundada sobre o binômio: civilização (multidão disciplinada) e progresso (verticalização, embelezamento, mecanização e industrialização). A

cidade era o palco da “teatralização do poder”, ritualização da ordem social, obtida por meios persuasivos e retóricos de controle, o que transformou sua paisagem em um instrumento pedagógico de conformação do indivíduo. Esse era o modelo a ser imitado, replicado em todo o Brasil (FABRIS, 2000).

No Rio de Janeiro, capital do Império, nos anos de 1851 a 1854, sucedia um surto de progresso com a inauguração do Banco de Mauá, instalação do telegrafo, iluminação pública a gás, e a circulação da notícia da assinatura, em Londres, do projeto para a construção da primeira Estrada de Ferro D. Pedro II. O governo almejava que esse progresso atingisse as diversas regiões do Brasil, assim espalhando certo otimismo proveniente dos avanços científicos e técnicos do século XIX (SOUZA, 2013).

A malha ferroviária foi um equipamento primordial para as relações inter-regionais. Na região Sudeste, o sistema foi subsidiado pelo café, mas o traço de sua arquitetura não pode diferenciar daquela promovida pelo açúcar no Nordeste, pela borracha no norte ou pelo gado no sul. O que foi visto também em relação a outros equipamentos como portos e mercados, coretos de praça, galpões, pontes pontilhões e viadutos que o Governo brasileiro e as suas províncias importaram da Europa entre 1850 e 1930. Pode-se dizer que “o trem foi símbolo de modernidade e de nova racionalidade” (PEIXOTO, 2008, p.228) transformadora dos centros urbanos no Brasil. Paulatinamente o movimento de modernização foi se expandindo. Diversificou-se o leque de debates científicos, filosóficos e artísticos. Espalham-se centros de estudos universitários, públicos e privados, que divulgam seus ideais. Além do Rio de Janeiro, também São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belém e outras cidades foram submetidas às intervenções de remodelamento, tanto do espaço urbano, como do comportamento da população (IANNI, 2004).

Alguns anos antes, mas já sobre essas premissas modernas, em meados do século XIX, mais precisamente em 1855, nasce por ato administrativo a cidade de Aracaju, capital da província de Sergipe. A cidade havia sido constituída dentro de uma conjuntura política favorável, pois o país havia superado as turbulências políticas de sua independência e o tumultuado período de regência do infante Imperador Pedro II, - serenado pela sua maioria. Esse período de quietude

política e social, reforçado por essa busca de modernidade, facilitou a transferência da capital de Sergipe da velha cidade de São Cristóvão, fundada em 1690, símbolo da colonização portuguesa na região, para a área da Olaria pertencente ao arraial de Santo Antônio do Aracajú, as margens do Rio Sergipe. Surge, assim, a nova capital, como símbolo de um desejado progresso (PORTO, 1944) que nasceu também da necessidade de um porto capaz de escoar as riquezas e facilitar o comércio com a província de Sergipe, pois, na falta de um porto em outra cidade, o comércio marítimo era feito pela cidade de Salvador, província da Baía de Todos os Santos. A capital da época, a cidade de São Cristóvão, em virtude de sua localização geográfica, tinha grandes dificuldades de comunicação marítima com outros centros comerciais, pois dependia das marés para viabilizar a navegação. Assim, o que orientou a escolha do local para a fundação da nova capital foi à existência de um ponto de escoamento para o mar.



Fig.01 - Mapa de Aracaju no ano de 1855.
Fonte: PORTO, Fernando. A Cidade de Aracaju: 1855-1859

Nesta conjuntura, o povoado de Santo Antonio do Aracaju era o local mais propício para o atendimento das necessidades e para o progresso da província. A transferência da Capital de São Cristóvão para Aracaju se deu através da Resolução nº413, de 17 de março de 1855, na administração do Presidente Inácio Joaquim Barbosa (NASCIMENTO, 1981). Os principais argumentos que contribuíram para essa transferência foram: o difícil acesso naval a São Cristóvão pela barra do Rio Vaza-Barris, a proximidade da nova sede do Governo a mais próspera região econômica da província – o vale do Rio Cotiguiuba -, a necessidade de um maior

controle sobre o escoamento da produção açucareira e os problemas urbanísticos da antiga capital da província, característicos de uma cidade do período colonial que teve sua ocupação baseada em fortificações e num sítio bastante acidentado, com arruamento tortuoso e malha irregular. Neste sentido, a transferência da capital estava em sintonia com o momento do país que, guiado pelas políticas desenvolvimentistas do Segundo Reinado, capitaneava o reconhecimento do país como nação moderna (SOUZA, 2013).

O modelo da cidade de Aracaju era uma solução encontrada dentro desse espírito “desenvolvimentista” do Barão de Mauá²⁵ e das primeiras ideias nacionalistas já presentes no Segundo Reinado para resolver os problemas da região. O princípio “desenvolvimentista” defendia o melhoramento econômico, um forte intervencionismo estatal e a força unificadora do nacionalismo (SOUZA, 2013).

Segundo Fernando Porto (1944), quando da idealização da nova cidade, o propósito do então Presidente da Província de Sergipe, o Sr. Inácio Joaquim Barbosa e do idealizador formal de seu traçado urbano, o Capitão de Engenheiros Sebastião José Basílio Pirro, imbuídos do espírito progressista da época, era criar

²⁵ **Irineu Evangelista de Sousa, Barão** depois **Visconde de Mauá** (Arroio Grande, 28 de dezembro de 1813 – Petrópolis, 21 de outubro de 1889), foi um comerciante, armador, industrial e banqueiro brasileiro. Ao longo de sua vida foi reconhecido, por contribuição à industrialização do Brasil no período do Império (1822-1889), dos títulos nobiliárquicos primeiro de barão (1854) e depois de Visconde de Mauá (1874). Foi pioneiro em várias áreas da economia do Brasil. Dentre as suas maiores realizações encontra-se a implantação da primeira fundição de ferro e estaleiro no país, a construção da primeira ferrovia brasileira, a estrada de ferro Mauá, no atual estado do Rio de Janeiro, o início da exploração do Rio Amazonas e afluentes, bem como o Guaíba e afluentes, no Rio Grande do Sul, com barcos a vapor, a instalação da iluminação pública a gás na cidade do Rio de Janeiro, a criação do primeiro Banco privado do Brasil, e a instalação do cabo submarino telegráfico entre a América do Sul e a Europa.

Foi o principal representante dos primórdios do capitalismo na América do Sul, ao incorporar e adotar, no Brasil, ainda no período do Império brasileiro (1822-1889), em suas empresas, os recursos e maquinários aplicados na Europa e nos Estados Unidos no período da Revolução Industrial do século XIX. É considerado, pelos registros históricos, como o primeiro grande industrial brasileiro. Foi um dos grandes opositores da escravatura e do tráfico de escravos, entendendo que somente a partir de um comércio livre e trabalhadores libertos e com rendimentos poderia o Brasil alcançar situação de prosperidade.

De início incompreendido e contestado por uma sociedade rural e escravocrata, hoje é considerado o símbolo dos empreendedores capitalistas brasileiros do século XIX. Foi precursor, no Brasil, do liberalismo econômico, defensor da abolição da escravatura, da valorização da mão-de-obra e do investimento em tecnologia. No auge da sua carreira (1860), controlava dezessete empresas localizadas em seis países (Brasil, Uruguai, Argentina, Inglaterra, França e Estados Unidos). No balanço consolidado das suas empresas em 1867, o valor total dos ativos foi estimado em 115 mil contos de Réis (155 milhões de Libras Esterlinas), enquanto o orçamento do Império, no mesmo ano, contabilizava 97 mil contos de Réis (97 milhões de Libras Esterlinas). Ver: https://www.ebiografia.com/barao_maua/

uma cidade totalmente diferente da antiga capital e, para isso, lançaram mão de um plano ortogonal, com quarteirões quadrados e ruas de largura invariável, formando um tabuleiro de xadrez às margens do Rio Sergipe, que justificaria sua própria existência. Pirro agiu influenciado por tendências urbanísticas daquele período, muito inclinadas ao uso exagerado de linhas retas e malha de forma geométrica.

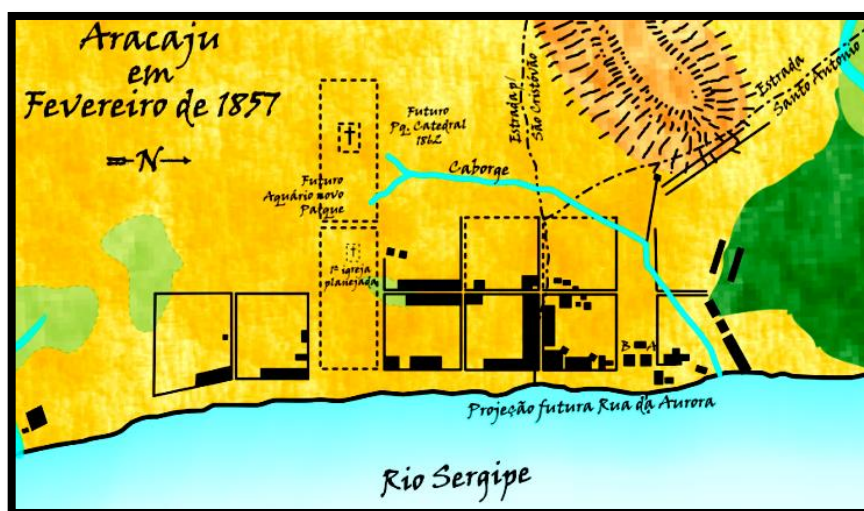


Fig. 02 - Mapa de Aracaju em 1857, malha do núcleo fundacional.
Fonte: PORTO, Fernando. A Cidade de Aracaju: 1855 -1859

O projeto da cidade era simples, se resumia a um tabuleiro, plano de ruas perpendiculares dentro de um quadrado com faces de 1.188m. Esse projeto estabelecia uma série de quadras simétricas de 110m de largura por 110m de comprimento, intercaladas por ruas de 13m de largura e avenidas de 20 a 25m de largura, dispostas nos sentidos norte/sul e leste/oeste (NASCIMENTO, 1981). O quadro urbanístico inicial da cidade era desestimulante. As repartições públicas abrigavam-se em precárias condições. O próprio presidente da província instalou-se numa casa de palha, onde concedia audiências e despachava. A Assembleia reunia-se à sombra de um frondoso cajueiro. A vida em Aracaju era “incivilizada”. Ruas de chão batido, alguns poucos casebres de taipa e palha, uma típica colônia de pescadores cercada de mangue e infestada de endemias tropicais (NASCIMENTO, 1981). Um ano após sua fundação ainda se esboçava os serviços de demarcação do plano urbanístico tomando como ponto de partida a margem do rio e iniciava-se a implantação do saneamento básico da cidade (NASCIMENTO, 1981).

O Governo brasileiro alinhava-se ao mundo mercantilista e, para isso, promoveria inúmeras intervenções nesse sentido. As “novas” cidades seriam “lugares de consumo”, mercado para produtos que promoveria o bem estar e a

melhoria das condições de vida dos cidadãos - mais conforto e novos costumes. Nessas cidades se respiravam os ares do “progresso” e da “civilização” (SOUZA, 2013), fato este de conhecimento da história oficial que foi abordado na pesquisa qualitativa, conforme se apreende do relato obtido pela historiadora Terezinha Oliva (2016):

Aracaju nasceu assim com esse signo [...] De ser uma cidade moderna, no contexto das nossas cidades mais importantes que tinham aquele traço colonial, ou mesmo traço inicialmente eclético, mais ainda digamos assim... Tímido. Não, Aracaju nasce nesse cenário pra ser uma cidade moderna e assim foi, eu até fiz um artigo sobre isso, uma característica da cidade: se colocar como a cidade moderna em Sergipe (OLIVA, 2016).

A cidade se ergueu a partir das margens do Rio, porta de entrada principal de toda a gente que chegava a Aracaju. Pela “Rua da Frente”, ou “Rua da Aurora”, como mais tarde viria se chamar, saía e chegava tudo que interessava a nova capital, ou seja, esse espaço era o ponto de ligação da cidade com o mundo (PORTO, 2011).



Fig 03: Vista da Rua da Aurora (cartão postal)
Fonte: Acervo Rosa Faria 190?

A “Rua da Frente”²⁶ abrigou também, um pouco ao sul, as instalações provisórias do primeiro Palácio Provincial, onde depois passaria a funcionar a Delegacia Fiscal, área conhecida como praça do mercado e que receberia mais tarde outros órgãos do governo, passando a sediar o centro econômico e social da província. Estavam nessa faixa a Câmara Municipal, a Secretaria de Polícia e o teatro Santo Antonio, e logo se instalaram os trapiches responsáveis pelo armazenamento do açúcar da região e de outras mercadorias do comércio (PORTO, 1944).

Não constava no projeto inicial da cidade a localização dos edifícios públicos e/ou de uso público. Isto sugere que a concentração das sedes dos três poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a do poder eclesiástico (Catedral Metropolitana) no espaço das praças Fausto Cardoso, Guilherme Campos (atual Almirante Barroso) e Olímpio Campos, foi resultado antes do acaso que de uma ideia preconcebida (PORTO, 1944). Esse destacado conjunto de prédios possuiu inicialmente um predomínio classicizante com traços do romantismo²⁷ revivalista e que mais tarde cedeu lugar ao ecletismo, seguindo tendências internacionais.

A rua reta, indicada no traçado da cidade, além de exercer uma função pedagógica, promovia economia tanto na execução de suas obras, quanto na posterior manutenção, acelerando a mobilização no centro urbano, aumentando a velocidade de quem circulasse por elas e garantindo o controle visual dos transeuntes. Além de retas, as ruas foram construídas de maneira uniforme a fim de proporcionar uma largura constante ao longo de seu traçado, sujeitando inclusive os elementos naturais (FABRIS, 2000). A influência desse traçado pôde ser percebida na conformação dos sujeitos do cotidiano da cidade, conforme atesta Barreto de Melo (1949),

“Ora, nessas ruas, dois namorados que conversam, são necessariamente fiscalizados pelos que transitam nelas, que os enxergam a grande distância e são mais acuradamente observados pelas senhoras e senhoritas que frequentam muito a janela que dá para a rua. [...] O grande número de casas pequenas, de um só pavimento, sem janelas para os lados e sem

²⁶ A “Rua da Frente”, como é conhecida até hoje, foi assim denominada por margear o Rio Sergipe estando, portanto, “em frente” ao rio que era o espaço de chegada das pessoas que vinham a capital.

²⁷ O **romantismo** foi um movimento artístico, político e filosófico surgido nas últimas décadas do século XVIII na Europa que durou por grande parte do século XIX. Caracterizou-se como uma visão de mundo contrária ao racionalismo e ao iluminismo e buscou um nacionalismo que viria a consolidar os estados nacionais na Europa.

alpendre²⁸, incita seus moradores mais sedentários – as donas de casa, assemelhadas e as garotas – a irem tomar um pouco de ar fresco nas janelas da frente nos dias quentes.

Esta fiscalização constante e ininterrupta aos namorados os inibe de afetos e carícias. [...] É difícil tentar qualquer imprudência” (MELO, 1949, p.53).

Nas décadas seguintes, os governantes se preocuparam com a estrutura básica da cidade, providenciando os aterros de algumas lagoas existentes e do mangue, conseqüentemente abrindo espaço para as construções públicas, religiosas, comerciais e residências que formariam o singelo acervo arquitetônico desta época. (CARVALHO, 2005).



Fig. 04 - Vista da Praça do Palácio - casario (cartão postal).
Fonte: Acervo Rosa Faria. 190?

Após implantação de parte do arruamento inicial e demarcação dos primeiros lotes, houve uma especulação imobiliária fez com que os preços dos imóveis se tornassem restritivos a população de baixos recursos financeiros. Além disso, o Código de Postura de 1856, que regulamentou as edificações na cidade, proibiu que se construísse - dentro do quadrado de Pirro - casas fora de alinhamento e sem cobertura de telhas. Sendo a maioria da população pobre, as pessoas impossibilitadas financeiramente de construir no espaço do sítio fundacional, agruparam-se e ocuparam desordenadamente as cercanias do quadrado original, fato que denota o processo de segregação social que qualificou esse núcleo como “zona nobre” da cidade (SILVA, 2014).

²⁸ **Alpendre** – Cobertura saliente, de uma só água, independentemente do telhado, situada em geral à entrada de um prédio, e que se apoia, de um lado, na parede deste, e do outro, em esteios, pilares ou colunas, telheiro. (FERREIRA, Aurélio B. H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 3 ed. – Curitiba: Positivo, 2004.)



Fig. 05: Pç 24 de outubro, Cadeia Pública (cartão postal).
Fonte: Acervo Rosa Faria 190?



Fig. 06: Rua Japarutuba, ao fundo Igreja de São Salvador (cartão postal). Fonte: Acervo Rosa Faria 190?

Durante o governo provincial de Salvador de Sá e Benevides a construção civil tomou grande impulso com a edificação de prédios como: o Palácio do Governo, a Cadeia Pública (atual Palácio Serigy), a Alfândega, a Igreja São Salvador, a Igreja Nossa Senhora da Conceição (Matriz) e o prédio da Assembleia (atual Palácio Fausto Cardoso). Promoveu ainda a expansão da cidade para o oeste com a abertura da estrada para São Cristóvão (a atual Rua São Cristóvão) (SILVA, 2014).



Fig. 07: Fachada da Assembleia (cartão postal).
Fonte: Acervo Rosa Faria 1907



Fig. 08: Pç Benjamim Constant e Catedral (cartão postal).
Fonte: Acervo Rosa Faria 190?

Contudo, durante o transcorrer de quase toda segunda metade o século XIX, Aracaju não passou de uma cidadezinha pobre e acanhada, plantada as margens pantanosas do Rio Sergipe, mergulhada literalmente na lama de suas ruas sem pavimentos, entregue às mãos de uma Câmara Municipal paupérrima e de Governos Provinciais desinteressados. Outro obstáculo que atormentou o desejoso desenvolvimento urbano foi a descontinuidade administrativa - nos 44 anos iniciais (1855 a 1889), a cidade foi gerida por 30 Presidentes.

Somente no período republicano é que voltariam os investimentos em intervenções de melhoramento das condições da capital (CAMPOS, 1949). Edificaram-se mais prédios para as atividades administrativas, comerciais e religiosas e se intensificaram os aterros para a abertura de novas ruas, levantaram-se residências e casas comerciais, de modo que a cidade começou a tomar corpo e a apresentar-se como um espaço inteligível (SANTOS, 2014). Ainda que lentamente, a cidade foi crescendo casa por casa, superando a pecha de “inviável”. Paulatinamente, recuperou-se a crença num futuro promissor como se poderia ver no discurso dos jornais da época que divulgavam os melhoramentos, difundindo a ideia de que a cidade vivenciava uma “era de modernidade” (SOUZA, 2013), havendo também relatos históricos sobre essa lenta, mas sempre presente ascensão de Aracaju como liderança da província de Sergipe,

Aracaju constitui um tópico especial. Pode-se dizer que ela é, de longe, a nossa cidade “que mais tem história”. É que o fato da transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju foi perturbador da vida da Província, a ponto de marcar indelevelmente a sua história. É, por outro lado, porque a nova capital assumiu desde a sua fundação o caráter de um desafio, de um ponto focal no qual Sergipe empenhou toda a sua energia, até que se transformou num termômetro do Estado – da sua economia, do seu índice de modernidade, da sua projeção, uma marca da sua existência (OLIVA, 2002).

A queda da Monarquia e o surgimento da República anunciavam novos ares para o Brasil. A insígnia positivista estampada na flâmula republicana - “Ordem e Progresso”-, sugeria novos rumos para um país cuja matriz econômica ainda se representava na produção agrícola. (SEGAWA, 2008). Embora ainda considerado um país rural, neste período os principais centros urbanos sofreram uma extraordinária expansão demográfica - as cidades refletiam uma nova ordem tornando-se instrumentos de propaganda do novo regime e a arquitetura contribuiria incisivamente para a valorização dos novos cenários urbanos. Neste contexto, O Rio de Janeiro, capital do País, consolidou uma das primeiras iniciativas em que um saber técnico sistematizado fundamentou o projeto de urbanização (SEGAWA, 2008).

[...] “Época da história”, em que predominariam as categorias da ‘novidade’, da ‘superação’ e do “progresso” sob a égide do marco da Revolução Francesa. [...] Ao mesmo tempo, interpretada e apropriada como época das multidões, das cidades e da indústria, na qual predominariam as categorias do urbano e do desenvolvimento sob a égide da Revolução Industrial, a modernidade traduziu-se, igualmente, em termos de ‘modernização’. Assim, ao longo dos séculos XIX e XX, o termo ‘modernização’ encampou ideias,

práticas, representações e projetos de modernidade apropriados de maneira ideológica e aplicados, pragmaticamente, na tentativa de equiparar povos e nações que, em contextos históricos específicos, eram tomados como modelares do que seja a modernidade, em termos econômicos, políticos e/ou sociais. [...] também [...] o discernimento [...] do pensamento estético e da interpretação histórica no processo de construção de uma sensibilidade moderna afeita ao universalismo do humanismo burguês em colisão com as dinâmicas do capitalismo (CARVALHO, 2012, p 26).

As obras de requalificação urbana da capital brasileira integravam um programa político que acreditava na força da imagem da cidade renovada para introjetar na população à ideia de uma nova sociedade em construção. As intervenções realizadas pelo Prefeito Pereira Passos²⁹ no centro do Rio de Janeiro, correspondiam a um projeto político da elite paulista disposta a fazer da capital a vitrine do novo regime republicano e da força da burguesia neocolonial (FABRIS, 2000) e foram as reformas urbanas parisienses (1853-1870) que influenciaram as intervenções na capital brasileira, num período em que o mundo vivia a efervescência da *Belle Époque* e do estilo de vida parisiense (SOUZA, 2013). As transformações ocorridas na capital federal se refletiram na paisagem das principais cidades do país, v.g. São Paulo e Salvador que passaram a sofrer intervenções urbanísticas de caráter embelezador, higienista e de controle social, com restrições às ocupações das camadas populares (SILVA, 2014).

Em Sergipe, a construção da cidade capital contraiu um novo sentido estratégico, pois diante deste novo cenário ela deveria possuir uma morfologia favorável à circulação de bens e uma lógica de acumulação, não apenas de capitais, mas também de atribuições. O Estado e a elite local acreditavam que a remodelagem arquitetônica e urbanística serviria como instrumento de reforma social. Acreditavam que o planejamento urbano conduziria ao controle territorial, quanto ao social, alçando Aracaju ao status de cidade moderna (SANTOS, 2014) e os cidadãos aracajuanos da década de 1910, ansiosos por alcançar tal *status*, iniciaram uma série de reformas influenciadas pelos padrões apresentados nos

²⁹ **Francisco Franco Pereira Passos** Foi nomeado engenheiro do Ministério do Império em 1874, cabendo a ele acompanhar todas as obras do governo imperial. Integrou a comissão que iria apresentar o plano geral de reformulação urbana da capital, incluindo o alargamento de ruas, construção de grandes avenidas, canalizações de rios entre outras medidas urbanas e sanitárias. O levantamento realizado de 1875 a 1876, seria a base do futuro plano diretor da cidade. Nomeado prefeito pelo presidente Rodrigues Alves, promoveu uma grande reforma urbanística na cidade, com o objetivo de transformá-la numa capital nos moldes franceses. Para saber mais ver PMRJ - Pereira Passos, vida e obra - RIO ESTUDOS, n. 221 - Prefeitura do Rio de Janeiro, agosto de 2006.

grandes centros brasileiros e europeus (CHOU, 2005). A importância do período de modernização de Aracaju para composição do seu acervo patrimonial foi ressaltada pelo entrevistado Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, que afirmou,

[...] Eu acho que é o período mais importante de Sergipe. Fernando Porto em "A cidade de Aracaju", [...] mostra que Aracaju viveu em ciclos. Ao primeiro ciclo inicial a influência foi diretamente do governo da província, quando vem à crise, não esqueçamos [...] vai ser mudada a capital para Aracaju, logo em cima da Guerra do Paraguai. Quando o Brasil parou quase para se voltar para a guerra por seis anos de guerra. A partir daí a província se afastou. As grandes obras iniciais vão até 60, 1860. A partir daí há uma omissão do governo da província. O Estado só vai retomar no século XX. No século XX que é o momento da intervenção em Aracaju, requalificando alguns dos prédios que vinham do período inicial, exemplo, Palácio Olímpio Campos, Palácio Fausto Cardoso, o prédio do antigo Palacete provincial, que é aquele prédio hoje do Ministério da Fazenda, a requalificação da alfândega. É neste momento que o estado começa a intervir novamente em Aracaju. E agora, é o acervo mais antigo da cidade e que é o mais importante... (SOUTELO, 2016).

Embora não tendo empreendido reformas do porte das realizadas na capital do Federal, os relatos de jornais da época sobre a expansão de Aracaju fazem crer que as reformas empreendidas por Pereira Passos são plausíveis de incorporação a nova fase política do Brasil (SOUZA, 2013). Apesar de sua liderança no Estado e do seu processo de industrialização, a capital sergipana apresentava graves deficiências em infraestrutura e uma escassez de recursos públicos, mas ainda assim, inúmeras intervenções foram realizadas para a modernização da cidade, como: calçamento de diversas ruas (1900), inauguração do Hospital Santa Isabel (1900), urbanização de praças, instalação da rede de abastecimento de água (1908), inauguração do primeiro cinema (1909), criação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) – museu e pinacoteca (1912), instalação da rede de iluminação elétrica (1913), sistema de esgotamento sanitário (1914) e o embelezamento dos prédios públicos em estilo eclético parisiense.



Fig. 09: Inauguração do Jardim Olympio Campos (cartão postal). Fonte: Acervo Rosa Faria 1907



Fig. 10: Jardim Olympio Campos em dia de festa (cartão postal) Fonte: Acervo Rosa Faria 1907



Fig. 11: Vista da Fachada original do Palácio Presidencial (cartão postal).
Fonte: Acervo Alexandre Diniz 1907



Fig. 12: Fachada embelezada em estilo Eclético do Palácio Presidencial (cartão postal).
Fonte: Acervo Rosa Faria 1907



Fig. 13: Vista da Fachada original da Assembleia (cartão postal). Fonte: Acervo Alexandre Diniz 1907



Fig. 14: Fachada embelezada em estilo Eclético da Assembleia (cartão postal). Fonte: Acervo Rosa Faria 1907

Toda essa movimentação nas primeiras décadas do século XX levou o Governo a instituir, também por influência dos outros centros, um novo modelo de educação, capaz de expressar o discurso inovador da modernidade e se consolidar como símbolo da nova ordem. A nova educação deveria regenerar a população tornado-a saudável, produtiva e disciplinada. Caberia a Escola orientar os indivíduos, incorporando novos hábitos e vigiando suas condutas, seguindo os passos do reordenamento urbano que se desenhava (AZEVEDO, 2005).

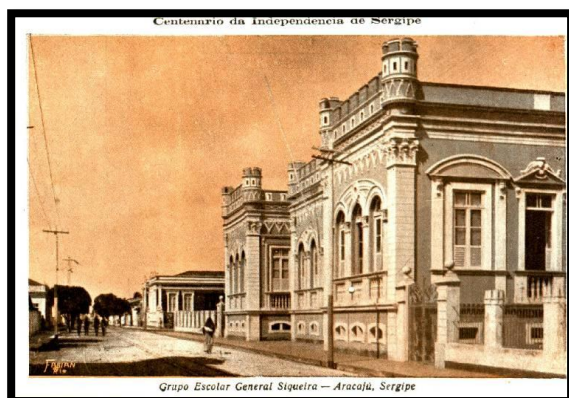


Fig. 15: Vista do Grupo Escolar General Siqueira, Rua de Itabaiana (cartão postal).
Fonte: Acervo Rosa Faria 190?



Fig. 16: Vista do Grupo de Barão de Maruim, Av. Ivo do Prado (cartão postal).
Fonte: Acervo Alexandre Diniz 190?

O Grupo Escolar foi à tipologia arquitetônica escolhida para representar esse momento. Chamado de “templo do saber” ou de “escola republicana”, se caracterizava por ser um edifício majestoso, bem orientado quanto à ventilação e iluminação, de localização privilegiada no núcleo urbano, um verdadeiro monumento à modernidade. Nele, o uso de uma nova metodologia e de recursos didáticos modernos tinha como objetivo inculcar os ideais e valores republicanos já expressos na arquitetura das cidades³⁰ (AZEVEDO, 2005).

3.1.2. A capital eclética de Sergipe

Dentro deste contexto de modernização urbana das capitais brasileiras, a área do núcleo urbano de Aracaju capaz de representar esse momento peculiar do processo histórico, seria o conjunto delimitado hoje como área de interesse cultural, o “Centro Histórico” como definido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju (2000). No perímetro deste Centro Histórico destacam-se três Praças: Fausto Cardoso, Almirante Barroso (antiga Guilherme Campos) e Olímpio Campos; todas cenário de diversos monumentos representativos da tradição arquitetônica ligada à modernidade e palco de importantes manifestações culturais e políticas

³⁰ Em Aracaju, entre 1911 e 1925, foram implantados seis Grupos Escolares: “Modelo”, “General Siqueira”, “Barão de Maruim”, “General Valadão”, “Manoel Luiz” e “José Augusto Ferraz”.

como o incidente da Revolta de Fausto Cardoso³¹, registrado na memória oficial do Estado.

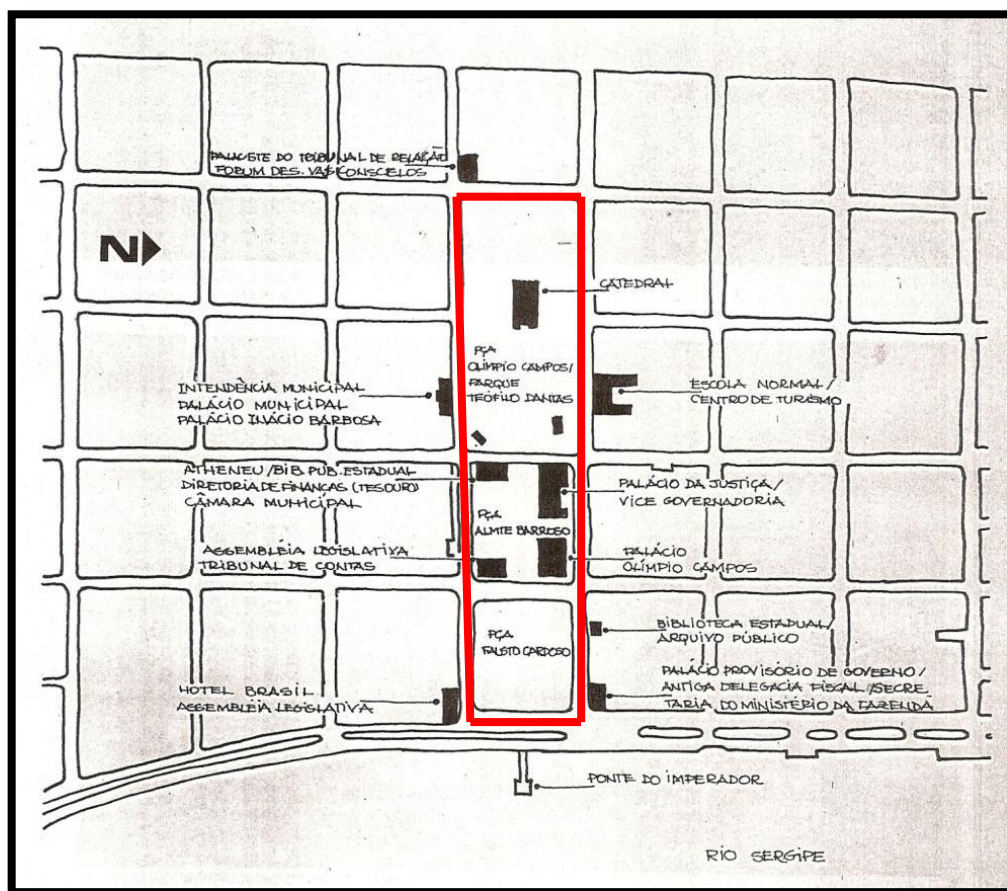


Fig. 17: Mapa esquemático do centro de Aracaju: distribuição de alguns edifícios públicos do poder político-administrativo- religioso no espaço das três praças. (Alguns nomes estão atualizados)
Fonte: Barboza, 1992, p. 38.

A primeira Praça, mais próxima ao Rio Sergipe, é a Praça Fausto Cardoso onde se localizam a “Ponte do Imperador”, monumento erguido em 1860, para receber o Imperador D. Pedro II em visita a Sergipe, mas reformada duas vezes no período inicial do século XX (1904 e 1919), passando a ter sua estrutura em concreto e estilo eclético; a Aleia de Palmeiras Imperiais, plantada para a mesma ocasião da ponte; o prédio da Delegacia Fiscal; o Hotel Brazil e casas residenciais.

³¹ **Fausto de Aguiar Cardoso** (Divina Pastora, 1864 1906) foi um advogado, poeta, filósofo e político sergipano formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, escreveu para jornais em Recife e integrou o Movimento de Renovação do Pensamento Nacional, foi fundador do Partido Progressista que aderiu ao movimento republicano, sendo eleito deputado federal em duas legislaturas. Fausto foi assassinado no Palácio do Governo, em Aracaju, durante o movimento de 1906.

A segunda praça, menor das três, era a Guilherme Campos (atual Almirante Barroso), ladeada de prédios residenciais, possui em seu interior o maior conjunto de monumentos arquitetônicos, quais sejam: o Palácio Olímpio Campos, que foi a sede do Governo do Estado e hoje abriga um museu dedicado à República³²; o Palácio Fausto Cardoso, sede da Assembleia Legislativa, reformado na mesma época para receber a roupagem republicana, atualmente é usado como Escola Superior do Legislativo; e o prédio da Intendência (tesouro do Estado), atual sede da Câmara Municipal (SANTOS; ALMEIDA; NASCIMENTO, 2005).

Por fim, a Praça da Matriz ou Praça Olímpio Campos que abriga a Catedral Metropolitana ou Igreja Nossa Senhora da Conceição e o Parque Theophilo Dantas, construído como espaço de lazer da cidade. Em sua margem norte se localiza o prédio da Escola Normal Rui Barbosa e Escola Modelo, inaugurados em 1911 como parte da instauração do novo modelo educacional republicano. Ao sul, estão situados os prédios do Palácio Inácio Babosa (antiga sede da prefeitura da cidade, atualmente desativada) e a sede da Cúria Arquidiocesana de Aracaju (antiga residência da família Mandarino); no lado oeste, o Palacete do Tribunal de Relação (atual Memorial do Judiciário). (SANTOS; ALMEIDA; NASCIMENTO, 2005).

A chegada do estilo eclético coincide com a chegada da linha férrea em 1914, que promove um acelerado desenvolvimento urbano e rápida transformação de sua paisagem aracajuana. A facilidade de acesso motiva os novos ricos e senhores de engenhos a iniciarem as construções de suas casas na capital, proliferando luxuosas edificações, tipos completamente diferentes dos tradicionais e tidos como de extremo “mau gosto” na época, que reproduzia os moldes de outros centros urbanos no Brasil e buscava os ares de modernidade e civilização vindos da Europa (NOGUEIRA, 2006). Em Sergipe, nas duas primeiras décadas do século XX, os prédios públicos passaram a ser construídos no estilo arquitetônico que representava o momento de modernização imposto pelos ideais republicanos, o eclético, inclusive os palácios e prédios públicos erguidos no período imperial (e acima citados) em estilo neoclássico, receberam intervenções (reformas) de embelezamento que os aproximariam dessa linha estética europeia, reforçando uma

³² O Palácio Olímpio Campos, no período de modernização da cidade, sofreu uma reforma de embelezamento que substituiu o estilo neoclássico original (imperial) pelo eclético (republicano), obra realizada pela Missão Italiana em 1918.

atualização estilística que posteriormente irá refletir nas camadas sociais abastadas e médias da população.

O ecletismo se fez apresentar nas fachadas das edificações até o final da década de 1920 e caracterizava-se, em linhas gerais, por uma maior liberdade na ornamentação e pelo emprego de diferentes linguagens arquitetônicas numa mesma edificação. Quanto à importância do ecletismo como movimento artístico que representou esse aspecto de modernidade na composição do acervo patrimonial da cidade, em entrevista realizada durante a pesquisa de campo, a historiadora Terezinha Oliva (2016) expõe a seguinte reflexão:

[...] a importância desse acervo é muito grande porque eu acho que apesar de... É o que acontece também com o nosso barroco. Apesar de não ser um eclético exuberante, mas ele é aquele que foi possível fazer em uma cidade que foi construída com os recursos locais, com todas as adversidades que a nossa história proporcionou, ou aos construtores da cidade. Então ela tem esse traço e eu acho que é um traço importantíssimo da formação da cidade e desse esforço de Sergipe de construir uma capital que representasse essa modernidade. Modernidade, digamos possível. Depois ela foi crescendo, se estruturando e muitas vezes importando certos modelos, mas ao mesmo tempo reinterpretando estes modelos. Então eu acho que é exatamente esta reinterpretação que dá um traço tão importante para o acervo que constitui Aracaju (OLIVA, 2016).

É importante ressaltar que dos 38 (trinta e oito) bens em estilo eclético do acervo oficial da cidade, 23 (vinte e três) estão situados no sítio fundacional da cidade denotando a presença marcante da atmosfera da *Belle Époque* nessa região.

As intervenções urbanísticas de modernização de Aracaju se intensificam após 1920, quando houve uma associação da Intendência Municipal ao Governo do Estado com o objeto de reunir esforços para os melhoramentos de infraestrutura e renovação da paisagem urbana da capital. Todas as praças passaram por reformas de arborização e ajardinamento: a Praça Olímpio Campos recebeu o Parque Theóphilo Dantas com esculturas, belvedere, aquário, lago, ponte, outros elementos paisagístico e até animais e teve suas ruas marginais são pavimentadas; a Praça Fausto Cardoso receberia o plantio dos *Ficus benjamim* (existentes até hoje), a substituição dos coretos antigos por outros de alvenaria e a instalação do relógio público; e a Praça Guilherme Campos receberia o Mictório Público, símbolo do pensamento higienista próprio da modernização republicana (SANTOS, ALMEIDA E NASCIMENTO, 2005).

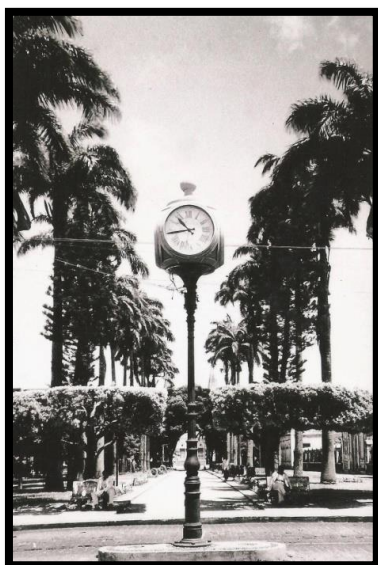


Fig. 18: Vista do Relógio Público (1927), Praça Fausto Cardoso (Fotografia 194?).
Fonte: Melins, 2007.



Fig. 19: Parque Theophilo Dantas, Pç Olímpio Campos, vista do Belvedere, Prédio da Intendência Municipal (à esquerda), e Sede da Cúria (prédio com cúpula). Fonte: Arquivo da Biblioteca Nacional, 1931.

A população cresceu e a cidade se expande nas três primeiras décadas do século XX. O culto a geometria positivista de linhas retas atinge novas áreas da cidade, formando os novos bairros e o perímetro urbano original, projetado por Pirro, já não era suficiente para abrigar o crescimento demográfico provocado pelas migrações regionais. Cada uma dessas novas áreas recém-integradas seria ocupada por uma população menos abastada que lutava por seu espaço na cidade das oportunidades (SOUZA, 2013). Neste sentido, foi preciso agir com objetividade, traçar planos, elaborar leis e códigos para concretizar o modelo almejado de cidade moderna. Os vários códigos de postura implementados nesse período procuravam estabelecer normas de higiene, segurança e embelezamento que guiassem a formação da paisagem urbana e garantissem a salubridade dos novos espaços, contudo, mais uma vez esses regulamentos impulsionaram a especulação imobiliária e serviu de instrumento de segregação social, forçando novamente as famílias mais pobres a se deslocarem para regiões periféricas (SOUZA, 2013).

Com a revolução de 30 e a instalação do Estado Novo, o governo passou a adotar uma política nacional-populista de altos investimentos em infraestrutura representado por duas correntes o *Art Déco*³³ e o *Internacional Style* ou Movimento Modernista. (SEGAWA, 2008). No Brasil, ambas correntes possuíam representavam os ideais progressistas almejados pela nação e foram utilizados simultaneamente.



Fig. 20: Vista da fachada principal da Estação Ferroviária, em estilo Art Déco. Fonte: PMA – Diagnostico para revisão do Plano Diretor, 2015.



Fig. 21: Vista da Fachada Art Déco do prédio do IHGS. Fonte: PMA – Diagn. para revisão do Plano Diretor, 2015.



Fig. 22: Palácio Serigy após a reforma de remodelação da fachada, obra do Arquiteto Harendt von Altenesch, (fotografia 19??). Fonte: SANTOS, 2011.

³³ *Art Déco* explode após a década de 1930 apresentando características diferentes do ecletismo historicista, sem se enquadrar, entretanto, nas concepções arquitetônicas do modernismo racional. É um estilo marcado pela geometrização da ornamentação tradicional e o princípio da simplicidade das formas compassadamente difundidas a partir da introdução do concreto armado. As linhas geométricas do *Art Déco* logo se apresentam em diversos prédios públicos, comerciais e até em residências em todas as regiões do país, inclusive em Aracaju. A grande inovação fica por conta do concreto armado na construção e do uso de marquises, características deste movimento arquitetônico (SCHUSTER, 2005). Para Dantas (2004), o *Art Déco* promoveu uma significativa transformação plástica na cidade, favorecendo a revisão da arquitetura aracajuana às novas formas. Sobre sua influência foram edificados os prédios do Instituto Histórico de Sergipe, da Biblioteca Pública Carvalho Neto (hoje sede do Arquivo Público do Estado), o Palácio Serigy (atual Secretaria de Estado da Saúde), a sede do Corpo de Bombeiros, a Associação Atlética de Sergipe, a Estação Ferroviária entre outros espalhados por toda a cidade.

Assim como aconteceu na América e na Europa, o período de disseminação do *Art Déco* nas paisagens urbanas brasileiras coincide com a consolidação da indústria do cinema, tendo suas salas como ícones de modernidade. Em Aracaju não foi diferente, na primeira metade do século XX foram inaugurada varias salas, todas construídas no estilo *Art Déco*: o Cineteatro Rio Branco, de 1904, mas reformado em 1928; Cinema Vitória, de 1934; e Cinema Palace de 1956 – no Centro Histórico e as salas dos bairros suburbanos - Guarany, no Cirurgia; Tupy, no Santo Antonio e Vera Cruz e Bomfim, ambos no bairro Siqueira Campos.

Economicamente, na década de 1940, Sergipe desfrutava de um momento ímpar, pois com o advento da Segunda Guerra Mundial surge uma demanda na industrial têxtil local atrelada às necessidades do mercado internacional. Esse período testemunharia às intervenções progressistas do Estado Novo em que houve um forte investimento nos transportes terrestres com a implantação de ferrovias e, principalmente, a abertura de grandes rodovias como a BR-101 que corta o estado. Como consequência, a cidade passou a receber um fluxo maior de imigrações, o que promoveu sua expansão territorial, período que ficou caracterizado como “crescimento tentacular”, cujo desenvolvimento se deu ao longo dos novos eixos do transporte rodoviário. É desta época a ocupação dos bairros América e Cidade Nova (relacionados à BR-101) e São José e 13 de Julho, ligados a via de acesso ao Aeroporto Santa Maria (1957) e a praia de Atalaia. O bairro São José e esse eixo rodoviário de acesso à Atalaia se tornariam as vitrines do novo movimento estilístico que se instalava na cidade, o Modernismo.



Fig. 23: Aspectos da Estação Rodoviária Gov. Luiz Garcia, inaugurada em 31.01.1962 um ícone do movimento modernista em Aracaju. Fonte: PMA – Diagnostico para revisão do Plano Diretor, 2015.

Apesar da instabilidade criada pelo clima de tensão política nos anos sessenta, as formas de lazer se diversificavam e continuavam sendo praticadas, agora com público mais abrangente. As praias se popularizaram. A Atalaia ganhou acesso fácil e a instalação do aeroporto na região, o que levou a um movimento maior de pessoas e a consolidação do bairro como área de veraneio. Em meados dos anos cinquenta os bondes deixam de funcionar, substituídos pelos automóveis e sistema de transporte público rodoviário que tiveram sua rede expandida para diversos bairros da capital (DANTAS, 2004).

A rigidez racionalista dos edifícios modernistas, embora despida dos detalhes ornamentais, ostentava uma monumentalidade expressa nos dogmas acadêmicos, sobretudo com na recorrência de composições puristas e simétricas. Nos anos iniciais do pós-guerra, a linha que vai dominar a arquitetura oficial derivava dos apontamentos modernistas de Le Corbusier³⁴. Saneamento, higiene, educação e habitação, eram metas prioritárias no governo revolucionário de Vargas, mas nas cidades as condições sanitárias eram precárias. Endemias e epidemias assolavam o país, manchando as estatísticas e os índices de mortalidade. Os urbanistas racionalistas adotaram então os conjuntos habitacionais como modelo de organização espacial das cidades (SEGAWA, 2008).

Concomitante ao movimento do *Art Déco*, o Modernismo (ou International Style) estoura a partir da década de 1940, apresentando uma ruptura com as características arquitetônicas do passado e uma concepção de projeto em que a forma deriva da função. Novas técnicas e materiais, como aço, alumínio, vidro e concreto armado são introduzidos nas edificações, possibilitando a execução de longos vãos livres e de balanços estruturais.

Diante de todo esse conjunto de bens representativos de cada período, somado as intervenções e releituras em sua paisagem, eis que Aracaju se torna um polo irradiador da modernidade, retratando em seu núcleo urbano os ideais capitalistas de civilização e progresso. É este espaço, constituído no limiar dos séculos XIX até meados do XX, sob a égide progressista, repleto de imóveis que a legislação patrimonial sergipana definiu como guardiões da memória, protegidos para garantir às futuras gerações o sentimento de pertencimento. O privilégio

³⁴ Vide nota 18.

concedido ao patrimônio edificado (material) nas manifestações oficiais se fez sentir desde as primeiras abordagens preservacionistas no Brasil. Fonseca (1997) complementando essa prerrogativa ao conjunto arquitetônico acrescenta que “a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética” (FONSECA, 1997, p. 127), o que justifica a seleção de muitos dos bens do acervo patrimonial oficial da cidade de Aracaju.

O Centro histórico, como é chamado a partir do Plano Diretor de 2000, detentor de grande parte deste acervo, assume então uma posição central na nova sintaxe do espaço urbano, criando uma semântica com a metalinguagem do patrimônio, e oferecendo a oportunidade de refuncionalização do passado por meio de ações diversificadas que vão desde políticas urbanas de reordenamento dos lugares, releituras estéticas das paisagens urbanas e monumentalização do conjunto arquitetônicos, até a reinvenção de tradições e folclorização de determinadas práticas culturais. Conclui-se aqui o levantamento dos elementos que serviram de matéria para a constituição do acervo patrimonial oficial da cidade de Aracaju.

3.2 Código de Preservação: hermenêutica da Legislação Patrimonial

Enquanto categoria da construção da memória e da identidade, o “patrimônio” é obra forjada nas relações sociais que envolvem saber e poder. Nesse sentido, para compreender a trajetória do campo do patrimônio em Aracaju faz-se necessário esmiuçar o conteúdo dos discursos assumidos pelos órgãos oficiais de preservação ao longo de cada fase de sua história, pois as mudanças nas práticas discursivas resultaram na implantação de diferentes políticas de preservação, sempre relacionadas à concepção do quê, para quem e por que preservar (DELGADO; OLIVEIRA, 2008).

Este tópico objetiva auxiliar a compreensão dessa trajetória analisando o escopo do conjunto das obras legislativas ligadas às três esferas da administração pública – Federal, Estadual e Municipal, relacionadas ao tema do patrimônio cultural da cidade de Aracaju. Para tanto, desbravou-se a história das políticas culturais preservacionista no Brasil e como alguns fatos históricos influenciaram a construção da legislação patrimonial no Estado de Sergipe e na administração pública municipal

de Aracaju. Apurar o processo que levou o sítio fundacional de Aracaju a classificação “centro histórico” é, portanto, investigar os atores e o procedimento de “enquadramento da memória”, na acepção de Michel Pollack (1989), ou seja, trabalho de composição, estruturação e imposição da memória coletiva.

Para compreender a trajetória da formação da legislação patrimonial, é primordial estabelecer o conceito de patrimônio cultural. Destarte, conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN:

O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus e escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, nas poesias que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos. É ele que nos faz ser o que somos.³⁵

As discussões intelectuais atinentes ao patrimônio cultural são relativamente recentes. No Brasil, a evocação patrimonial começa efetivamente a ganhar visibilidade a partir da segunda década do século XX, quando se iniciou um movimento oriundo dos governos estaduais que operacionalizou a criação de inspetorias estaduais com o intuito de preservar os patrimônios culturais em Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928). Esse movimento foi forjado como uma reação estatal e ação de proteção aos bens patrimoniais materiais, em decorrência do agressivo crescimento das cidades nas primeiras décadas do século XX, que ameaçava os sítios urbanos mais antigos. (LOPES, MILDNER, 2012).

Os anos trinta foram de ruptura. A sociedade brasileira vivia em uma conjuntura socioeconômica, política e cultural, que exigiu a renovação do cenário cultural, cujo projeto ideológico rompesse com o período anterior, assim como não poupou esforços na formação identitária de uma “nova” nação, manipulando políticas públicas na construção do projeto de “brasilidade”. É nesse cenário que o governo Vargas organiza as chamadas políticas culturais e na perspectiva de

³⁵ IPHAN. Educação Patrimonial: Programa mais educação 2012 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10290-mais-ducacao-web-14-02-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 22/11/2016.

salvaguardar a identidade da nação, “inventa” o patrimônio histórico brasileiro (CURY, 2013).

Além da pressão interna e do cenário político favorável, o contexto internacional também vai colaborar para essa iniciativa, através de marcos regulatórios importantes que influenciaram o contexto mundial como a Carta de Atenas (1931), que lançou os princípios das ações preservacionistas, assegurou a conservação do patrimônio material das cidades, criou diretrizes internacionais de restauração e defendia a manutenção dos imóveis garantindo a sua continuidade funcional (NARDI, 2015).

No contexto legislativo nacional, a Constituição de 1934 foi à pioneira na concessão de prerrogativa ao Poder Público Federal em matéria de proteção aos bens culturais do país, mas por conta de sua curta duração, praticamente não foi implantada, não havendo efetividade nas normas de proteção (IPHAN, 2008). Durante o governo de Getúlio Vargas, o Ministro de Educação e Cultura Gustavo Capanema elaborou a principal medida para institucionalização da ação do Estado sobre a cultura no campo do patrimônio: a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN³⁶, que mais tarde se converteria no DPHAN e em seguida IPHAN. Na sequência, a Constituição de 1937 incluiu dispositivo expresso de proteção ao patrimônio³⁷, mas foi o Decreto Federal Nº 25, de 30 de novembro de 1937 (ainda vigente) que definitivamente alicerçou toda a política patrimonial do Brasil. Influenciado pela Carta de Atenas (1933) e pelos intelectuais do movimento modernista, trouxe em seu texto a base para toda política pública de

³⁶ Convém esclarecer que, por diversas mudanças administrativas, através de decretos governamentais, o SPHAN teve tanto sua denominação quanto estrutura alterada ao longo dos anos: 1936 – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; 1946 – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN; 1970 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; 1979 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; 1990 – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC; 1994 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

³⁷ “Art. 134 – Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens e locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional”. (Constituição Federal de 1937)

preservação patrimonial do Governo Federal e orientou os órgãos responsáveis pela curadoria desse acervo³⁸.

O SPHAN concentrava o poder de fiscalizar, deliberar sobre intervenções em entorno de bem tombado, e executar obras de conservação ou restauro nos imóveis, as quais eram analisadas segundo critérios internos do órgão, ou seja, caso a caso, sem permitir à participação dos proprietários ou agentes privados nas decisões sobre a preservação desses bens, destacando-se no processo o princípio de manutenção da integridade física e estilística como meta inquestionável. O que determinava se uma edificação deveria ou não ser preservada era exatamente o seu reconhecimento enquanto monumento, condição adquirida de uma única forma, através de sua inscrição no livro de tomo. Esse primeiro momento, identificado na bibliografia especializada como fase “fundadora” ou “heroica” do SPHAN, caracterizou-se pela implementação de uma política cultural preservacionista, que optou por uma estratégia focada na conservação arquitetônica do barroco colonial, e por isso ficou lembrada também como fase da “Pedra e cal”. A partir de então se instaura uma política de tombamento de bens culturais que objetivava eleger/selecionar e definir valores histórico/cultural para o novo acervo patrimonial. Assim como em qualquer processo de formação de acervo cultural oficial, houve exclusões e inclusões. A construção da memória e da identidade nacional seguiu sempre a óptica daqueles que detiveram o poder. Ao longo dessa fase fundadora, a vertente que determinou aquilo que deveria compor a memória nacional e, por conseguinte, constituir a identidade brasileira, estava representada nos bens dos sítios urbanos do período colonial, na arte barroca, e em nossa origem e tradição luso-brasileira, com prejuízo a outras contribuições. A imagem de nação forjada nesse período sobre a luz desse acervo cultural não levou em consideração as diferenças sociais e étnicas (CURY, 2013).

³⁸ Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza, ou agenciados pela indústria humana.

Apesar dessa configuração ideológica na formação do patrimônio cultural, o anteprojeto original para construção semântica de uma nova nação, tentava ao mesmo tempo respeitar a diversidade cultural e definir uma configuração de nação que, unificada, criasse uma identidade nacional com seus próprios referenciais culturais, despindo-se das influências estéticas europeias. (CURY, 2013). Esse posicionamento satura os bens dignos de preservação, de uma essência saudosista, de supervalorização das heranças coloniais, onde templos religiosos, fortificações e sobrados foram eleitos como representantes de uma nacionalidade emergente, e priorizou apenas monumentos arquitetônicos pertencentes à elite (NASCIMENTO, 2012).

A orientação nacional da política patrimonial do Estado Novo atingiu Sergipe (DANTAS, 2004). O interventor Erônides de Carvalho (1937-1941) trouxe para o Estado essa nova ordem da política cultural, passando a desenvolver ações de valorização do patrimônio histórico e, para tanto, contratou um grupo de intelectuais que elaborou, um relatório sobre a situação dos prédios dos sítios mais antigos, resultando no Decreto-Lei Estadual nº 94, de 22 de junho de 1938, que elevava o Conjunto Urbanístico, Paisagístico e Arquitetônico da Cidade de São Cristóvão à categoria de monumento histórico estadual. Entre 1941 e 1944, o governo Vargas tombou cerca de dez construções espalhada por todo o estado de Sergipe, considerando-as como obras de significativo valor cultural para a nação brasileira. A cidade de Aracaju, no entanto, banhada pela modernidade do estilo eclético europeu, não foi contemplada.

Entre os anos de 1937-1967, as iniciativas educativas promovidas pelo DPHAN, do Diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade³⁹, entusiasta das ações educativas como meio de preservação do patrimônio, se concentraram na criação de museus, no incentivo a exposições e publicações técnicas e na divulgação jornalística das práticas institucionais de preservação dos bens, no intuito de sensibilizar o público da importância e do valor do acervo resguardado pelo órgão

³⁹ **Rodrigo Melo Franco de Andrade** (1898 – 1969) assume a direção do SPHAN, oficialmente, em 1937. Ele e seus colaboradores mais próximos organizaram uma grande equipe multidisciplinar para a realização de inventários, estudos e pesquisas; execução de obras de conservação, consolidação e restauração de monumentos; organização de arquivo de documentos e dados colhidos em arquivos públicos e particulares; reunião de valioso acervo fotográfico; e estruturação de biblioteca especializada. Para saber mais ver: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/481/vida-e-obra-rodrigo-melo-franco-de-andrade>

(IPHAN, 2014). Nesse período destacou-se em Sergipe a administração Luiz Garcia (1959 – 1962) que no terreno cultural foi o responsável pela integração da Cultura à Secretaria de Educação e Saúde, possibilitando a promoção de diversas obras voltadas à cultura, como a instalação do Museu Histórico de Sergipe (1960), no Palácio Provincial em São Cristóvão, reunindo peças representativas do acervo patrimonial do Estado (DANTAS, 2004).

No curto período de redemocratização do país (1945 a 1964), pouco se alterou nas políticas culturais, pois as elites intelectuais continuaram a guiar o perfil do DPHAN, instituição que manteve seu prestígio e deu seguimento ao modelo já estabelecido, ditando o tom dos projetos culturais (CURY, 2013). No contexto internacional as recomendações para atuação nessa área são reorganizadas pelos princípios na “Carta de Veneza” de 1963. Nesse documento o conceito de monumento se amplia, partindo do entendimento do monumento isolado, para o reconhecimento da ideia de espaço, estendendo a preservação ao contexto urbano, ao ambiente natural que emoldura os bens culturais que encerra (NARDI, 2015). Refletindo tal princípio o DPHAN continua os processos de tombamentos adotando o alargamento do quadro cronológico e a inclusão dos sítios que abrigavam os conjuntos de bens (NOGUEIRA, 2006).

No entanto, com a chegada dos militares ao poder, em 1964, e o afastamento de Rodrigo Melo Franco de Andrade da direção do órgão, em 1967, fecha-se o primeiro ciclo do IPHAN. As alterações, nessa época, foram motivadas por uma nova política cultural, direcionada a cautela dos conjuntos ou sítios históricos e não mais às edificações individuais. Essa política também é uma reação ao rápido processo de industrialização e a expansão da malha viária que interferiram tanto nos acessos, quanto na composição do trânsito das cidades nas décadas de 50 e 60, proporcionando um rápido e agressivo desenvolvimento urbano e, conseqüentemente, uma grande valorização imobiliária, que ameaçava os sítios históricos. Outra questão de impacto referente a esse período foi à explosão da indústria do turismo, considerada como uma nova fonte de emprego e renda,

abarcando o patrimônio cultural como objeto do, até então, inexplorado turismo cultural. Essa vertente culmina com a criação da Embratur⁴⁰ (OLIVEIRA, 2010).

Já sobre influência dessa nova política, o Conjunto Arquitetônico, Urbano e Paisagístico da Cidade de São Cristóvão, antiga capital do Estado, recebe o reconhecimento de monumento histórico nacional pelo DPHAN, com inscrição no Livro de Tombo, em 31 de janeiro de 1967, porém, a óptica sobre Aracaju continua inalterada, ainda é vista pelo órgão como cidade desprovida de tradição (NOGUEIRA, 2006).

Outra ação estratégica da política cultural adotada pelo Governo Militar foi a Criação do Conselho Federal de Cultura, através do Decreto-lei Federal nº 74, de 21 de novembro de 1966. O Conselho tinha por objetivo coordenar as atividades culturais do Ministério da Educação e elaborar o Plano Nacional de Cultura. Seguindo essa orientação, o então governador do Estado de Sergipe, Lourival Baptista⁴¹, cria o Conselho Estadual de Cultura - CEC, através da Lei Estadual nº 1.478 de 16 de agosto de 1967. Trata-se de um órgão de caráter normativo, consultivo e deliberativo da política cultural do Estado, responsável pela seleção e indicação dos bens a serem tombados (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA, 2006).

⁴⁰ A **Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo)**, criada em 18 de novembro de 1966 como Empresa Brasileira de Turismo, tinha o objetivo de fomentar a atividade turística ao viabilizar condições para a geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo o país. Ver mais em: <http://www.turismo.gov.br/institucional.html>.

⁴¹ **Lourival Baptista** (Entre Rios/BA, 1915 — Brasília/DF, 2013) médico e político de destaque em Sergipe. Iniciou seus estudos em Alagoinhas - BA. No ano de 1943, já formado em medicina pela Universidade Federal da Bahia, Lourival chegou a Sergipe, constituindo família e adotando Sergipe como seu lar. Estabeleceu-se em São Cristóvão, onde exerceu sua profissão de médico. Pela sua vocação política, no ano de 1947 foi eleito Deputado Estadual e, em seguida, Prefeito de São Cristóvão. Foi deputado estadual (1947-1951), prefeito de São Cristóvão (1951-1954), deputado federal (1959-1967), governador de Sergipe (31 de janeiro de 1967 a 14 de maio de 1971) e senador (1971-1995).

Reconhecido por sua sagacidade, logrou-se Deputado Federal em 1959, com votação consagrada, e em 1966 assumiu o Governo do Estado de Sergipe indicado pelo Governo Militar. Manteve-se coerente e fiel a seu propósito de promover o desenvolvimento do Estado, nomeando um secretariado de alta qualificação técnica, que viabilizou a realização de marcantes obras para Sergipe, como a construção do Estádio Lourival Baptista, o Edifício Estado de Sergipe, além de importantes serviços nos setores educacional e rodoviário. Com o título de "O Realizador" fez um Governo caracterizado pela ênfase no trabalho e no progresso, implantou o primeiro Distrito Industrial de Sergipe e iniciou a reforma agrária, com desapropriações rigorosamente pagas pelo Poder Público, ou utilizando terras do Estado. Para saber mais ver: DANTAS, 2004.

O I Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, em 1970, evento conhecido como “Compromisso de Brasília” e organizado pelo Ministério da Educação e Cultura, mirava, entre outras coisas, à criação de organismos de preservação do patrimônio em cada Estado, transferindo parte da responsabilidade de preservação dos bens culturais aos Estados e Municípios e propondo a elaboração de legislação Estadual que ajudasse na formação e preservação do patrimônio local (OLIVEIRA, 2010). Simultaneamente o suporte financeiro para essa nova política vinculou-se à autorização, pelo Tribunal de Contas da União, de uso de cinco por cento do Fundo de Participação dos Estados e Municípios em obra de conservação e restauração de monumentos tombados existentes em seus territórios. No período da assinatura do “Compromisso de Brasília”, o Governador do Estado de Sergipe ainda era Lourival Baptista e coube a seu governo a criação do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico e Artístico – DCPHA, através do Decreto-Lei nº. 405, de 8 de abril de 1970, (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA, 2006).

O impacto dessa instituição na nova política cultural sergipana será percebido na gestão seguinte, mandato do Governador Paulo Barreto de Menezes⁴², quando foram realizados os primeiros tombamentos estaduais e através do Decreto Estadual nº 2.571 de 20 de maio de 1973, estabelece o primeiro bem imóvel protegido por Lei localizado em Aracaju - o Cemitério dos Náufragos, elevado a monumento histórico em homenagem aos mortos em torpedeamento de navios mercantes brasileiros na costa de Sergipe no período da II Guerra Mundial. Percebe-se que este tombamento em Aracaju é justificado pela linha historicista, o que evidencia que a lógica da “Pedra e Cal” ainda vigorava nas políticas preservacionistas desta época (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA, 2006).

⁴² **Paulo Barreto de Menezes** (Riachuelo - 1925 – Aracaju - 2016) foi um engenheiro civil e político Sergipano de destaque. Ocupou diversos cargos públicos, como o de Diretor de Obras Públicas no governo Lourival Batista, sendo responsável por grandes construções. Dirigiu a antiga Escola Industrial de Aracaju (atual Instituto Federal de Sergipe). Exerceu o cargo de governador de Sergipe, por eleição indireta, de 1971 a 1975. Em seu mandato foi construída a Biblioteca Pública Epiphâneo Dória, inaugurada em 1974 e realizados os primeiros tombamentos estaduais.



Fig. 24: Aspectos do Cemitério dos Náufragos, marco fúnebre em homenagem aos náufragos brasileiros vítimas de um ataque na costa de Sergipe. Fonte: Acervo de Marcel Nauer, 2006.

Com o novo contexto estabelecido pela criação do Conselho Estadual de Cultura – CEC (1966) e a inclusão na estrutura governamental do Estado do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico e Artístico – DCPHA, restava apenas à elaboração de uma legislação específica que desse suporte a política preservacionista do Governo do Estado, para cumprir o que havia sido pactuado pelo “Compromisso de Brasília” e na gestão de José Rollembergue Leite (1975 – 1979) entra em vigor a Lei Estadual Nº 2.069 de 1976, que dispõe sobre o Patrimônio Histórico e Artístico de Sergipe, se perpetuando até os dias de hoje como principal instrumento jurídico de constituição do acervo patrimonial do Estado (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA, 2006).

Esse instrumento define o seguinte enquadramento para os bens com potencial de registro:

- a) Construções de notável qualidade estética ou particularmente representativa de determinada época ou estilo (Inc. I Art. 1º);
- b) Edifício intimamente vinculado a fato memorável da História local ou a pessoa de excepcional notoriedade (Inc. II Art. 1º);
- c) Monumentos naturais, sítios e paisagens que sirvam de “habitat” a espécies interessantes da flora e da fauna local (Inc. III Art. 1º);
- d) Bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural (Inc. IV Art. 1º).

Na início da década de 70, período em que o DPHAN sofreria reformas administrativas e se transformaria em instituto (IPHAN), um novo surto de

modernização abarca o país e ganha espaço a racionalidade administrativa, dando origem aos órgãos estaduais de preservação. Porém, os critérios e instrumentos jurídicos que davam sustentação a essas instituições ainda se baseavam nos moldes do antigo SPHAN, sendo que a novidade nessa área foi a valorização do sítio histórico que passa a receber proteção como emolduramento dos bens, o que levou à integração entre as leis patrimoniais e os planos diretores de desenvolvimento urbano dos municípios que estabelecem diretrizes de uso e ocupação para essas áreas (NOGUEIRA, 2006).

Em 1974, assume a presidência da república o General Ernesto Geisel⁴³, coincidindo o seu governo com o fim do milagre econômico e com o aumento da insatisfação popular. A crise do petróleo e a recessão mundial interferem na economia brasileira e foi nesse contexto que se implantou a “Política Nacional de Cultura” (PNC/MEC em 1975), que indicava a cultura como uma das metas da política de desenvolvimento do governo. (CURY, 2013). O PNC se constituiu numa tentativa de reaproximação com a classe artística nacional e a sociedade civil, afastadas do governo pelo golpe de 64. No entanto as políticas públicas de cunho nacional nesse setor apresentavam-se fragmentárias e pouco satisfatórias no caminho da democratização e participação da grande maioria da população brasileira. É nesse momento que assumiu a diretoria do IPHAN, Aloísio Magalhães⁴⁴, com a missão de conhecer a heterogeneidade cultural brasileira,

⁴³ Em 15 de março de 1974, **Ernesto Beckmann Geisel** toma posse na Presidência da República, após ser eleito pelo colégio eleitoral, em janeiro do mesmo ano. Em 29 de agosto, durante entrevista coletiva, anunciou o projeto político que seria a marca de seu governo: a distensão lenta, segura e gradual do regime militar, o que significaria maior oportunidade para o diálogo com a oposição e a sociedade civil. [...] Ernesto Geisel defendia um Estado política e economicamente forte. A política econômica de seu governo, definida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), apontava para o investimento no setor energético, ao mesmo tempo em que considerava primordial o desenvolvimento de indústrias de base, como forma de preparar a economia brasileira para os impactos do choque do petróleo, ocorrido em 1973. [...] A economia do período Geisel teve média de crescimento de 5,5% ao ano; no entanto, a inflação saltou de 16% para 45% e a dívida externa subiu de US\$ 6 bilhões, no início do governo, para US\$ 45 bilhões, no final do mandato. [...] A maior marca do governo, no entanto, está na política interna adotada, no intuito de garantir a distensão do regime militar. Ernesto Geisel deixou o poder em 1979 e recolheu-se da vida política. Leia mais sobre esse assunto em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/ernesto-geisel-pai-da-distensao-lenta-gradual-segura-da-ditadura-militar-20071730#ixzz4RnyyZjbZ> © 2016.

⁴⁴ **Aloísio Sérgio Barbosa Magalhães** (Recife PE 1927 - Pádua, Itália 1982). Pintor, designer, gravador, cenógrafo, figurinista. [...] Em 1979, é nomeado diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e, no ano seguinte, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, e secretário da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, em 1981. Na década de 1980, inicia campanha pela preservação do patrimônio histórico brasileiro. Apresenta propostas especialmente em relação a Ouro Preto e às ruínas de São Miguel das Missões. Sua importância, no entanto, adquiriu caráter fundamental para a cultura brasileira quando, em 1975, o Centro Nacional de

buscando identificar seus múltiplos referenciais e adotando uma visão mais ampla da cultura. Havia a preocupação de corrigir a postura elitista do SPHAN, marcada pelo ciclo da “pedra e cal”, e aproximar-se de uma cultura popular e autenticamente brasileira (CURY, 2013). Assim, inseriu-se no campo das políticas públicas de cultura o reconhecimento dos bens culturais não mais por valores estéticos ou aspectos “eruditos”, mas pelo valor que a sociedade atribuía aos mesmos. Dessa maneira, as manifestações de grupos e comunidades passariam a ter seu protagonismo. A síntese dessa visão poderia ser representada pela frase “a comunidade é a principal guardiã do bem cultural”.

Concomitante a esse movimento na política preservacionista federal, em Sergipe, a administração do Governador Augusto do Prado Franco (1979-1982) extinguiu o antigo Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico e Artístico – DCPHA, e criou, em 1979, a Subsecretaria de Cultura e Arte, independente da Educação, que abrigaria em sua estrutura, entre outros setores, a Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Artístico. Essa instituição teve a incumbência de dar prosseguimento aos trabalhos de pesquisa e difusão da memória arquitetônica do Estado, que finalmente reconheceria a heterogeneidade cultural como essência da identidade social de sua gente, resultando no tombamento de inúmeros bens em todo o Estado. São dessa fase: o Decreto nº 4.450/79, que dispõe sobre o tombamento do conjunto de Palmeiras Imperiais localizado na Praça Almirante Barroso, em Aracaju; o Decreto nº 4.989/81, referente ao prédio do antigo Grupo Escolar Barão de Maruim/Faculdade de Direito, em Aracaju; o que já apontava para o caminho da diversidade, ao incluir pela primeira vez obras do período do Império e de característica ecléticas ao acervo do Estado (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA, 2006).

Quando por fim, chega o período de reabertura política, já nos meados dos anos 80, foi criado o Ministério da Cultura – MinC (1985). Os governos estaduais

Referência Cultural (CNRC) inicia suas atividades, ainda nas dependências da Universidade de Brasília, sob a coordenação de Aloísio Magalhães. [...] Ao utilizar termos como o “saber-fazer”, ao se preocupar com os modos de produção artesanal, ao institucionalizar uma abordagem socioeconômica do cultural, que se preocupava com os conhecimentos e alternativas de desenvolvimento local, ao priorizar o produto cultural como processo, na relação direta com o agente produtor e seu meio-ambiente, Aloísio Magalhães inseriu no discurso sobre patrimônio cultural o sujeito homem em suas mais diversas manifestações. Seu legado está na Constituição brasileira e na consagração do patrimônio imaterial. Para saber mais ver: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3216>

começam um movimento de valorização da cultura nas políticas públicas, mas sem uma participação efetiva dos gestores municipais (SANTIAGO, 2013). Na sequência administrativa do governo de Sergipe, assume a função de Governador João Alves Filho (1983 – 1987), ficando a cargo de sua administração o processo gradual de abertura política. Em sua gestão, foi implantada a Fundação Estadual de Cultura – FUNDESC, responsável pelo desenvolvimento técnico das ações culturais do Estado. Este órgão se dividia em: Divisão de Edições, Divisão de Música e Divisão de Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, essa última assumiria as funções da extinta Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Artístico, da antiga Subsecretaria de Cultura e Arte, recebendo a incumbência de dar prosseguimento a política preservacionista do estado. Nessa administração foram feitos 11 (onze) registros no livro de tombamento estadual, sendo todos referentes à arquitetura e dos quais 09 (nove) encontram-se na capital: o prédio da antiga Escola Normal Rui Barbosa (Decreto nº6.129/84), atual Centro de Turismo e Comercialização Artesanal; o Palácio Olímpio Campos (Decreto nº6.818/85), a Catedral Metropolitana, Igreja Nossa Senhora da Conceição (Decreto nº6.819/85), o prédio do antigo Atheneu Pedro II, Museu da Gente Sergipana (Decreto nº 6.820/85), o prédio da Secretaria de Segurança Pública, antigo Grupo Escolar Gal. Valadão (Decreto nº 6.821/85), o prédio do antigo Tribunal de Relação, hoje Memorial do Judiciário (Decreto nº 6.822/85), o Palácio Fausto Cardoso, antiga Assembleia Legislativa (Decreto nº 8.313/87) e o conjunto arquitetônico de cinco prédios civis na Avenida Otoniel Dória (Decreto nº 8.314/87). É significativo para essa pesquisa ressaltar que dos 09 (nove) bens tombados em Aracaju, 08 (oito) estão no sítio que dá forma ao núcleo fundacional da cidade (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA, 2006).

A década de 80 foi marcada em Sergipe pela discussão de novos temas dentro da questão patrimonial. Um deles refere-se à conservação do acervo arquitetônico de Aracaju. Cidade relativamente nova, que se consolidara, conforme visto na seção anterior, no início do século XX, e que começava a apresentar problemas ligados a forma de crescimento, típico de uma cidade de porte médio: a definição de novos vetores de ocupação, o crescimento da frota de veículos em circulação, a rápida verticalização e, especialmente, a supressão de exemplares significativos de sua arquitetura, em especial aqueles característicos das primeiras décadas do século XX localizados no núcleo central da cidade. Essa situação levou

o Conselho Estadual de Cultura a assumir a responsabilidade sobre a preservação do conjunto arquitetônico da capital, mesmo porque a Municipalidade era omissa nesse sentido. Temia-se que os prédios desocupados do centro cedessem lugar para edifícios modernos.

Apesar da boa relação política do Governador João Alves, do Partido da Frente Liberal - PFL, com o primeiro presidente da República pós-Ditadura, José Sarney⁴⁵ (1985-1990, PFL), o alinhamento da política cultural do Estado com o MinC só iria se solidificar como a criação da Secretaria Estadual de Cultura, já no Governo de Antonio Carlos Valadares (1987-1991, PFL), órgão que suplantou a FUNDESC e emancipou a política cultural do Estado, dando novo status a essa área. Ainda nesse contexto, foi inaugurada em Sergipe (1989) a Diretoria Regional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sucursal do SPHAN, instituição que reforça a aproximação das políticas preservacionista entre as duas esferas de governo, facilitando a consolidação e manutenção do acervo cultural existente no estado.

No governo Valadares foram feitos 09 (nove) registros no livro de tombo, onde já se percebe a influência da visão do MinC, com o conceito de patrimônio cultural mais alargado, o que representa uma diversificação no acervo. Dos bens tombados, 05 (cinco) bens da lista estão ligados à arquitetura, dos quais 03 (três) localizam-se no sítio fundacional de Aracaju: o antigo Tribunal de Justiça, (atualmente prédio da Procuradoria Geral do Estado – PGE, Decreto nº9.991/88), o Palácio Carvalho Neto (atual prédio do Arquivo Público do Estado - Decreto

⁴⁵ José Ribamar Ferreira de Araújo Costa: nasceu em 1930, em Pinheiro, Maranhão. Conhecido na infância como José do Sarney, em referência ao pai, Sarney de Araújo Costa, adicionou o nome Sarney a seu sobrenome em cartório quando tinha 18 anos. **José Sarney** formou-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Começou sua carreira política como líder estudantil, na época militando contra o governo de Getúlio Vargas. Foi membro do PSD e da UDN e, quando os militares tomaram o poder e extinguiram os partidos políticos, ingressou na Arena, partido que sustentou a ditadura. Nesse período, foi presidente da Arena, governador do Maranhão e senador. Sarney ingressou no PMDB em 1984, durante a abertura política, e foi escolhido como vice-presidente na chapa de Tancredo Neves. Tancredo foi eleito pelo Colégio Eleitoral, nas últimas eleições indiretas antes da democracia, mas morreu pouco depois de assumir o cargo. Dessa forma, Sarney assumiu a Presidência em 1985. Seu governo foi marcado pela época da hiperinflação. Lançou o Plano Cruzado, que congelou preços, para tentar controlar a inflação, sem sucesso. Em 1987, Sarney declarou uma moratória da dívida pública. Sarney notabilizou-se pela sua condução do processo de redemocratização do país. Ainda em 1985 foram legalizados os partidos políticos até então clandestinos, e o presidente recebeu no Palácio do Planalto líderes históricos da esquerda. No fim do ano realizaram-se as primeiras eleições diretas para prefeito das capitais em vinte anos. Em junho de 1985, Sarney envia mensagem ao Congresso convocando uma Assembleia Nacional Constituinte. Para saber mais ver: <http://epoca.globo.com/tudo-sobre/noticia/2016/06/jose-sarney.html>

nº12.038/91) e o prédio do antigo Tesouro do Estado (Decreto nº12.039/91, atual Câmara de Vereador de Aracaju). (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA, 2006).

A Constituição Federal de 1988 absorveu as discussões teóricas sobre o tema e refletiu as exigências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, valorizando as formas de expressão e a memória dos diversos grupos como parte do patrimônio cultural, apontando possíveis redefinições com relação à identidade e memória nacional. O corpo do texto apresenta terminologias que ampliam a concepção de patrimônio histórico e artístico, inalterada desde a Constituição de 1937, mas excessivamente focada no patrimônio edificado, sendo tratado agora como patrimônio cultural. Os artigos 215 e 216 institucionalizam a busca pela diversidade na composição da identidade, reconhecendo a cultura como direito e as memórias dos grupos como patrimônio cultural a ser preservado e protegido pelo Estado (CURY, 2013). A expressão “Patrimônio Cultural” que quase sempre esteve associada a prédios e objetos antigos, relíquias guardadas em museus que precisavam ser conservadas teve seu conceito expandido pela atual Carta Magna, pois, além dos bens materiais, como igrejas e outros monumentos arquitetônicos, que de algum modo contam a história de uma sociedade, incorporou-se ao conceito outro universo de memórias e conhecimento que completam e ajudam a registrar essa história: as expressões e representações da vida de um povo, suas festas, suas tradições, a religiosidade, o jeito de vestir e até o que se come, constituem patrimônio dessa gente (IPHAN, 2008).

Na esfera municipal, as leis ligadas à preservação do patrimônio histórico de Aracaju nasceram com a criação do Conselho Municipal de Cultura - CMC, através da Lei Municipal 1.160 de 27 de janeiro de 1986, reformulada pela Lei Municipal 1.445, de 26 de dezembro de 1988. É atribuição do CMC o julgamento das solicitações de tombamento, assim como deliberações acerca do acervo do patrimônio histórico e cultural do município. Em termos de estrutura, a lei municipal, praticamente, se mantém igual à lei estadual predecessora, apresentando algumas alterações no tocante as responsabilidades e competências administrativas. Contudo, houve uma mudança conceitual sobre a ideia de patrimônio que passou a ser não apenas um conjunto de bens culturais móveis e imóveis de notório valor estético ou histórico, mas também, como condição material de construção da

identidade e da memória dos diferentes grupos formadores da sociedade aracajuana, em particular, dos grupos étnicos encontrados nas diferentes manifestações culturais do município. Essa alteração foi influenciada pelos preceitos que nortearam a Constituição Federal elaborada em período concomitante. De acordo com a Lei, entre os bens considerados como portadores de referência à identidade coletiva, destacam-se: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, os documentos, e, evidentemente, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e arqueológico. Ficou estabelecida ainda a necessidade de participação popular no processo de reconhecimento do patrimônio. Sobre a importância da tarefa dos conselhos e a participação popular, houve expressa manifestação de uma entrevistada do grupo de especialistas, a historiadora Terezinha Oliva (2016), que afirmou,

Quando se fala de acervo patrimonial está se falando aí de um acervo patrimonial oficial, neste caso, porque claro que patrimonial extrapola o acervo oficial. Mas nessa esfera oficial é constituído por proposta: proposta da proteção, no caso a proteção mais conhecida e evidente é o tombamento né? Então, tanto os governos municipal, estadual, como federal podem fazer tombamentos ou criar outros instrumentos de proteção. Mais tomando como modelo o tombamento, então, por exemplo, se nós temos no estado um Conselho Estadual de Cultura, geralmente a proposta vai para o Conselho Estadual de Cultura e eu quero dizer que a proposta pode ser feita por um grupo de cidadãos, um cidadão que fundamente né, as razões pelas quais os bens devem ser protegidos e isso é analisado pelo colegiado e proposto pelo governo do estado. Mas da mesma forma no Iphan, a proposta pode chegar a superintendência estadual que vai fazer todo um estudo e depois desse estudo, no caso do patrimônio federal é um estudo aprofundado, muitas vezes demorado, que vai para o conselho, também do Iphan que é quem vai aprovar, depois o presidente do Iphan homologa e é publicado no diário oficial da União. E no caso dos municípios que geralmente não tem Conselhos Municipais, se tiverem é esse mesmo caminho, mas muitas vezes há decretos dos próprios governantes municipais, ou propostas dos vereadores, mas os caminhos geralmente são esses: há propostas e quando chegam até o mandatário que homologa e manda publicar. Esses são os caminhos (OLIVA, 2016).

Apesar do momento político do Brasil ter encaminhado à época uma constituição com forte apelo social, a fragilidade econômica do país levou a presidência da república, na eleição de 1989, Fernando Collor⁴⁶, com propostas

⁴⁶ **Fernando Affonso Collor** de Mello é um político brasileiro e foi o primeiro presidente da República do Brasil a sofrer o processo de impeachment. Também ficou conhecido pelo Plano Collor que continha a privatização da economia, contenção de gastos do governo, congelamento da poupança e outras providências. A carreira política de Collor teve início no ano de 1979, como prefeito nomeado

neoliberais de privatização da economia e contenção de gastos. Dentre as ações de sua gestão, extinguiu o MinC e provocou um período de ostracismo nas políticas culturais públicas em todo o país, adotando quase que exclusivamente políticas de financiamento através de Leis de incentivo (Lei Rouanet, nº8.313/91), que prevê a captação de recursos privados através de projetos de isenção fiscal, numa tentativa de reprodução das práticas mercadológicas vigente nos Estados Unidos (SANTIAGO, 2013). Na área da Cultura, o governo Collor, sofreria os efeitos devastadores da extinção do Ministério da Cultura, transformado em uma Secretaria de Cultura vinculada à Presidência da República⁴⁷, e da leniência nas ações de preservação do patrimônio causada pela substituição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC)⁴⁸. Esta estruturação institucional se manteve até a posse do Presidente Itamar Franco que reestabeleceu o Ministério da Cultura e devolveu a ordem ao IPHAN (SOUTELO, 2008).

Em Sergipe, na sequência do mandato de Valadares assumiu o cargo de governador, João Alves Filho (1991 – 1995), para seu segundo mandato, que guiado pelo planejamento do Governo Federal, extinguiu a Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente⁴⁹, retrocedendo à estrutura existente em 1987, ou seja, a existência de uma Fundação Estadual de Cultura - FUNDESC, vinculada à Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA, 2006).

de Maceió. Três anos depois, foi eleito deputado federal pelo Partido Democrático Social (PDS). Em 1986, foi eleito como governador de Alagoas pelo PMDB. Durante a sua gestão, ficou popularmente conhecido no país inteiro como “o caçador de marajás”, devido ao seu programa de combate à corrupção de funcionários públicos que recebiam salários exorbitantes. No ano de 1989, Fernando Collor elegeu-se presidente da República pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN) Aquela era a primeira eleição direta para presidente do Brasil, após a Ditadura Militar que durou 20 anos. A gestão de Collor, enquanto presidente foi tomada por polêmicas, como as medidas adotadas no que ficou conhecido como “Plano Collor”, e suspeitas de corrupção. Em abril de 1992, essas denúncias ganharam força quando Pedro Collor, irmão do presidente, revelou a existência do “esquema PC”, que continha corrupção passiva e tráfico de influência. A CPI do Congresso investigou as denúncias, resultando em seu impeachment. Para saber mais, ver: <http://www.estudopratico.com.br/biografia-de-fernando-collor-de-mello/>

⁴⁷ Medida Provisória nº. 151, de 15 de março de 1990, Lei nº. 8.028, de 12 de abril de 1990, e Decreto nº. 99.600, de 13 de outubro de 1990.

⁴⁸ Medida Provisória nº. 242, de 10 de outubro de 1990, Decreto nº. 99.602, de 13 de outubro de 1990, e Medida Provisória nº. 264, de 9 de novembro de 1990.

⁴⁹ Lei Estadual nº. 2.960, de 9 de abril de 1991.

Durante o Governo de Fernando Henrique, as orientações no campo cultural se mantiveram estáveis, o conceito de patrimônio consolidado na Constituição de 1988 regia os dogmas das políticas culturais que se alinhavam com as instituições internacionais ligadas a essa área (FERRAZ, 2012). De acordo com o organograma do MinC, o IPHAN concentrava as ações de formulação da política cultural nesse período, atuando paralelamente com a Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plástica. A estrutura do instituto contava com 14 (quatorze) superintendências regionais, entre elas, a já reestabelecida diretoria de Sergipe, agora, 8ª Superintendência, responsáveis pela aproximação da instância federal com as instituições e comunidades locais. Uma das vertentes dessa orientação do MinC, é a chamada Educação Patrimonial, incluída no item “Parcerias e Premiações” do IPHAN. A inauguração de um Programa de Educação Patrimonial passou a ser prioridade para o órgão, a partir de 1997, ganha espaço na gestão os programas que estabelecem “relação entre exercício de cidadania e garantia do direito à memória individual e coletiva” (CURY, 2013, p.99).

No Governo de Albano Franco⁵⁰ (1995 – 2002) foi devolvido à cultura o status de secretaria e também foram criados o INSPAC – Instituto do Patrimônio Cultural e o IMEDOC – Instituto da Memória e Documentação, instituições que assumiriam as políticas culturais do Estado ligadas ao patrimônio. A administração cultural do governo passa por grandes mudanças a partir dessa nova estrutura operacional, culminando com ações de preservação e resgate da memória cultural, artística e social sergipana. Em seus oito anos de mandato foram investidos recursos na realização de várias obras de restauração, edições e publicações de

⁵⁰ **Albano** do Prado Pimentel **Franco** nasceu em 1940 em Aracaju, advogado e político brasileiro. A influência da família Franco no Nordeste fez-se sentir tanto na esfera política quanto na esfera econômica. O poderio econômico da família centrou-se fundamentalmente na agroindústria do açúcar. Na década de 1990, o grupo Franco passou a ser proprietário também de indústrias têxteis, empresa agropecuária e uma fábrica de refrigerantes. Em 1994, licenciou-se da presidência da CNI, para disputar as eleições para o governo de Sergipe. Candidatou-se na legenda do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mesmo partido do neoliberal Fernando Henrique Cardoso, candidato à presidência da República. Em janeiro de 1995 tomou posse no governo de Sergipe, reafirmando suas metas de criar 30 mil novos empregos, construir 20 mil casas populares e assentar 1.500 famílias de trabalhadores. O início de seu segundo mandato à frente do governo sergipano coincide com o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República, e o alinhamento político se mantém. Em setembro de 2001, estourou uma crise em Sergipe. Albano Franco foi acusado pela Procuradoria da República, Polícia Federal e Receita Federal em Sergipe de ter se beneficiado em um esquema de desvio de dinheiro do estado para o pagamento de contas de sua campanha de reeleição para o governo de Sergipe. Em 1º de janeiro de 2003, Albano Franco transmitiu o governo de Sergipe ao sucessor João Alves. Para saber mais, ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/albano-do-prado-pimentel-franco>

obras ligadas a cultura e diversos eventos de divulgação e conscientização da população sobre patrimônio cultural. (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA, 2006).

Concomitantemente, e como parte de uma política integrada de educação patrimonial, em Sergipe, a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer incluiria na grade curricular das escolas da rede estadual de ensino duas novas disciplinas – “Sociedade e Cultura” e “Cultura Sergipana”, com o intuito de inculcar nos alunos uma conscientização sobre os valores culturais sergipanos e a valorização do patrimônio cultural do estado (SOUTELO, 2008). Inclusive uma professora do corpo docente entrevistado nesse trabalho, Rosilene Sousa, ao descrever sua trajetória no ensino público mencionou ter ministrado por algum tempo a disciplina Sociedade e Cultura: “[...] não é esse tempo fechado pra História. [...] eu trabalhei com Ciências, trabalhei com Sociedade e Cultura, trabalhei com matemática...” (SOUSA, 2016). Mesmo diante dessas novas ações, envolvendo outras secretarias e até em alguns casos a esfera municipal, a política de salvaguarda do governo estadual se mantém baseada em novas inscrições. No governo Albano Franco foram tombados 15 (quinze) bens culturais de diversas áreas, dos quais 12 (doze) expande o domínio da arquitetura no acervo, e desses, 5 (cinco) fazem parte do acervo de Aracaju, sendo 4 (quatro) localizados no sítio fundacional, quais sejam: o prédio da Delegacia da Receita Federal – Decreto nº 15.989/96, o Palácio Inácio Barbosa - Decreto nº 16.559/97, o prédio do quartel da Polícia Militar do Estado de Sergipe, antigo Grupo Escolar Gal. Siqueira - Decreto nº 18.775/00, e o prédio do antigo Colégio Nossa Senhora de Lourdes - Decreto nº 20.953/02 (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA, 2006).

Em outra ação, o Governo do Estado, agora em convênio com a Prefeitura de Aracaju e com recursos do Prodetur I⁵¹, provenientes de financiamento do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, realizou a obra de revitalização do Centro Histórico de Aracaju (1998 a 2000). Esse projeto seguia uma tendência do que vinha acontecendo no campo patrimonial no país, acompanhava o perfil de

⁵¹ Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – **Prodetur**: Tem por objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional. Buscando, com isso, gerar empregos e diminuir as desigualdades regionais. Para saber mais, ver: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/72-convenios/4859-programa-nacional-de-desenvolvimento-do-turismo-prodetur-nacional-programacao.html>

propostas de outras cidades (v.g. Salvador, Recife) que tentavam transformar seu conjunto arquitetônico em um produto de consumo a ser explorado pela indústria do turismo, com o propósito de transformar seu patrimônio cultural em fonte de renda. Assim, Aracaju também deveria possuir o seu antigo para que houvesse o reconhecimento de sua identidade e se enquadrasse como cidade-produto, sendo que para a legitimação do seu patrimônio fazia-se necessário à criação do monumento histórico, confirmado pelo objeto real que pudesse ser preservado em seu estado de matéria (NOGUEIRA, 2006).

Daí surgiram duas questões: onde buscar o “antigo” em Aracaju, cidade considerada moderna, para referendar sua identidade? E qual conjunto arquitetônico seria capaz de se transformar nesse produto? A resposta estaria no acervo construído/reformado no período da arquitetura eclética da modernidade guardado no núcleo urbano inicial. Todavia, o Centro de Aracaju, região que detém este conjunto arquitetônico mais antigo da cidade, encontrava-se degradado, tomado pelo comércio informal ao dia e pela prostituição à noite; semelhante ao que acontecia em áreas centrais de outras cidades brasileiras. Havia ainda os problemas da falta de infraestrutura dos mercados centrais, generalização dos congestionamentos e da proliferação dos estacionamentos clandestinos, que estava provocando o desaparecimento de parte do seu acervo, fato este sentido pelos “consumidores” da cidade, como o usuário/transeunte José Gonçalves, um dos entrevistados da pesquisa, que quando questionado sobre o motivo do afastamento das pessoas do centro histórico lembrou da agressão causada pela instalação desses estacionamentos e de quanto prejudicial esse processo é para o conjunto patrimonial da região:

“[...] a busca do espaço no centro da cidade para um estacionamento hoje nos tirou da nossa possibilidade de acervo físico, por exemplo, eu cito aqui o caso da Fonseca & Cia que era um grande prédio histórico, Ribeiro & Cia, e agora recente T.Campos que foi uma empresa que teve uma grande parte da nossa história no acervo de coisas antigas, no nosso centro histórico e que foram retirados diante da busca incessante por estacionamento. Então essas casas hoje antigas, o espaço físico delas servem só para estacionamento dentro do nosso Centro Histórico.” (SANTOS, 2016).

No entendimento do entrevistado, a demolição progressiva de prédios para instalação de estacionamentos teria provocado à perda de parte do conjunto arquitetônico de referência, e isso desmotivaria o cidadão a frequentar o centro da cidade. Assim, a política de revitalização implementada na época do Governo de

Albano Franco de alguns prédios e reurbanização de uma área definida como “Centro Histórico”, inserida nesse centro degradado, trouxe uma valorização do patrimônio que sugere a formação de um espaço para a rememoração coletiva, mas que se utiliza do modelo de “cidade produto” para se legitimar (NOGUEIRA, 2006).

Todo esse contexto somado à obrigatoriedade constitucional de elaboração de um Plano Diretor para a capital, colaboraram para a construção da obra legislativa municipal de maior abrangência na busca pela conservação do patrimônio histórico material de Aracaju e na consolidação desse espaço monumento: a Lei Complementar nº 42 de dezembro de 2000, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju (PDDU) e criou o sistema de planejamento e gestão urbana. No corpo do texto, no Título II – das políticas setoriais de desenvolvimento, Capítulo II – da política do meio ambiente e patrimônio cultural, na Seção I, do patrimônio cultural -, estão os artigos que constituem diretrizes para a preservação do Patrimônio Cultural e definição do Centro Histórico⁵².

O PDDU regulamenta também a forma de controle do poder público municipal sobre a construção, reconstrução, reforma, demolição, instalação de comunicação visual e de novas atividades em imóveis e conjuntos integrantes do patrimônio cultural, bem como do seu entorno e especifica que dependerá de licença prévia especial do Órgão Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, após aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - CONDURB e do Conselho Municipal de Cultura qualquer intervenção em bens do acervo do patrimônio cultural (artigo 16). O Anexo XI do PDDU relaciona e classifica 64 bens entre tombados e declarados de interesse cultural, são bens selecionados dentro do conjunto integrante do patrimônio cultural do Município (artigo 15).

⁵² No geral, quando se fala de patrimônio arquitetônico se faz referência a objetos arquitetônicos isolados (assim considerados mesmo que se encontrem situados dentro de áreas urbanizadas). É aplicada essa denominação porque se considera que a peça de valor não conta os lados ou proximidades imediatas com outras construções que possam receber qualificação similar. Entretanto, quando a proposta de preservação inclui vários objetos arquitetônicos, principalmente se situado dentro de uma área de maiores dimensões que os agrupe, se usa a denominação de “conjunto arquitetônico”. E ainda, nos casos em que fica compreendida uma área mais extensa e que conta com maior número de elementos, é usual aplicar a denominação de “**centro histórico**”. Ver: CASTELLS, Eduardo J. F. Patrimônio em questão: o tangível e o intangível no patrimônio de uma cidade histórica. In.: CASTELLS, Alicia N. G.; NARDI, Letícia. *Patrimônio cultural e cidade contemporânea* (org.) - Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

No sentido de conservação da ambiência urbana, o PDDU (em seus artigos 21 e 22) reconhece a importância do núcleo fundacional da cidade como marco simbólico, para construção da identidade coletiva do aracajuano, por constituir o espaço coletivo de maior identidade para os cidadãos e estabelece a delimitação de uma área como Centro Histórico a ser preservado (artigo. 21), seguindo uma vertente de legislações de outras cidades do Brasil. Merece destaque aqui o fator de este trabalho usar os limites definidos por essa lei para o Centro Histórico como recorte espacial para a pesquisa.

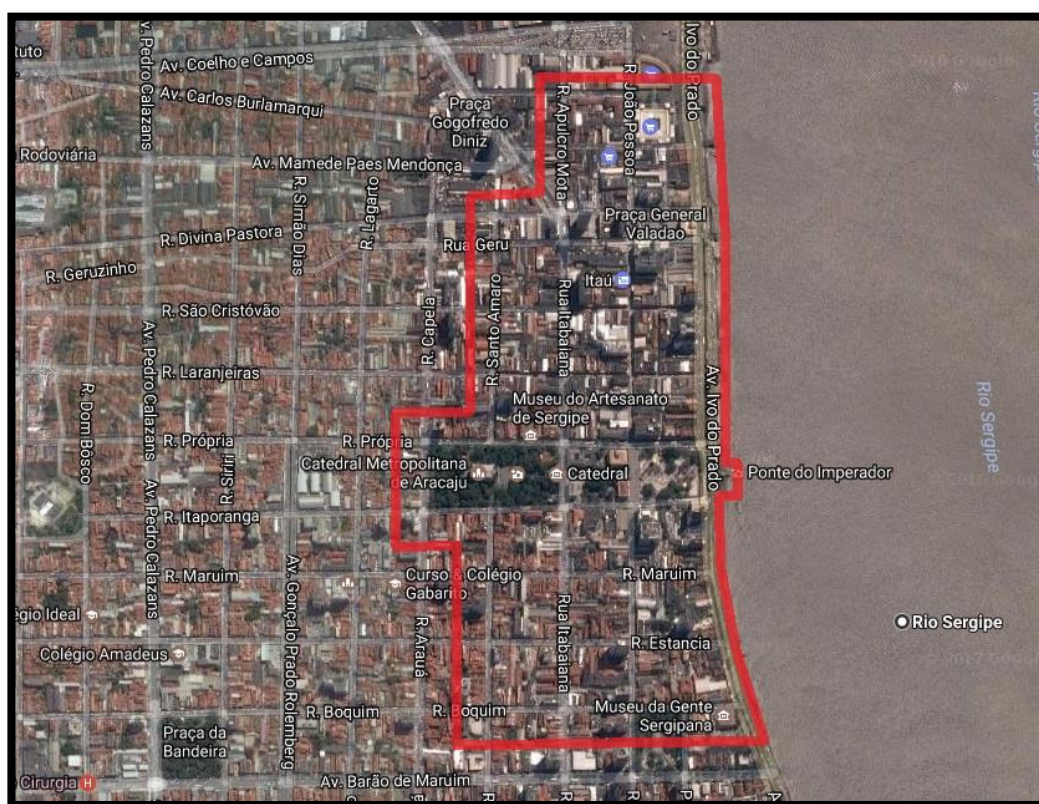


Fig. 25: Imagem do centro de Aracaju com delimitação da área do Centro Histórico. Fonte: Imagem 2015 CNES/Astrium, CNES/Spot, Image: Digital Globe, Google Maps, 2015.

Independente e concomitante a toda essa movimentação para consolidação dos centros históricos das principais cidades brasileiras, foi aprovada a lei estadual que regulamenta a expansão do conceito de cultura e reconhece a diversificação do patrimônio, conforme Constituição vigente, reduzindo a hegemonia da arquitetura no acervo patrimonial. O Decreto Federal nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 é o instrumento jurídico responsável por reconhecer a necessidade de elaborar e implementar políticas públicas sistemáticas para a continuidade e preservação dos chamados bens intangíveis, instituindo o registro de bens culturais de natureza

imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e criando o programa nacional de patrimônio imaterial. Nasce assim, o registro oficial desses bens.

Com a chegada de Lula⁵³ (2003-2010) à Presidência da República, em 2002, muda-se a ótica sobre o campo da cultura. A gestão federal vai buscar as políticas culturais que integrem em um Sistema Nacional de Cultura as três esferas do poder público, os governos federal, estadual e municipal. A estabilidade do MinC, os primeiros estudos sobre economia da cultura no Brasil e algumas ações para reduzir as distâncias e simplificar as relações administrativas com os entes federados criaram uma nova forma de tratar a cultura no país. Essa política vai mudar a maneira de pensar cultura dos gestores municipais e agentes culturais (SANTIAGO, 2013). Essa orientação foi influenciada pelo movimento internacional que culminou com a aprovação, no Fórum Universal das Culturas – Barcelona 2004, da Agenda 21 da Cultura, a qual preconiza que a cultura é um importante instrumento para o desenvolvimento local, apoiando ações que interajam com outras políticas públicas. Dessa forma, o antigo conceito de cultura como fonte de renda sofre uma transformação dentro das definições das políticas públicas quando estabelece que a cultura deve ser a alavanca para atingir objetivos no plano do desenvolvimento econômico, social e cultural, irrigando a criatividade da arte e da cultura para a educação, a política, a economia e a ciência (SANTIAGO, 2013).

Nessa época, em Sergipe, assume o governo, para seu terceiro mandato, João Aves Filho (2003-2006), que de imediato sanciona a Lei Estadual nº 4.749 de 17 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a estrutura administrativa do estado, dissociando o turismo da cultura e extinguindo o INSPAC e o IMEDOC. Apesar da

⁵³ Luiz Inácio **Lula** da Silva, nascido Luiz Inácio da Silva, mais conhecido como Lula (Caetés, 1945), é um político, ex-sindicalista e ex-metalúrgico brasileiro. Lula tomou posse do cargo de Presidente da República em 1º de janeiro de 2003. Em seu discurso pediu uma grande mobilização nacional para acabar com a fome no país. Foi criado o programa Fome Zero, que buscava parcerias entre o governo, a iniciativa privada e a população em geral, para garantir a alimentação aos setores mais pobres da população brasileira. Mais tarde, as políticas sociais se concentraram no programa Bolsa Família. Em relação à política econômica, o governo deu prioridade à estabilidade. Aumentou a taxa de juros para atrair investidores e investiu em programas sociais e infraestrutura. [...] Em seu segundo governo, iniciado em 2007, Lula lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e entregou sua coordenação a Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil. Outro programa de destaque foi o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), criado sob a responsabilidade do Ministério da Justiça. [...] Depois da reeleição de 2006, acreditou-se que Lula usaria seu elevado prestígio popular para obter uma emenda constitucional que lhe permitisse um terceiro mandato. O presidente, porém, após rejeitar repetidamente tal alternativa, lançou como sucessora a ministra Dilma Rousseff, que ele apelidou de “mãe do PAC”. <http://atlas.fgv.br/marcos/governo-lula-2003-2011/mapas/trajetoria-de-lula>

acefalia na gestão do patrimônio a política de tombamento teve prosseguimento e são registrados mais 6 (seis) novo bens, dos quais 5 (cinco) estão relacionados ao acervo arquitetônico, e desses, 2 (dois) se localizam no núcleo fundacional de Aracaju: o prédio da Antiga Alfândega - Decreto nº 21.765/03, e a Estação Rodoviária Gov. Luiz Garcia - Decreto nº 21.766/03 (SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA, 2006). A intervenção governamental, configurada por esta lei, expôs um desalinhamento com o governo federal na tarefa de preservar a memória cultural do Estado. Apesar disso, em 2004, o Estado de Sergipe foi contemplado pelo Programa Monumenta⁵⁴, desenvolvido pelo Governo Federal, junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, que objetivava conciliar a recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social, mirando a sustentabilidade nas ações patrimoniais. Merece destaque o fato de esse programa ter sido coordenado pela Secretaria de Estado da Infraestrutura, posto que a SEC - Secretaria de Estado da Cultura não tinha condições técnicas conduzir suas ações (SOUTELO, 2008).

Simultaneamente ao segundo mandato de Lula no Governo Federal, assumiu em Sergipe, o governo estadual o candidato representante da mesma sigla partidária, Marcelo Déda⁵⁵, do Partido dos Trabalhadores - PT. Ele mantém a estrutura da SECULT – Secretaria Estadual da Cultura, dá prosseguimento ao Monumenta e cria a SUBPAC – Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e

⁵⁴ O **Monumenta** é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão de obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. O Monumenta, que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o apoio da Unesco, procura garantir condições de sustentabilidade do Patrimônio. Objetivo a ser alcançado com a geração de recursos para o equilíbrio financeiro das atividades desenvolvidas e que mantenham conservados os imóveis da área do projeto. Com isto, facilita a manutenção das características originais dos bens, sem que sejam necessários futuros aportes de recursos públicos. Uma das estratégias para atingir essa meta é estabelecer novos usos para os imóveis e monumentos recuperados. Para saber mais ver: <http://www.ipac.ba.gov.br/preservacao/monumenta>

⁵⁵ **Marcelo Déda** Chagas (Simão Dias, 1960 - São Paulo, 2013) advogado e político brasileiro com carreira política ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT). [...] Teve mandato de Deputado Estadual (1987-1991) e Federal (1995-2000). [...] Foi eleito duas vezes prefeito de Aracaju, cargo que ocupou de 2001 até 2006, quando renunciou para disputar o governo estadual. [...] Elegeu-se governador de Sergipe naquele ano e foi reeleito em 2010, ocupando o cargo até sua morte. Para saber mais, ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcelo-deda-chagas>

Cultural, vinculada a Casa Civil, para manutenção do acervo patrimonial e monitoramento da candidatura da Praça São Francisco, em São Cristóvão, à Monumento da Humanidade. Quanto ao acervo cultural, sua gestão fica marcada pela inclusão de 6 (seis) novos bens nos livros de tomo, 5 (cinco) ligados a arquitetura e situados na capital, sendo 3 (três) no núcleo histórico, o prédio do IHGS - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Decreto nº 24. 383/07; a Ponte do Imperador, Decreto nº 29.556/13, e o prédio do restaurante Cacique Chá, decreto nº 29.557/13, e dois em outros bairros da cidade.

Ao longo desses quase oitenta anos (1938-2016) de ações patrimoniais, o IPHAN tombou 25 bens em território sergipano, sendo 23 monumentos e 2 conjuntos urbanísticos⁵⁶, nos municípios de Tomar do Geru (1), Estância (1), Itaporanga d'Ajuda (1), São Cristóvão (10), Nossa Senhora do Socorro (1), Laranjeiras (5), Divina Pastora (1), Riachuelo (1) e Santo Amaro das Brotas (2). Quanto à tipologia dos monumentos, há uma predominância da arquitetura: religiosa - 17 monumentos (68,0%); civil urbana - 4 monumentos (16,0%); rural - 2 monumentos (8,0%); e os sítios arquitetônicos - 2 conjuntos (8,0%). Devido à predominância do ecletismo de influência europeia em seu conjunto arquitetônico, o acervo de Aracaju se enquadra no estilo artístico preterido pela política de preservação do IPHAN, constituída pelos intelectuais do movimento modernista, que impuseram exclusividade ao estilo colonial a representação da memória da nação brasileira. Esse pensamento estabeleceu durante muito tempo uma restrição aos legados provenientes de outras épocas e estilos, a exemplo do patrimônio material de Aracaju, uma cidade planejada e implantada pelo Império, mas com a sua consolidação no início do século XX, ou seja, de ascendência na república velha, portanto, dominada pelo estilo eclético. Nas últimas décadas, essa doutrina institucional tem sofrido duras críticas e a renovação do corpo técnico do órgão tem iniciado uma revisão dos critérios de seleção do acervo, tanto assim, que em meados dos anos 90, o IPHAN tombou o conjunto arquitetônico de características holandesas do Recife Antigo, em Pernambuco - um passo importante no reconhecimento de outros movimentos artísticos como formadores da identidade brasileira. É nessa linha que em 2010 o Ministério Público Federal em Sergipe organiza com o apoio de outras instituições, o

⁵⁶ São Cristóvão e Laranjeiras.

Simpósio “Patrimônio *Art Déco* em Aracaju”, evento do qual resulta a “Carta de Aracaju”, documento que clama pelo reconhecimento do Patrimônio Cultural da cidade. Sobre essas mudanças na filosofia do IPHAN, a historiadora e ex-superintendente do órgão em Sergipe, Terezinha Oliva relatou em entrevista:

É. Esses critérios variam através da história. Quero citar o exemplo claro. Aracaju não tem um bem tombado pelo o Iphan. Todos os bens aqui tombados são bens do estado de Sergipe e bens de interesse declarado pelo município né? Não há nenhum bem tombado pelo Iphan ainda. E qual a razão? Porque o Iphan por muito tempo não considerou que os bens do patrimônio modernista ou moderno também, eclético, por exemplo, pudessem ser alvos de proteção federal. Isso é uma tradição né, que remonta aquela ideia de proteção aos bens do patrimônio colonial né? E se achava que, por exemplo, Aracaju com bens do ecletismo não teria muita significação. Isso vai mudando ao longo do tempo. Hoje, por exemplo, Aracaju tem um processo de tombamento do Centro Histórico em andamento pelo Iphan. Então que critérios? Então são critérios históricos, podemos dizer, porque o bem é sempre... o tombamento, a proteção ao bem é uma ação de valorização né? O bem é valorizado de acordo com determinados padrões. Então esses padrões mudam através do tempo (OLIVA, 2016).

Provocada por esse tipo de manifestação, a Superintendência do IPHAN em Sergipe elaborou um mapeamento dos bens de interesse histórico do conjunto arquitetônico do núcleo fundacional da cidade (bairro Centro) e com base nessa documentação definiu e indicou uma área desta região para tombamento, mas esse processo ainda encontra-se em avaliação no Conselho Consultivo do IPHAN.

O fato de o acervo patrimonial da cidade ser formado apenas por Decretos Estaduais e Municipais, sem o aval do órgão federal – IPHAN, pode sinalizar que este processo é uma tentativa de construir a identidade local, mas a grande questão seria desvendar o motivo pelo qual ainda não houve o reconhecimento popular das obras ecléticas da cidade. Nem mesmo a elite e intelectual local legitimou seu acervo eclético, pois para o desenvolvimento desse processo de reconhecimento faz-se necessário não só a preservação da matéria, enquanto monumento, também o discurso. Em Aracaju, a matéria é frágil, haja vista que não foi absorvida pelo patrimônio nacional, e o discurso é inexistente, visto que a produção intelectual a respeito de seu patrimônio ainda engatinha, exceto pelas poucas e isoladas pesquisas que nutrem uma valorização da história de Aracaju.

A legislação estadual, embora seja a mais atuante na preservação do patrimônio da cidade, restringem-se somente ao tombamento, sem estabelecer ações no sentido de envolver a população na apropriação dos bens simbólicos da

memória coletiva. Essa indicação fica clara na fala da técnica em patrimônio, Ana Conceição Sobral de Carvalho (2016), que em sua entrevista afirmou:

Eu não digo nem em fazer outra nova Lei, ela precisa ser atualizada, criar investimentos, esta entendendo? Isso aí a gente está falando por uma questão não só da preservação do bem, mas também da preservação da qualidade de vida [...] no meu entender a área de patrimônio ela tinha que ter vários seguimentos pra serem estudados e trabalhados. Mas infelizmente a coisa não se organizou, eu estou falando a nível de estado né? Não se organizou, o estado não investiu nessa área de profissionais, a prestação de concursos públicos, enfim, uma série de coisas que na verdade o estado ficou a desejar né? Nessa parte técnica que você pode dar todo o acompanhamento e dar todo suporte ao que já existe, não é isso? Então o que é que existe? Nós temos uma lei que precisa ser atualizada, 2.069, de, se não me engano, de 28 de dezembro de 1976 que dispõe sobre o patrimônio histórico e nós temos os decretos que a lei dá suporte a estes decretos (CARVALHO, 2016).

Desde a aprovação da Lei municipal nº 1.463, que dispõe sobre o Patrimônio cultural de Aracaju, muitas mudanças ocorreram no entendimento sobre Patrimônio Urbano. Novas leis foram surgindo como forma de acompanhar as mudanças e as necessidades socioculturais. A ideia de centro histórico cedeu lugar ao conceito de centro tradicional, uma vez que toda cidade deve ser considerada histórica, e, portanto, passível de ser preservada em sua totalidade e não apenas a partir de esparsos lugares particularizados. Daí resulta a importância que o patrimônio cultural proporciona para o planejamento urbano estratégico, especialmente quando relacionado a experiências de outras cidades brasileiras. Em condições gerais, pode-se visualizar como resultado: 1) a ampliação da consciência ambiental e a promoção do desenvolvimento cultural da comunidade; 2) o estímulo ao conhecimento e à pesquisa sobre o patrimônio urbano local, respeitando as diferentes épocas e contextos sociais; 3) o surgimento de uma base consistente para as políticas de preservação através da participação popular no desenvolvimento do processo; 4) o estímulo à formação de parcerias locais, possibilitando o fomento de investimento em turismo cultural e histórico; 5) a divisão das tarefas e das responsabilidades entre os setores público e privado;⁵⁷ e, por último, 6) o aumento da capacidade de compreensão da população aracajuana sobre a importância da preservação da memória de sua cidade, favorecendo, posteriormente, o entendimento de que o progresso social não é feito sobre as ruínas do passado.

⁵⁷ MURTA, 1995.

O centro histórico do município de Aracaju (área que abriga o maior conjunto de bens relacionados) apresenta problemas que, em geral, vem acelerando a sua degradação como espaço urbano e como referencial simbólico. Nesse sentido, podem ser citados: 1) a falta de regulamentação para os equipamentos de comunicação visual que acabam encobrendo as fachadas do conjunto arquitetônico representativo; 2) as reformas inconsequentes realizadas de modo aleatório pelos proprietários das edificações, descaracterizando o estilo original, e 3) a especulação imobiliária que vem forçando a demolição do casario a fim de abrir espaço para novos empreendimentos e renovação arquitetônica.

Nesse complexo campo que envolve as questões preservacionistas no território da cidade, as discussões tendem a polarizarem em torno dos interesses dos técnicos e grupos sociais que valorizam a arquitetura local como um patrimônio da cidade, ou representação cultural, e as predileções dos proprietários ou empresários, que são favoráveis à modernização do espaço urbano através de uma arquitetura contemporânea, objetivando a exploração de áreas valorizadas da cidade e a eliminação de alguns vestígios do passado (CURY, 2013). A especialista Ana Conceição Sobral de Carvalho (2016), membro do CEC em três ocasiões, quando questionada em entrevista se havia pressões na constituição do acervo patrimonial narrou um episódio que deixa claro os diferentes olhares sobre o patrimônio e como as pressões interferem no processo:

Olha, veja só, [risos] é uma pergunta complexa pelo seguinte: porque na verdade nós temos toda uma sociedade aí, uma política, quando eu falo, não é política partidária, mas uma política econômica. Existe também a questão de [interrupção]... Uma política econômica e a especulação imobiliária. Não é? Então, tudo isso interfere de certa forma. Existe a questão religiosa, que é uma coisa muito forte. Quando eu falo em religião, todos os seguimentos. Né? Então, veja só, nós tivemos um exemplo, eu posso falar porque é uma coisa que já passou, mais por exemplo, nós tivemos um exemplo muito forte que foi na década de 90. Nós tínhamos uma casa que ficava no coração da cidade, e vou citar ela como arquitetura porque ela não é só a casa em si, mas o que estava no contexto da casa, as árvores, o jardim, entendeu? Então quer dizer, fazia todo um conjunto. Então essa casa pertenceu a quem? Doutor Augusto Leite. Doutor Augusto Leite era um médico cientista, um grande cientista, fundador do hospital Cirurgia, da Casa Maternal Amélia Leite, era membro da Academia Sergipana de Letras, entendeu? Era uma pessoa que tinha uma cultura universal. Eu tive a oportunidade de conversar muito com o Doutor Augusto Leite na minha juventude porque eu era muito próxima as netas e vivia muito lá, então quer dizer era uma pessoa que realmente estava para além pelos conhecimentos que ele detinha. E a casa realmente não só pela estética, mas era uma casa muito assim... Era uma referência para a cidade. Então o que foi que aconteceu: foi feita a proposta, os herdeiros que eram muitos ficaram desesperados, porque na verdade eles tinham

também, queriam receber sua parte, né? E no final o Conselho de Cultura aprovou o tombamento, aprovou o processo, todo o estudo, inclusive, foi do arquiteto Welington Costa, o relator, aí eles entraram com a impugnação contra o tombamento, mas não era o tombamento em si, é que eles se sentiram, quer dizer, no meu entender pelos poucos momentos que eu tive, a família, eles perceberam que o estado, nem o governo estadual nem o federal tinham interesse em adquirir aquele bem, entendeu? Investir naquilo e a família também receber a parte financeira. Quando eles perceberam isso então eles lutaram para que a casa não viesse a ser tombada porque isso aí era o instrumento legal que na verdade iria comprometer a venda e claro isso aí é uma coisa assim que realmente até hoje eu acho, por isso que eu insisto na tecla, na questão da Lei de preservação que ela precisa ser atualizada. [...] Então resultado, essa casa o Conselho manteve a decisão, os herdeiros entraram com a impugnação, o estado fez a contestação através do procurador do estado e o conselho manteve a decisão e na hora final o governador encerrou o processo dizendo que não interessava. Então na verdade o que aconteceu: o que aconteceu foi que faltou negociação, faltou negociação do governo federal, do governo estadual, do município, porque na verdade aquela casa, vamos dizer, uma relíquia, era uma referência histórica pra cidade de Aracaju. Então quer dizer, por aí você percebe. Então esse processo... Nós tivemos vários, enfrentamos vários, entendeu? (CARVALHO, 2016).

Outro entrevistado, o especialista Luiz Fernando Soutelo, membro do Conselho Estadual de Cultura por cinco mandatos, quando perguntado sobre as tais pressões ou interferências na formação do acervo, apontou:

Tem... Muito! Muitas tensões. [...] Alguns interesses que pairam por aí. [...] Pelos bens preservados sim. Agora às vezes nós tivemos alguns problemas no Conselho Estadual de Cultura. Cito fatos. O primeiro deles: prédio da família Cardoso que existia na esquina da Rua de Pacatuba com a Travessa José de Faro. Nós perdemos. Só dois conselheiros votaram a favor. Todos os outros votaram contra. Tivemos o caso da casa de Augusto Leite que aprovado pelo conselho por três vezes, em momentos diferentes, nos anos oitenta, oitenta e três, oitenta e quatro, em oitenta e seis e posteriormente no final dos anos oitenta começo dos noventa, aprovado pelo conselho e o governador simplesmente declara em um despacho que o tombamento daquela casa não é do interesse da cultura sergipana. E aí há uma discussão. Há advogados e teóricos que dizem que o governador não tem este poder, ou seja, que a decisão política não se sobrepõe a uma decisão técnica, que a decisão do conselho é técnica, então só caberia ao governador homologar. Mais recentemente, agora este ano, nós tivemos um processo que voltou para o conselho, pelo que eu estou sabendo, que é o prédio da biblioteca pública, que a Procuradoria Geral do Estado pediu a planta original do prédio. A planta original ninguém sabe onde anda e não é por isso que vai se deixar de preservar aquele bem que marca uma fase da evolução arquitetônica brasileira em Aracaju. Ah, mais lembra o período militar? Nós não apagamos a história. Não se apaga a história. Se você observar o prédio da biblioteca ele é importante para o governo. Na entrada, naquela placa de inauguração estão listados todos os dirigentes de órgãos da administração estadual naquele momento da inauguração. Era uma forma de... Eu diria que era até um memorial para o próprio governo. E aí é uma questão: porque não preservar? Eu acho então um erro da Procuradoria. A Procuradoria não cabe ver o mérito do processo. A Procuradoria cabe analisar se no decorrer do processo houve algum fato que não justificasse a medida do Conselho. É isto que eu iria defender se

fosse do Conselho. Inclusive com o procurador presente no Conselho. Tem um procurador que é membro hoje do Conselho (SOUTELO, 2016).

Fica evidente, em ambos os discursos, que há interferências de diversas formas na decisão do colegiado estadual sobre tombamento e que são questões políticas influenciadas por aspectos financeiros da especulação imobiliária, ou mesmo um mero jogo de poder, como no envolvimento da Procuradoria do Estado ou do Clero (como citado na entrevista), todos tensionando o processo de alguma forma e sempre em defesa de interesses particulares.

Maria Cecília Londres Fonseca (1997), pesquisadora da área de patrimônio, também faz uma reflexão acerca desses conflitos e jogos de interesses:

Nas atividades desenvolvidas pelo SPHAN desde 1937, o tombamento tem se constituído no instrumento de preservação por excelência, a ponto de confundir-se tombamento com preservação. Atualmente, além de instrumento jurídico com implicações econômicas e sociais, o tombamento tem sido considerado e utilizado, tanto por agentes oficiais quanto por grupos sociais, como o rito, por excelência, de consagração do valor cultural de um bem. O tombamento tem sido apropriado pela sociedade brasileira de forma diferenciada e, nesse sentido, pode ser considerado de forma positiva ou negativa. [...] Por outro lado, dadas as restrições que o tombamento impõe ao bem considerado enquanto mercadoria, e os limites que acarreta ao uso do imóvel, esse instrumento costuma ter consequências consideradas indesejáveis para extratos das classes média e alta, como proprietários de imóveis em setores urbanos antigos e empresários da construção civil. [...] Em função, portanto, da natureza conflitante dos interesses em jogo no caso da proteção aos bens imóveis, e do peso dos monumentos no patrimônio histórico e artístico nacional, os processos de tombamentos constituem espaços de expressão desses confrontos, onde se podem captar as várias “vozes” envolvidas com a questão da preservação e sua influência na condução dos processos (FONSECA, 1997, p.20).

Percebe-se que um dos grandes problemas das políticas de patrimônio gira em torno da própria definição daquilo que precisa ou não ser preservado. Numa sociedade multicultural como a nossa, caracterizada tanto pela diferença quanto pelo fácil acesso a informação, é compreensível que a preservação seja feita também de forma similar, ou seja, com a eleição de um acervo patrimonial tão distinto entre si que, tem-se a impressão de que não se consegue retratar a memória do local, muito menos uma identidade que possua esse caráter coletivo. A questão da busca pela “identidade coletiva”, através do registro das memórias dos grupos, parece refletir o modo de vida fragmentado e impessoal da sociedade moderna.

4. O signo da Arquitetura: os espaços de Aracaju e a Educação Patrimonial

“O contínuo da cultura está perdendo para a ideologia do efêmero”

(**A cidade desvendada**, Paulo Casé).

No capítulo anterior, estabeleceu-se uma discussão sobre o processo histórico de constituição do patrimônio oficial da cidade de Aracaju, mapeando seus elementos e delineando o processo pelo qual são selecionados os monumentos aos quais se confere valor, não pelos indivíduos ou sua maioria, mas sempre por um grupo destacado e restrito de pessoas designadas legalmente para a tarefa. A necessidade dos traços históricos estiveram atrelados ao desafio proposto no início da pesquisa, o de investigar a relação entre a forma de concepção deste patrimônio oficial e as experiências limiares portadoras de múltiplos sentidos e possibilidades de descoberta. Estas, pautadas na capacidade humana de se redefinir com o passar do tempo e em lugares que permitem tanto a compreensão da história, quanto a interpretação dos aspectos sociais registrados pela memória e ampliados pelas práticas de rememoração, no sentido benjaminiano de consumo da paisagem urbana.

Em outras palavras, todos os aspectos abordados até aqui convergem para compreendermos se a forma de se conceber este patrimônio, e lhe conferir valor, teria o condão de materializar as pluralidades das experiências vividas por seus consumidores e transformá-lo em “espaços de memória”, de forma a garantir a perpetuação dos valores neles inculcados, reforçar a identidade, educar e formar os cidadãos, uma vez que é evidente que a atribuição de um valor simbólico aos bens patrimoniais depende do nível de conhecimento que se tem a respeito de sua historicidade.

Assim, estabelecido o patrimônio referencial da pesquisa, compreendida a sua forma de eleição e já estabelecidos (em seções anteriores) os referenciais de análise, coube à pesquisa etnográfica a tarefa de democratizar os clamores, respeitando todas as vozes, inclusive, àqueles que por determinação social não

protagonizam os discursos, a fim de testar se a hipótese inicial de que a população aracajuana, apesar de conviver com os monumentos históricos da capital no cotidiano do espaço urbano, permanece alheia a sua importância como elemento da identidade local, encontrava correspondência com a realidade.

Como a etnografia⁵⁸ não faz distinção, não julga sobre a luz da superioridade, ela expõe a complexidade da malha das práticas sociais, aquelas que são tão espontâneas a ponto de desaparecerem no *habitus* cotidiano, portanto naturalizadas pela ordem social como práticas culturais (BEAUD; WEBER, 2007). Com base na integração ou imersão do pesquisador no ambiente pesquisado, a etnografia, do passante com o cenário urbano, no cotidiano, na pluralidade das experiências reconstitui os olhares, permite o cruzamento dos pontos de vista sobre o objeto, dá luz a diversidade das práticas e revela sua densidade. Exibe sem dissimulação os eventos e os sujeitos. Analisa de forma cirúrgica às ações e reações dos envolvidos. Assim, a pesquisa etnográfica potencializa as visões sobre o objeto e altera o olhar o tornando capaz de enxergar coisas nas quais nos esbarramos todos os dias sem as “ver” de verdade (BEAUD; WEBER, 2007). É o que acontece na relação do passante com o cenário urbano, no cotidiano, na pluralidade das experiências culturais.

Desta forma, esta seção da pesquisa focou na análise da apropriação do patrimônio edificado da cidade de Aracaju, principalmente no conjunto arquitetônico do acervo oficial, apresentando o resultado da pesquisa de campo, a partir das entrevistas com os subgrupos definidos, analisados qualitativamente à luz dos referenciais teórico-metodológicos selecionados, com o fim específico de analisar a existência de uma efetiva apropriação do patrimônio do sítio fundacional da cidade

⁵⁸ A **etnografia** A pesquisa etnográfica durante certo tempo foi muito utilizada para a antropologia e sociologia, quase que exclusivamente. Isso se dava, devido ao fato de ser comumente utilizada no estudo de populações primitivas e minorias culturais. Baseia-se no contato intersubjetivo entre o antropólogo e o seu objeto, seja ele uma tribo indígena ou qualquer outro grupo social sob o qual o recorte analítico seja feito. A base de uma pesquisa etnográfica é o trabalho de campo. Atualmente, entretanto, utiliza-se a etnografia em outras áreas, como por exemplo, educação e psicologia sócia. Na área da educação, os pesquisadores passaram a se interessar por este método de estudo no início da década de 70. Fetterman (1989, p.11), citado em Godoy (1995), define etnografia no seu sentido mais amplo, é entendida como a arte e a ciência de descrever uma cultura ou grupo, (p.28). Ludke e André (2012), citando Spradley (1979), apresenta a etnografia como sendo a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo. (p. 14). Neste caso, este trabalho de campo se dá por meio do contato intenso e prolongado do pesquisador com a cultura do grupo para descobrir como se organizam seu sistema de significados culturais. Ver mais em: <https://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/38212/etnografia>

pela população local, a ponto de poder ser, ou mesmo ser, utilizado como instrumento de formação da sua identidade.

Na estruturação deste trabalho, desde o início, ficou estabelecido o uso da pesquisa qualitativa. Optamos em organizar roteiros (vide apêndice) para a realização das entrevistas semi-estruturadas. O emprego da entrevista, como metodologia de pesquisa se justifica na conjuntura investigativa, o que pressupõe sua articulação com um projeto bem definido. É na elaboração do projeto de pesquisa que se organiza e define a abordagem do objeto em questão ou como deveria ser trabalhado. Destacamos que esse método não é um fim em si mesmo, e sim um meio de adquirir conhecimento sobre o objeto.

A pesquisa qualitativa⁵⁹ se distingue pela investigação detalhada dos elementos e dos significados imersos nos discursos dos entrevistados. Essa inquietação por revelar as convicções dos entrevistados comum da etnografia, produz algumas estratégias: observação participante, pesquisa-ação, e vários outros tipos de pesquisa qualitativa. Para os estudiosos do campo das pesquisas qualitativas, as convicções subjetivas das pessoas/objeto deve ter prioridade sobre o conhecimento teórico do investigador (RICHARDSON, 1999 p 90). Esta foi a tônica desse trabalho: priorizar as experiências dos companheiros de diálogo, sua forma de apropriação da cidade e do patrimônio cultural oficial na contemporaneidade. Na sua estruturação, foram selecionados os sujeitos, optando-se por uma amostra de 10 (dez) entrevistados, divididos em 3 (três) subgrupos, sendo: 03 especialistas, 03 professores e 4 transeuntes/usuários.

Para dinamizar o trabalho foram elaborados roteiros com questões claras, simples e diretas, com o intuito instrumentalizar a pesquisa e ampliar a variedade de

⁵⁹ A **Pesquisa qualitativa** é um método de investigação de base semiótica, usado inicialmente nas ciências sociais. Considera-se técnicas qualitativas todas aquelas diferentes à pesquisa estatística e ao experimento científico. Isto é, questionários abertos, entrevistas, grupos de discussão ou técnicas de observação de participantes. A investigação qualitativa recolhe os discursos dos sujeitos, para proceder a interpretação, analisando as relações de significado que se produzem em determinada cultura ou ideologia. Por outro lado, não faz uso da representação estatística. Os problemas de validade são minimizados através de diversas técnicas, entre elas a permanência prolongada no campo, a "triangulação" dos resultados com os dados quantitativos ou a adoção do critério de representatividade estrutural: incluir na amostra membros dos principais elementos da estrutura social em torno do tema de estudo.

fontes, dividiu-se a amostra em três categorias/grupos e se criou um roteiro para cada uma:

1. Historiador/especialista - historiadores e especialistas locais com experiência no campo do patrimônio cultural da cidade de Aracaju, para eles foram dirigidas questões sobre a formação do acervo cultural, a destaque do período da modernidade (início do século XX) na formação da cidade, sua influência na composição do acervo oficial e a atuação dos programas de preservação das gestões públicas com envolvimento da educação patrimonial. A seleção dos entrevistados se deu a partir de personalidades comprometidas com a preservação do patrimônio histórico em Sergipe, são eles: a Dra. Terezinha Alves Oliva, a Esp. Ana Conceição Sobral de Carvalho e o Prof. Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, já devidamente apresentados na introdução deste trabalho.

2. Professores da rede pública de ensino – para o corpo docente o critério de seleção estabelecido foi ouvir professores da disciplina de História das escolas públicas inseridas no sítio fundacional da cidade, localização de proximidade com a maior parte do acervo patrimonial oficial da cidade. O roteiro foi direcionado para verificar a existência e operacionalidade de projetos institucionais da área de educação patrimonial, e, caso existam, se atingem os objetivos propostos e quais os instrumentos utilizados. Integram esse grupo os seguintes professores: Reginaldo dos Reis, do Colégio Estadual Jackson de Figueiredo, a professora Rosilene Santos Sousa, da Escola Estadual Prof. Valnir Chagas; e a professora Mônica Carvalho Leite, do Colégio Estadual Tobias Barreto.

3. Transeuntes/usuários do centro de Aracaju - grupo formado por pessoas que de alguma forma usam ou circulam pelo núcleo urbano descrito como centro histórico de Aracaju (moradores, comerciantes, consumidores, estudantes ou trabalhadores locais). O roteiro foi definido para identificar a relação destes com o patrimônio local ou, mais especificamente, a apropriação desses espaços que possam ser considerados vestígios da história da cidade de Aracaju. Para tanto foram selecionados quatro narradores: 1. Elis Regina Modesto de Jesus; 2. Flávio André Soares Bezerra; 3. Wedmy Santos Dória, e; 4. José Gonçalves Santos.

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista⁶⁰ mostrou-se bastante adequada para a obtenção de informações acerca dos conhecimentos, das crenças, das expectativas, dos sentimentos ou dos desejos das pessoas, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito dos temas precedentes. (GIL, A., 2008). Nesta busca, que é a coleta de dados por entrevista, elaborou-se algumas questões para os diálogos norteadas pelas especificidades presentes no objeto de pesquisa e pelo envolvimento dos colaboradores com o patrimônio cultural da cidade de Aracaju.

Ao trabalhar com as falas dos sujeitos, buscamos suas percepções sobre a reconstrução do passado; percepções respaldadas por experiências desencadeadas no presente a partir das perguntas da entrevista. Portanto, tais percepções estão sujeitas a posturas voluntárias e involuntárias, ambivalência que é incorporada ao discurso no momento da inserção dos temas sugeridos na pesquisa. Os doadores de percepção entrelaçam experiências presentes com passadas, para compor suas narrativas e subsidiar a compreensão do narrado, o que impõe uma constante reavaliação das certezas sobre um dado acontecimento (PAIM e GUIMARÃES, 2016).

Partindo de uma ótica patrimonial mais abrangente, e preocupado em entender a apropriação do patrimônio do centro histórico de Aracaju no contexto de uma cidade contemporânea, observou-se um tensionamento na relação dual entre os valores a ele atribuídos no campo patrimonial e os valores construídos no cerne desse espaço urbano pelas práticas sociais de seus usuários. O intuito da investigação foi compreender os usos e sentidos atribuídos ao acervo cultural do centro histórico, através não somente da perspectiva técnica ou institucional, mas, sobretudo das relações e interações entre os bens do seu acervo material e a práticas sociais que os envolvem.

A concepção de “fato urbano” estabelecida por Rossi (2001) enxerga a cidade de forma autônoma, como matéria de uma composição complexa que agrupa

⁶⁰ Para que outros pesquisadores tenham acesso aos dados desta pesquisa ou que o próprio autor possa retomá-los no futuro, optou-se pela conservação do material coletado (Arquivo digital Áudio MPEG-4 das gravações dos depoimentos e respectivas transcrições em arquivo digital PDF) na base da Plataforma Brasil e na biblioteca do Departamento de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes.

conhecimentos de diversas ciências. Nesse sentido, a pesquisa privilegiou o diálogo entre os campos do Patrimônio, da Arquitetura e Urbanismo e da Educação, evocando conceitos que comportam uma noção abrangente de centro histórico como parte dessa concepção de “fato urbano”. Reunir conceitos e discussões da disciplina de Antropologia Urbana e Psicologia Social aos campos da Arquitetura e Urbanismo e do Patrimônio ratifica a intenção de uma compreensão mais ampla, que levou em consideração a polifonia de sentidos do objeto analisado. Assim, a pluralidade cultural, incorporada de maneira mais incisiva ao campo patrimonial nas últimas décadas foi abordada a partir do entendimento de uma cidade que aspira por novas perspectivas.

A matéria efetiva dessa composição complexa denominada cidade é seu conjunto arquitetônico, que oferece um cenário de ambiência fixa, mas que apesar de fixa, não se admite estática, pois sofre cotidianas metamorfoses impostas pelas contingências inerentes a seu desenvolvimento. Nesse espaço coexistem os praticantes ordinários, que, segundo Michel de Certeau (2009), estabelecem uma relação íntima com a urbe, uma vez que,

[...] obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se veem; têm dele um conhecimento tão cego como o corpo a corpo amoroso (CERTEAU, 2009, p.159).

A despeito da busca por um caráter abrangente, o conceito de centro histórico habitualmente é sintetizado em uma categoria patrimonial com definições próprias e especificidades institucionais. A esses espaços geralmente é atribuído à responsabilidade de conservar as marcas da identidade e da memória coletiva de um determinado grupo, apropriado como espaço homogêneo, delimitado, onde o ambíguo deve ser atenuado, talvez até eliminado (NARDI, 2015). Assim, recai sobre o centro histórico a incumbência da consolidação da imagem da cidade, mas para isso, esse ambiente precisa exprimir valores humanos para que representem o espaço de encontro das múltiplas manifestações sociais, relativamente harmônicas, e que apaguem sua imagem de espaço funcional, produto do consumo, de exposição das desigualdades sociais (TORRES, 2014).

À vista disto, foi imperativo para o resultado desta pesquisa levar em consideração as diversidades, ambiguidades e conexões existentes nos olhares

sobre o centro histórico de Aracaju que, pela definição institucional, simboliza o ponto primitivo do núcleo urbano homogeneizado pelo “Plano de Pirro”, mas devendo ressaltar, ainda, que durante algum tempo esse espaço representou a totalidade da cidade, uma síntese de sua diversidade, portanto, acabando por acomodar uma superposição de camadas temporais e uma variedade de práticas e marcos culturais heterogêneos.

A ideia de “Centro Histórico” e sua funcionalidade na questão patrimonial pode ser vista sob três perspectivas. A primeira delas defende o centro histórico como ponto de encontro entre dois campos: um composto pelas definições conceituais, políticas e institucionais que norteiam a preservação do patrimônio urbano e cultural; e outro, referente à dinâmica da cidade viva, com expansões, desocupações e estagnações do território, variações definidas por interesses culturais, econômicos e sociais. Esta primeira perspectiva revela a dualidade existente entre as questões patrimonialistas e as forças que regem o desenvolvimento de uma cidade. Como ponto de encontro o centro histórico congrega os dois campos, incluindo em seu planejamento tanto os valores preservacionistas, quanto os possíveis caminhos para evolução urbana, - que aponta a diversidade das práticas urbanas e culturais e busca o equilíbrio entre a preservação patrimonial e a dinâmica própria da cidade contemporânea constantemente em mutação, absorvendo novos comportamentos e tecnologias que ditam a morfologia urbana. O encontro não encerra a trajetória dos campos, apenas cria uma nova categoria – o “centro histórico”, que continuará de maneira dinâmica sofrendo suas metamorfoses à medida que novas considerações, ações, legislações, usos e pensamentos são incorporados.

Em um trecho da entrevista com a historiadora Terezinha Oliva, temos uma mostra dessa dinâmica quando afirma que “[...] a proteção ao bem [patrimônio] é uma ação de valorização. O bem [patrimônio] é valorizado de acordo com determinados padrões. Então esses padrões mudam através do tempo” (OLIVA, 2016). Isso indica que, assim como acontece na legislação de controle urbano, na legislação preservacionista também há mudanças de concepção que podem alterar a dinâmica de sítios históricos, permitindo ou restringindo intervenções que modifiquem a morfologia do espaço, o que interferiria no desenvolvimento da cidade e em suas práticas sociais.

A segunda perspectiva entende o centro histórico como “lugar”, um olhar sobre os aspectos materiais que deixa transparecer que este sítio é um conjunto relativamente coeso e consolidado de múltiplas conexões e distribuição espacial estabelecida pelas relações de poder, trazendo à baila um processo pelo qual um espaço urbano contrai uma identidade distintiva e assume o status de “lugar”. Nesse sentido, a interpretação de centro histórico como marco zero do desenvolvimento de um determinado grupo é substituída por aspectos históricos interligados por uma rede de conexões, sejam elas geográficas, econômicas, migratórias, comerciais, ou simplesmente exclusões, que colaboraram ou ainda colaboram para a construção identitária do grupo nele estabelecido (NARDI, 2015).

A terceira perspectiva ressalta que o patrimônio cultural seria entendido de forma mais adequada se fosse enquadrado como elemento mediador entre diversos domínios social e simbolicamente construídos como referência. Assim, valorizar o potencial mediador do acervo patrimonial permitiria reconhecer que as disputas ocorridas no espaço urbano precisam priorizar as diferenças culturais existentes no contexto. Letícia Nardi (2015), defende que:

[...] o caráter abrangente do patrimônio urbano possibilita estabelecer vínculos importantes, desde que não seja compreendido somente como um espaço delimitado em um perímetro que contem os elementos mais representativos arquitetônicos, históricos e paisagísticos, e sim vistos como um espaço interconectado com o restante da cidade e com outras realidades, ressaltando as diversidades culturais (NARDI, 2015, p.35).

Assim, teríamos que a salvaguarda do patrimônio cultural não poderia se configurar um fim em si mesmo, mas apenas ampliar as possibilidades de conhecimento e debate sobre os grupos sociais que coexistem no ambiente urbano. Essa prospecção social não se restringe aos grupos, mas potencializa o entendimento sobre o ambiente urbano objeto da patrimonialização, que simultaneamente é conectado a diferentes realidades, a múltiplas temporalidades e a uma pluralidade de experiências. Por isso, essa classificação como ambiente mediador dá voz às pessoas para que se posicionem a partir das suas próprias experiências e relações memoriais com o corpo patrimonial e não através de um olhar imposto institucionalmente ou meramente midiático. Além disso, o sincretismo cultural é uma relevante fonte criativa, geradora de múltiplas formas de cultura, mais adequada à modernidade que às contestadas identidades estáticas (HALL, 2015). Essa interpretação do patrimônio deve partir de um consenso social, amparado pelo

corpo institucional, popularizando a compreensão e a valorização da cidade e de seus grupos sociais (NARDI, 2015).

Observam-se nos dados fornecidos pelos transeuntes/usuários posicionamentos variados sobre a questão patrimonial, incluindo resignâncias, tensionamentos e indiferença. Por exemplo, a entrevistada, Elis Regina, apresenta um conflito de identidade na sua relação com o patrimônio:

Os prédios, essas coisas... Não é? Uma parte histórica, né?, de Aracaju. É! várias lembranças.... Algumas lembranças assim de infância, de quando a gente andava por ali, por aqueles prédios, hoje não tem tanta importância não, pra mim pelo menos né? Mas antigamente, a parte legal da história de Aracaju. [...] Acho que cada um tem um pouco de importância né? Cada um tem sua importância, fundado em tal ano, que teve algumas coisas, algumas coisas aconteceram, acho que cada um tem uma importância pra cidade. [...] Não, não tem muita importância não, pra mim não... não influencia.[...] A importância? Nenhuma. (JESUS, 2016)⁶¹

Pode-se perceber que ela mantém as lembranças das práticas sociais de sua infância emoldurada pelo “lugar” (o centro histórico de Aracaju) e até consegue apontar a importância do conjunto patrimonial como elemento histórico para a cidade, mas refuta qualquer vínculo pessoal, qualquer referência simbólica, sem conseguir enxergar o acervo cultural como parte de sua identidade. Essa indiferença com acervo patrimonial também foi observada no discurso do entrevistado. Wedmy Dória:

Eu vejo um conjunto histórico visualmente agradável, porém não considero atrativo o suficiente para que eu me interesse por conhecer os seus pormenores. [...] talvez a forma que esse acervo é exposto ou divulgado, por conta disso eu nunca tive interesse em conhecer. [...] os prédios de alguma forma, na minha visão, dão cara, dão cara a cidade de Aracaju. Mas eu não consigo me identificar de alguma forma com esses prédios históricos não. [...] minha proximidade com a parte histórica é praticamente zero. Então eles existirem ou não, não faz diferença. Eles não são importantes pra mim (DÓRIA, 2016)⁶².

⁶¹ JESUS, Elis R. M. de. **Elis Regina Modesto de Jesus**: depoimento [17 de julho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação - Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

⁶² DÓRIA, Wedmy S. **Wedmy Santos Dória**: depoimento [22 de julho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação - Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

No depoimento, nota-se que há uma admiração técnica pelo conjunto arquitetônico e até uma “consciência” da representatividade desses elementos como símbolos da cidade, mas também se evidencia a sua posição de indiferença, como se o acervo cultural representasse a cidade, mas não o representasse. A atribuição de significado aos bens referenciais não corresponde à atribuição de valor imposta por parte do poder público. Para Maria Cecília Londres Fonseca (1997) essa indiferença com o acervo cultural da cidade (apontada nas entrevistas da pesquisa de campo) tem relação com a forma de abordagem atual da construção do patrimônio no Brasil e defende que,

É imprescindível questionar o processo de produção desse universo que constitui o patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. (FONSECA, 1997, p. 21).

Assim, a indiferença com o patrimônio estaria justificada pela falta de envolvimento da sociedade no processo de construção do acervo cultural oficial, conforme afirmou o próprio entrevistado. Neste sentido, a autora defende que se o processo de eleição dos bens patrimoniais fosse mais participativo e houvesse critérios mais democráticos, o envolvimento ampliaria o sentimento de identificação da população. Ao contrário disto, acontece, na realidade, apenas a catalogação de bens de representatividade da cultura de um grupo restrito, selecionada por uma confraria de especialistas membros de uma elite intelectual. Esse procedimento transformou a militância preservacionista numa verdadeira “sacralização dos monumentos”, legitimando a pretensão de homogeneização da cultura.

Sobre o tema de seleção dos bens patrimoniais, a especialista Ana Conceição trouxe informações tanto sobre o processo de escolha, como os critérios que a norteiam em Sergipe, como sendo:

O patrimônio cultural, ele se constitui da natureza, ao meio ambiente, a produção desse meio ambiente, o saber fazer do homem e toda sua produção. [...] Valor histórico, valor artístico ou estético, valor afetivo e valor referencial. [...] veja bem, eu acho que essa preservação parte da própria sociedade, da própria comunidade né? Ela por uma questão afetiva, por uma questão histórica, ela indica para o Conselho de Cultura e aquele bem ele já está configurado dentro da cidade né? Como um bem de interesse histórico, artístico, cultural, entendeu? E o Conselho estadual de cultura, em plenário, aprova a proposta apresentada e indica o relator pra desenvolver todo o estudo. [...] Existe sim os critérios. Nós temos a questão do... Não só a lei de patrimônio que regula essa questão, inclusive a lei de patrimônio ela dá suporte a questão do tombamento. Nós temos pra cidades o plano

diretor né? E dentro desse plano diretor existem as regras de preservação, não é isso? (CARVALHO, 2016).

Este relato esclarece que apesar do processo de seleção do acervo ser todo conduzido pelo conselho, a indicação do bem pode ser feita por um cidadão sendo o corpo técnico o responsável pelo deferimento, utilizando-se de conceitos e critérios instituídos em lei, mas alheios à comunidade. Em outro trecho ela acrescenta que além do processo ser regido por um corpo de especialistas, o Chefe do Poder Executivo poderia alterar a decisão, submetendo todo o trâmite ao aparelhamento ideológico do Estado e, por tabela, à elite de intelectuais que conduzem todo o procedimento e que são escolhidos pelo próprio Governo.

[...] o Conselho de Cultura aprovou o tombamento, aprovou o processo, todo o estudo inclusive foi do arquiteto Welington Costa o relator, aí eles [os proprietários] entraram com a impugnação contra o tombamento, [...] lutaram para que a casa não viesse a ser tombada [...] Então resultado, essa casa, o Conselho manteve a decisão, os herdeiros entraram com a impugnação, o estado fez a contestação através do procurador do Estado e o conselho manteve a decisão e na hora final o governador encerrou o processo dizendo que não interessava (CARVALHO, 2016).

Com isso, os grupos culturais representantes de identidades oriundas das classes populares ficavam excluídos do processo de seleção oficial. Assim, a capacidade do patrimônio cultural de fortalecer os valores comunitários e colaborar para polifonia cultural seria reprimida pelas normativas das instituições culturais (DEBUS, 2012). Por outro lado, a premissa das políticas preservacionistas atuais seria o entendimento do dever de suplantar as clivagens ideológicas e as diferenças culturais e o seu sucesso estaria relacionado à obrigação do acolhimento da diversidade e à introdução de mecanismos de democratização no processo de composição do acervo cultural.

Todavia, analisando os livros de tomo, onde são registrados os bens culturais desses acervos, percebe-se como o patrimônio tem seguido a linha ideológica do Governo. Ou seja, na realidade, a expectativa de participar da escolha dos elementos patrimoniais que lhe são próprios e que possuam verdadeira representatividade como uma referência a memória coletiva repassada aos seus descendentes (BASTOS, 2012) é apenas uma indicação de mudança e não uma realidade contundente, uma vez que o processo é apático e lento e ainda sob o efetivo controle do Governo. Os ex-conselheiros do CEC, Luiz Fernando Ribeiro

Soutelo e Ana Conceição Sobra de Carvalho, colaboradores da pesquisa, confirmam em suas alegações que o acervo cultural do Estado representa a elite e que seus bens simbolizam os aspectos estéticos e os momentos históricos deste grupo:

O acervo patrimonial brasileiro nas suas três instâncias da federação é constituído, em sua grande parte, por peças, sítios e locais que na sua grande maioria são representativos ou da elite branca, religiosa, social. [...] Esses critérios decorrem inclusive da própria legislação. Se eu pegar o Decreto-Lei 25 ele diz: bens representativos de determinado momento estético ou monumentos históricos ligados a personalidades etc., que era a visão da época. No nível federal o próprio Iphan através do Conselho Consultivo do Patrimônio. Na grande maioria dos estados são os Conselhos Estaduais de Cultura, ou hoje, de Política Cultural (SOUTELO, 2016).

* * *

[...] na verdade nós vivemos assim em uma sociedade que ela é dividida né? Ela é dividida. Tem a população, o povão e tem as elites. Eu acho, no meu entender, que [...], o Estado, quando eu digo o Estado como conjunto, ele se preocupou em preservar os monumentos consagrados né? [...] agora o que eu acho assim, que hoje, hoje, são poucas referências que nós temos da nossa cultura... (CARVALHO, 2016)

Contudo, as entrevistas também apontam que, recentemente, em função da legislação, o acervo passou a acolher representações de outros grupos da sociedade, indicando o início de uma “heterogeneização” do patrimônio cultural em Sergipe:

[...] Só de uns anos pra cá que nós passamos a valorizar os outros seguimentos da sociedade brasileira. Isto provavelmente é em função da própria legislação. Todos os estados e municípios tem legislação própria e se adequaram a legislação nacional e enfatizava isso. (SOUTELO, 2016).

O conteúdo dos depoimentos dos ex-conselheiros nos convida a uma reflexão sobre a representação semântica do acervo cultural e nos faz indagar sobre a quem serviria toda a essa estrutura institucional criada para resguardar à memória, que se traduz em espaços apropriados por uma comunidade hierarquizada, que naturaliza as distâncias sociais e onde o poder se afirma e manifesta-se de forma sutil na violência simbólica⁶³ (BOURDIEU, 1997). Nesse sentido, altera o papel do acervo cultural, ao deixar de associar representatividade à imponência, à suntuosidade, ou à relação semiótica entre objeto e história, para se concentrar na dinâmica da apropriação dos bens e na atribuição de sentidos e valores (FONSECA,

⁶³ Segundo Bourdieu (1996) a violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de a exercer ou a sofrer.

1997). Deixa, assim, evidente que a “representatividade” não é inerente ao bem cultural, mas é a ele conferida por sujeitos particulares, consequências de um processo de atribuição de valor que despertar o sentimento de pertencimento (CASTRIOTA; SOUSA, 2014).

Uma nova corrente dentro do campo do patrimônio tem questionado esta “representatividade” dos bens do acervo cultural, sugerindo ser mais adequada a noção de “referência cultural” desses bens ao se questionarem sobre: quais obras representariam uma cultura tão heterogênea? Quais construções poderiam retratar o modo de vida da população de uma região ou uma época? Mesmo que um edifício atinja o status de documento de identidade de um grupo, isso garantiria sua aceitação pela geração subsequente? Conforme a historiadora Márcia Chuva (1998), a ideia de que o patrimônio cultural vem pronto, consolidado pela história ou pela sociedade e que os intelectuais são os encarregados em reconhecê-lo e revelá-lo, perdeu todo o sentido diante das evidências empíricas. Isso pode ser motivo pelo qual a seleção dos bens culturais oficiais deveria priorizar a representatividade, o que poderia com a ampliação da participação na definição dos métodos e opções feitas durante a investigação e processo de seleção do acervo, ainda que a participação do público não substituísse o saber técnico especializado, mas que poderia oferecer uma “fonte de sentido” que instrumentalizasse a construção do processo (CHUVA, 1998).

Outra ocorrência que atinge a questão da representatividade do corpo patrimonial que se pode extrair na pesquisa de campo, seria o procedimento de inclusão de elementos no acervo com intuito de salvá-los das forças destruidoras que dominam as cidades contemporâneas. Em uma seção da entrevista com o especialista Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, ele afirmou que: “Já ouvi alguém do próprio Iphan dizer que era [tombado] aquilo que estava sendo mais degradado naquele momento, com mais risco de ser perdido” (SOUTELO, 2016). Ou seja, o critério de eleição não levou consideração nenhum outro elemento de “referência cultural” do lugar que fosse representativo para as pessoas que consomem a cidade-objeto, mas utilizou-se apenas o critério de proteção contra a perda de um bem apenas temporalmente significativo.

Sobre esse enfrentamento do campo do patrimônio com as práticas sociais instituídas pela modernidade pós-industrial, nossos doadores de percepção nos trás

algumas pistas da interferência desses dogmas na relação do sujeito com corpo patrimonial da cidade. A transeunte Elis Regina ao ser questionada sobre o significado do acervo afirma:

[...] hoje não tem tanta importância não, pra mim pelo menos né? Mas antigamente, a parte legal da história de Aracaju. [...] Acho que a cara física, assim, superficial conta muito. Aqueles prédios que são mais antigos, os modelos mais antigos não chamam atenção tanto agora né? Mas se tivesse outra cara talvez chamasse (JESUS, 2016).

Observa-se nesse fragmento do discurso, concedido pela usuária do centro histórico, uma fluidez do sentido atribuído aos elementos patrimoniais, apresentando para cada momento um significado diferente. Ela demonstra ainda uma valorização do efêmero, ao apontar que o conjunto arquitetônico antigo não atrai a atenção, e que talvez uma releitura visual melhorasse essa situação, uma preferência pelo “novo” em detrimento do modelo estagnado do patrimônio.

A contemporaneidade oferece uma gama de lugares constituídos a partir de concepções de história, de memória e de patrimônio, que vem tentando encerrar ou encobrir disputas e simular um passado homogeneizado. Observa-se, contudo, que esses lugares não tem cumprido seu papel de agregar o sentimento de pertencimento ao grupo envolvido, o que significa que não teriam como respaldar um projeto de identidade formador da cidadania. São lugares/vestigios que, “a princípio, talvez não nos diga nada ou nos diga pouca coisa” (OLIVEIRA, 2010, p.52). Ou simplesmente um “não lugar”, um “espaço que não pode ser definido como relacional ou histórico, ou que se relacione com a identidade” (AUGÉ, 1995, p.77). Ficando, portanto, destituído de sentido e memória. A professora Mônica Carvalho Leite, integrante do corpo docente entrevistado, em um trecho de sua fala oferece uma amostra do que seria o não-lugar, ao tentar demonstrar a percepção das pessoas em relação ao centro histórico de Aracaju quando se fez a indagação: “[...] o que é comum? Você ir ao centro e você nem perceber que a sua volta tem toda uma história, todo um patrimônio. Você não identifica isso. [...] É mais um prédio. É mais uma obra.” (LEITE, 2016). O teor da citação evidencia a inexistência de um referencial simbólico ou de qualquer relação de identidade, referente a uma conjuntura de “amnésia” (LE GOFF, 1994).

Pode-se atribuir diversos motivos ao gradativo desaparecimento da função memorial do acervo patrimonial. Há uma corrente que aponta a valorização e a

expansão do conceito de arte na sociedade ocidental contemporânea, como algo que trivializou o acervo cultural. Outro viés desse desencantamento reside no desenvolvimento tecnológico e propagação das memórias artificiais, que vem provocando a potencialização da globalização e o afastamento da realidade (MARANHÃO; AGUIAR, 2012). Seriam os princípios da modernidade: relações sociais superficiais, avanço da individualização, apologia ao consumo e valorização do efêmero - o sujeito é livre para ser o que desejar ser, seus referenciais sociais são fluidos, moldado pelas forças da mídia e do consumo e por valores individuais. Desta forma, nasceria o sujeito líquido, aquele em que inúmeras identidades se manifestam em momentos diferentes (BAUMAN, 2001), que configura a imagem da cidade como um espaço resultado de forças sociais filhas da era da mecanização (o automóvel) e da informatização (celulares) globalizante (FABRIS, 2000). O entrevistado, Wedmy Dória, reforça a hipótese de que os paradigmas da modernidade têm interferido nas práticas sociais envolvidas com o corpo patrimonial, ao revelar:

Eu penso que talvez se fosse dado [...] um uso misto a esses locais, talvez com a utilização de recursos audiovisuais e a forma de divulgação fosse mais adequada aos dias atuais, por exemplo, as pessoas estão muito presas aos celulares, se houvesse digamos, aplicativos que... E que também precisam ser divulgados não adianta lançar um aplicativo se a pessoa nem sabe que isso existe. Então talvez seja uma ideia (DÓRIA, 2016).

Notam-se, na declaração do entrevistado, votos de protesto pela falta de divulgação do acervo cultural e pela necessidade de atualização dos métodos de apropriação desse acervo no contexto da contemporaneidade, sugerindo até mesmo a inserção do sítio urbano patrimonial em mídias de alcance da massa e em ambientes virtuais. Segundo ele, as pessoas estão tomadas pela tecnologia, o que corrobora com a prerrogativa de que o indivíduo moderno adquiriu novas formas de apropriação dos bens culturais que, de alguma maneira, o afasta da materialidade essencial a esses elementos. Configura-se, então, uma “crise de identidade”, em que o sujeito perdeu suas referências do passado, ou as diluiu em um mar de menções simbólicas liberadas pela globalização. Assim as comunidades não saberiam como recuperar ou mesmo reinventar sua identidade, pois na modernidade a ênfase seria da identidade individual em detrimento da identidade coletiva, o que tornou as pessoas indiferentes às fontes simbólicas locais ou incapazes de firmá-las

no acelerado neologismo de suas vidas. A valorização do efêmero produziu a sociedade da transformação. Essa é a diferença fundamental entre a sociedade tradicional e a moderna. Segundo Anthony Giddens (1991):

“nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes” (GIDDENS, 1991, p38).

A sociedade contemporânea, ao contrário, por conviver com mudanças rápidas e contínuas disseminadas pela globalização promoveu a generalização das reflexões sobre diversos aspectos da coletividade, em que “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas” (GIDDENS, 1991, p38), o que promove alterações em seu caráter identitário. À medida que as comunidades expõem-se as influências culturais globalizantes, fica complicado manter a identidade coletiva incólume ou impedir seu empobrecimento pela marginalização da cultural local. Diante dessa conjuntura Stuart Hall (2015) afirma que:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – e tempos, lugares, histórias e tradições específicas parecem “flutuar livremente”. (HALL, 2015, p.43).

A devoção do sujeito moderno pela cidade grande encontra no espaço público o lugar ideal para a consagração do ritmo frenético das multidões, a agitação dos grandes eventos, o transporte de massa, a proliferação dos automóveis, as inovações dos magazines, a velocidade das tecnológicas, a indiferença. Enfim, para a vicissitude das experiências, lugar da fluidez, onde não há espaço para referências duradouras, o que induz esquecimentos. Perante essas transformações que apaga as referências culturais do sujeito, o desafio seria viver a superficialidade dos vínculos, a valorização das aparências e a sensação de estar sempre de passagem. No entanto, as práticas sociais cotidianas das grandes cidades se convertem em “experiências” (BENJAMIN, 1987, p.206), salvando a sociedade moderna da destruição da identidade coletiva. Esse é o sentido de manter a aspiração pelas experiências cotidianas da urbe como um contraponto a uma vida vulnerável,

progressivamente individualizante, anônima e substancial, que se tornou a essência do homem urbano moderno.

4.1 A apropriação dos espaços de representação

Em uma outra discussão sobre o espaço urbano na contemporaneidade, Lefèbvre (2000), ao discutir sobre a representação dos espaços públicos, propõe um confronto dialético entre “representações do espaço” (planejado e construído segundo o modo de produção operante, numa mistura entre o saber técnico-científico e o aparelhamento ideológico) e os “espaços de representação” (riqueza semântica, rememoração coletiva e experiências). O primeiro conceito estaria ligado ao logocentrismo da modernidade pós-industrial. O segundo, constituir-se-ia de “táticas” e “ocasiões”, ou seja, apropriações do espaço urbano que fomenta o conhecimento prático, uma afinidade corporal e sensorial com o mundo material, segundo Michel de Certeau (2009). São cabíveis as duas categorias de análise nessa pesquisa.

Como o recorte espacial dessa pesquisa é o centro histórico de Aracaju, traz-se ao debate também a dualidade entre a representatividade dos espaços públicos centrais e dos espaços públicos periféricos. Os núcleos centrais, geralmente estão associados aos lugares de convergência do poder (econômico, político, social, cultural e simbólico), são ambientes de notoriedade que se atrelam a imagem hegemônica da cidade. Normalmente recebem uma forte carga patrimonial, resultado de movimentos preservacionistas que influenciaram a historização e patrimonialização de parte dos seus conjuntos arquitetônicos. Por outro lado, os espaços públicos periféricos, de configuração mais recente, costumam fugir à evidência, fluindo no cotidiano como lugares de intermitência, experimentados a partir da indiferença, interligados a uma estrutura de subjetividades arraigadas na diferença (LOPES, 2008).

O centro da cidade é uma totalidade estruturada, comum a todos, que se vai percebendo pouco a pouco, e que nos traz um sentido de identidade. É um *lugar nosso*, e um lugar nosso deve ter, fechamento e proximidade de elementos, deve ser mais denso que seu entorno e permitir a dialética da partida e do retorno. Permitir também peregrinações que são percursos sagrados a lugares mais densos de significação na cidade e, às vezes, o

sentimento de estar perdido num mundo vazio, monótono, violento. E o reencontro do caminho familiar, se ele ainda existe (BOSI, 2003 p 204).

Tudo isto motiva a (re)invenção do “centro histórico: tanto a nostalgia de um passado glorioso antagônica ao desencantamento do presente, como a simples criação de um centro cívico, o lugar da vida pública tradicional. O centro reinventado é uma pretensão de revitalizar o ambiente que ostentou as principais práticas sociais do passado, de evitar a fuga desses capitais para as margens da cidade, induzida pelo movimento modernizador que oferece shoppings e parques temáticos como espaços de convergência do entretenimento, do consumo e das experiências culturais pertinentes à cidade contemporânea. O centro histórico é uma opção sedutora que valoriza a cultura urbana. A volta ao centro serve de esperança as iniciativas de “reviver” e “salvar” áreas urbanas de referência cultural (RUBINO, 2008), não sendo diferente do que ocorreu aqui em Aracaju, onde o “centro histórico” também passou por um processo de revitalização e de inscrição na proteção conservadora do Estado.

O uso da cidade, no cotidiano regido pela pressa que uniformiza os cenários, as paisagens e pessoas, se processa pela dissolução. Por isso faz-se necessário aprender a apropriar os fragmentos, para remontar o quebra-cabeça da identidade coletiva (COUTO, 2008). A cidade da modernidade é palco das transformações estruturais e de uma nova interação entre os indivíduos, que se entrelaçam para formar o fenômeno urbano. Contudo, vale ressaltar que a cidade ainda é um espaço de rememoração (GOES, 2015). O sítio histórico, o conjunto arquitetônico, seus marcos e sujeitos, tudo faz referência a temporalidades, a experiências, e a história.

O deslocamento excita a imaginação. Indaga, perscruta, libera lembranças e emoções. Faz reviver narrativas e flagrantes de experiências passadas. Leva ao encontro de referências pessoais e dos lugares de memória social. Um marco remete a outro logo em seguida, na cidade onde se viveu por longo tempo. A lembrança constitui o trajeto, obscurece as distancias, põe em relação. O caminhar permite a recolha de fragmentos de história pessoais e do lugar (ARANTES, 1994, p.198).

Tudo isto pôde ser observado na pesquisa de campo, como quando o policial Flávio André expressou da seguinte forma sua opinião quanto à importância do conjunto patrimonial do centro histórico de Aracaju:

Acho que sim. Acho que sim porque tem pessoas que se identificam com o fato ou com coisas que existiam no passado [...] Como a gente é militar então algumas vezes a gente dorme lá [prédio tombado, batalhão da

polícia], não só passa o dia, às vezes passa a noite, entre horários diferentes né? Às vezes no serviço de guarda você passa a noite toda lá, então você acaba criando conseqüentemente um afeto né? No meu caso! Algumas pessoas fazem ter é raiva (gargalhadas), a depender do prazer que tem ou não de estar lá. Mas eu acho interessante as paredes são grandes, é um tipo de prédio que não existe assim... Não se constrói mais daquela maneira então o fato de trabalhar em um lugar desses, é interessante né? [...] Eu acho relevante sim. Como eu sou da banda da polícia então a banda da polícia ela faz eventos na Assembleia Legislativa; Tribunal da Justiça; algumas vezes no Olímpio Campos, participando de solenidades lá no Palácio Olímpio Campos; na Igreja da Catedral, ali do Centro, que a gente chama de Parque e o próprio Quartel né? Então o fato de trabalhar nestes locais acaba criando uma identificação né? Eu nunca tinha ido antes a uma Assembleia Legislativa. O fato de trabalhar indo lá me faz participar de coisas que normalmente eu não participaria. Tocar no Palácio Olímpio Campos da mesma forma. Já fui visitar o museu, mas o fato de tocar lá pra mim é interessante. Se apresentar lá tem um valor afetivo. (BEZERRA, 2016)

No depoimento, o caráter abrangente do patrimônio é a tônica, especialmente ele afirma que as pessoas se identificam com os bens culturais por esses possuírem elos com o passado, estando, destarte, a essência de sua relação com esses ambientes nas práticas sociais, suas próprias experiências e inclusões memoriais com o corpo patrimonial que criam, segundo ele, “um valor afetivo”. Sua narrativa não descreve um espaço delimitado por um perímetro que contém bens representativos arquitetônicos, históricos e paisagísticos, mas o insere e conecta no restante da cidade e com as realidades do seu cotidiano. A possibilidade de múltiplas formas de apropriação simbólica das categorias espaço e tempo oferecem suporte às experiências com as quais apreendemos quem somos. São essas experiências que delineiam os recursos mais duradouros de percepção e comportamento. Os sujeitos estão ligados de alguma forma a diferentes espaços e, inclusive, oferecem resistência à ameaça de sua destruição (CASTELLS, 2012).

Assim como o entrevistado Flávio André, o gerente administrativo José Gonçalves Santos também se remete ao acervo patrimonial do centro histórico mirando mais nas suas experiências pessoais do que os estigmas doutrinários das instituições preservacionistas. Vejamos a parte de sua entrevista que trata do tema:

É uma arquitetura belíssima e retrata bem a história da nossa cidade. [...] Fiz parte dele né? [...] me identifico. Inclusive me reporto a época que trabalhei na década de oitenta no Centro da cidade e vivenciava com frequência e gostava muito de admirar eles [conjunto arquitetônico]. [...] existem casos que hoje já não existe mais o prédio, mas eu tenho as lembranças da época, como por exemplo, a antiga Cinelândia. Aquilo ali que foi o Cacique Chá, então pra mim faz parte de um projeto arquitetônico que até hoje faz parte de uma época que eu vivi naquele momento e por isso considero muito importante. Me lembro bem a época que frequentava o

Cinema Palace, o Cinema Rio Branco e são coisas que realmente foram muito importante e fez parte da minha vida e faz parte hoje ainda na lembrança (SANTOS, 2016)⁶⁴.

Nesse fragmento do depoimento de José Gonçalves, observa-se uma simpatia pelo acervo e o reconhecimento de sua representatividade como elemento histórico da cidade, mas também fica evidente, assim como nas respostas de Flávio André, que o foco de suas percepções está na rememoração apenas de experiências pessoais, quase como numa narrativa benjaminiana. Para eles, a cidade é o lugar privilegiado da vivência, cenário das experiências sociais. A rua e o conjunto arquitetônico formam o ambiente ideal para essas experiências, lugar onde é possível viver plenamente o impacto perceptivo e psicológico causado pelo sentimento de pertencimento, pois:

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da experiência ao se transformarem em balizas reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de “pertencimento”. (ARANTES, 2000, p.106).

As peças do acervo patrimonial inseridas no conjunto arquitetônico do Centro Histórico ajudam a embaralhar as temporalidades, os limites do tempo transformam a memória em atualidade e com o suporte da experiência, em familiaridade, pois a memória sem a experiência é arquivamento (MATOS, 2010). Nesse sentido, a compreensão do fato urbano seria construída a partir de sujeitos estimulados por vivências que atijam sentidos e regem a reconstrução dos significados da cidade, da coletividade e de si mesmo. O tempo não escapa a essas experiências, o que faz da rememoração um sentido que permite o trânsito de identidades (KNAUSS, 2013). É da experiência com a cidade que brotam as memórias dos símbolos e emblemas que forjam nossos sentidos de pertencimento. Apesar dessas experiências típicas do lugar e da consciência histórica, o

⁶⁴ SANTOS, José G. **José Gonçalves Santos**: depoimento [08 de julho de 2016]. Entrevistador: Edílio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação - Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

discurso oficial a respeito do passado é elaborado para homogeneizar as referências culturais e disfarçar as ausências. Nesse sentido, declinar desse passado emoldurado pode ser compreendido como uma forma de resistência (MIRANDA, 2007).

O centro histórico de Aracaju, assim como qualquer outro espaço urbano, foi constituído pelas relações sociais e pela convergência de forças inerentes a uma comunidade urbana. Portanto, é um sítio vulnerável a constantes modificações, fruto da convergência de interesses relacionados a atividades funcionais ou valores culturais e simbólicos de cada época. O resultado é um espaço de elevada densidade de elementos significativos para a vida da cidade, que unidos formam um polo de urbanidade (SILVA, 2014). A diáspora das atividades institucionais e comerciais do centro de Aracaju resultou em um período de depressão funcional do centro histórico (LOUREIRO, 1983), mas vale a pena ressaltar o significado especial dessa área para a vida social da cidade, compreendido aqui como espaço protagonista. Um protagonismo que é característico dos espaços públicos fortes. No entanto, essa força é instável e pode dissipar gradualmente e/ou se deslocar para outros polos. O que mantém a vitalidade dos espaços públicos são as relações interpessoais advindas das experiências. Quanto maior o compartilhamento do lugar, maior a densidade comunicacional, maior a apropriação do espaço (SILVA, 2014). Observa-se que as consequências da expansão da cidade das últimas décadas, em especial a migração de diversas atividades para outras zonas e a criação do centro histórico como espaço de referência, deu novo significado ao lugar do centro tradicional na estrutura da cidade e na cabeça de seus usuários. Sai a imagem de centro das decisões e nasce o lugar das lembranças.

Esses lugares são essenciais porque representam a dimensão do palpável, lar de tradições e memórias. Os indivíduos se conectam às edificações e espaços que expressam a cultura, marcam momentos históricos e servem como lócus de identidade. Esses lugares são diametralmente opostos ao mundo virtual, porque nos convidam a vivências enriquecidas por ambientes naturais e/ou construídos que articulam ricas camadas de história e de memórias (CATRIOTA; SOUSA, 2014), na relação do sujeito com o espaço e se configura nas percepções derivadas do ato de caminhar:

[...] olha-se para o lado, para cima, em frente, na medida dos nossos sentidos e na largueza do gesto. Completa-se o olhar com os odores que brotam da atmosfera circundante e com a sensibilidade táctil de quem toca, por experiência simultaneamente pessoal e social, as esquinas da cidade. A arte banal, anódina e anônima de andar pela cidade, atribui sentido, oferece resistências às setas de sentido único, é amiga das bifurcações, labirintos e escolhas aleatórias. É uma refinada arte da experiência cotidiana, ofício de filigrana do participante cultural que se move nos interstícios da ordem material e simbolicamente dominante, procurando ocasiões para se firmar (LOPES, 2008, p.133).

Sobre essa relação semântica entre espaço e sujeito oriunda do deslocamento pela cidade. Michel de Certeau (1998) afirma que o caminhar traça uma cartografia mental do urbano, sendo um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre; uma realização espacial do lugar que implica em relações entre forma de movimentos. O ato de caminhar parece, portanto, encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação o que encontra correspondência como o depoimento da transeunte Elis Regina, quando afirma que “[...] cada prédio tem sua história né? Um passeio por ali [centro histórico] conta um pouquinho de cada um.” (JESUS, 2016). O trecho destacado que representa a percepção da entrevistada corrobora com a premissa de que o movimento do caminhar pela cidade é um processo de apropriação. Para Certeau, o espaço se constitui em uma cadeia de possibilidade que variam entre permissões e proibições que organizam esse sistema, mas o sujeito que caminha pode resignificar os símbolos dispostos em sua trajetória. Nada seria aleatório ou involuntário, haveriam princípios que regem essa caminhada, que norteiam a relação do caminhante com o percurso. Os deslocamentos causariam ausências e continuidades no espaço histórico constituído na mente do andante. Portanto, para compreender a apropriação dos elementos históricos através da análise dos discursos dos transeuntes/andantes do centro, recorreremos aos fragmentos de sua história, com as pequenas percepções cotidianas, como as citadas por Flávio André e José Gonçalves.

Ora, nesse contexto em que caminhar implica deslocamento e para deslocar-se seria preciso pensamento, pode-se determinar a existência de uma dualidade no caminhar que ora representa apenas o deslocamento pelo trajeto até um objetivo, ora acomoda lembranças, faz-se viagem e destino, um fim em si mesmo, quando, por exemplo, o *flanêur* opta por experimentar a cidade e fazer dessa experiência fonte de profundas e inexplicáveis sensações (LOPES, 2008). Essa hesitação do sujeito andante entre o voluntário e o involuntário, entre a

apropriação e a indiferença é percebido na argumentação do transeunte Flávio Andre que, ao responder se havia apropriação no ato de caminhar pelo centro, expressa a seguinte opinião:

Só pelo fato de caminhar? [...] Eu acho que depende dessa caminhada. Se a pessoa tiver aberta a isso eu acho que ela pode extrair algumas coisas. Se ela não tiver aberta a isso, se ela for só pra comprar ou tiver preocupada em comprar e desatenta a estes detalhes eu acho que é mais difícil (BEZERRA, 2016).

Percebe-se nessa argumentação do entrevistado que o sujeito capta a cidade no ritmo e na escala da observação em marcha, defrontando-se com cenários de diversas composições e qualidades. Desde espaços tradicionais, com forte carga patrimonial, até lugares novos ou recentemente regenerados. Mas caberá sempre ao passante o arbítrio de ressignificá-los ou renunciá-los (LOPES, 2008).

Ora, caminhando, eis a proposta, prática e analítica, as identificações vão sendo forjadas de forma dinâmica, dialógica e multifacetada, em permanente relação e aprendizagem pela experiência – neste caso, a experiência de andar na e pela cidade, de conceber o sujeito andante como sujeito falante, que inscreve os seus passos na ordem do discurso, uma outra forma, afinal, de fazer lugar, ocupando os espaços vazios da cidadania (LOPES, 2008, p.142).

Diante da possibilidade de aprendizagem oferecida ao passante pelos espaços da cidade, ratifica-se o silogismo de que o sujeito aprende com as experiências urbanas, e, portanto, a cidade propicia práticas educativas que se manifestam nos movimentos cotidianos. Isso significa reconhecer os múltiplos espaços e tempos da educação e da aprendizagem presentes não só no ensino formal, mas também nas ruas, em casa, nos espaços de sociabilidade, nos centros comerciais, no transporte público, nas mensagens publicitárias inerentes a cidade, nos sistemas de inclusão ou exclusão, sejam eles declarados ou subliminares (MIRANDA; SIMAN, 2013). Enxergar a cidade vai além do ir e vir, uma vez que as experiências urbanas guardam práticas educativas, caracterizando a cidade como espaço de formação do saber que alcança altos níveis de subjetividade e proporciona atividades cognitivas continuamente.

O patrimônio histórico, por ter sua concepção relacionada à produção cultural, guardaria particularidades que favorecem a relação ensino/aprendizagem, entre outras potencialidades, que estes “documentos de pedra” oferecem. O

emprego pedagógico do acervo cultural, mesmo daquelas peças que, preliminarmente, presume-se representar apenas uma fração da sociedade pode e deve ser feito até mesmo para expor a relação de poder intrínseca a seleção dos elementos de representação do passado e formação da identidade coletiva. O acervo serviria para expor os apagamentos e lapsos de memória pertinentes a determinadas posições que ocultaram disputas no intuito de homogeneizar o passado e a identidade. (OLIVEIRA, 2010). O que, em si, já seria o bastante para induzir reflexões que forma uma consciência mais sólida sobre a cidade herdada.

Esse potencial educativo da cidade leva a uma reflexão sobre produção *lato sensu* de ações desenvolvidas por diversos atores sociais no ambiente urbano, que são tão ou mais educadoras do que as práticas pedagógicas instituídas em ambiente escolares (FREIRE, 2001). Tradicionalmente o espaço escolar se apresenta com feições positivistas, onde a aprendizagem está ligada a conteúdos ordenados e sistêmicos. Porém, as ações que ancoram significados a partir das vivências do sujeito ocorrem fora dos limites da escola (MIRANDA, SIMAN, 2013). Essa convicção é exposta pela professora Rosilene Sousa em um pequeno trecho de seu depoimento, no qual coloca a fragilidade da aprendizagem baseada somente no livro didático e enaltece o potencial e experiências extraclasse:

É assim, como a experiência a gente visualizando outra realidade, porque a gente ficando só com o livro didático só com aquela versão que é colocada ali no livro, eu acho que inspira mais o aluno. Ele se sente mais assim entusiasmado, se ele pudesse assim associar o livro didático a este conhecimento extraclasse que seria todo esse aparato de coisas que nós temos de enriquecimento e facilitaria a aprendizagem do aluno (SOUSA, 2016).

Na crise contemporânea de identidade, a busca por elementos representativos e pelo sentimento de pertencimento ganha maior ênfase, o que eleva o enraizamento cultural à categoria de prática social basilar. Nesse sentido, o passado e a memória coletiva são intimados como elementos semânticos de ancoragem dos aspectos identitários dos sujeitos lotados na era das referências instáveis. Isso aponta para uma reestruturação da educação que explore o potencial da cidade como *locus* da polifonia cultural e depósito de diversos estratos temporais, uma rica colaboradora para a formação de uma identidade plural mais resistente às forças da cultura globalizante (MIRANDA, SIMAN, 2013). As pesquisadoras Sonia

Miranda e Lana Siman (2013), em um trabalho sobre a relação entre cidade, educação e memória, defendem que:

Enquanto espaço aberto às operações de Memória a cidade vai além da operação histórica exercida num *metier* profissional específico e pode ser observada, desenhada, fotografada, filmada, pintada, narrada. Seus espaços, num sentido plural, podem ser problematizados quanto à seletividade e historicidade de seus indícios. Ou seja, a dimensão material da cidade funciona, para a inquirição do tempo, como pontas de icebergs que deixam marcas e rastros de Memória mais visíveis. Ícones de lembranças que permitem, em um tempo, se visitar outro tempo passado, à luz daquilo que ficou preservado como uma ilha de lembrança em meio a um mar de esquecimentos (MIRANDA, SIMAN, 2013, p.25).

De acordo com as autoras, a urbe se apresentaria como um canal aberto à problematização do tempo, à contestação da realidade, à reflexão sobre as práticas sociais. Isso poderia ser empreendido diretamente no direcionamento das propostas curriculares indicadas pelos professores, mas apenas se incorporarem o entendimento de que o trabalho com o patrimônio da cidade pode introjetar os ajustes que compensariam as prescrições curriculares adotadas atualmente e que mantém a reprodução de conteúdos como a única forma de aprendizado. Essa postura de manter o modelo de reprodução de conteúdo como programa oficial é tema do discurso da professora do ensino fundamental, Rosilene Sousa, que aponta o planejamento pedagógico da escola como um instrumento limitador das práticas de ensino voltadas ao patrimônio da cidade. Pois, segundo ela, a educação patrimonial não estaria inserida no programa, apesar de mencionar alguns projetos envolvendo patrimônio histórico e visitas a espaços públicos e monumentos e reconhecer que essas experiências servem para os alunos associarem o conhecimento às vivências, o que chamou de “sentir de perto”:

Bom, assim, não tenho um desenvolvimento muito aprofundado do patrimônio no sentido de conteúdo, porque a gente segue já o conteúdo programático da escola e não foi inserido, mas assim existem alguns projetos e nesses projetos a gente sempre coloca assim a ideia né de... Já convidamos alguém que faz parte do Museu da Gente Sergipana, já houve palestras aqui na escola, entendeu? Eu já assim trabalhei, não assim por agora, mas há tempos atrás já desenvolvi assim projeto de Museu em sala de aula com a participação dos alunos, isso aí só foi mesmo com a disciplina história, fora isso a gente assim, dentro de alguns conteúdos a gente pincela, mas na verdade o foco maior é aquilo que está no currículo, aquilo que faz parte. E o patrimônio cultural geralmente não fica no contexto do currículo escolar, entendeu? [...] assim, já houve alguns convites de levar algumas séries para participar de alguns eventos aí em praça pública e também assim que vem alguém de museu aí explica aqui na escola e pede que a gente assim leve os alunos para que eles possam sentir de perto e associar o conhecimento assim, a prática da vivência de observar todos estes elementos que fazem parte (SOUSA, 2016).

De acordo com os pesquisados, o ambiente urbano e os monumentos se projetariam como fortes aliados para o trabalho de formação da consciência histórica, pois permitiriam uma reflexão sobre a complexidade das relações temporais, expondo no mesmo contexto, passado, presente e futuro. É justamente essa particularidade que amplia a capacidade educativa da cidade e de seus monumentos (MIRANDA, BLANCH, 2013). Em uma das entrevistas, na resposta sobre a possibilidade de aprender em uma simples experiência de caminhar pelas ruas de Aracaju, o transeunte do Centro Histórico, José Gonçalves, faz a seguinte afirmação:

Sim, acredito. Porque a exemplo nós temos aí no nosso Centro mesmo da cidade a Ponte do Imperador que se reportando a uma época, o período longínquo, mas que fez parte da nossa história [...] quando vê determinados prédios e arquitetura, você busca também o aprendizado daquela época. Então com certeza faz parte do aprendizado hoje dos prédios da arquitetura da nossa cidade. (SANTOS, 2016).

Pelos dados coletados, percebe-se que a cidade colabora para a formação de uma consciência histórica ao apresentar elementos que permitem a reflexão sobre as relações temporais. Na fala do entrevistado, apesar de não datar com precisão, nota-se que percebe as marcas do tempo nos elementos observados e ao se referir à “nossa história” estaria se incluindo no contexto, o que demonstra, de alguma forma, um sentimento de pertencimento que o assegura como membro de um grupo. A cidade seria, pois, um espaço privilegiado para o exercício constante de educação do olhar. Enxergá-la significa compreender seus códigos, manifestações e atores sociais, cruzar pontos de vista, tencionar os processos de seleção, julgar e assumir posição sobre suas ocorrências (MIRANDA, BLANCH, 2013). Nesta perspectiva, temos que as atividades pedagógicas que envolvem a observação das diferenças expressas nas diversas manifestações urbanas, como monumentos, sítios arquitetônicos e ausências, implica para as práticas escolares um direcionamento ostensivo na busca pelo desenvolvimento do olhar crítico, portanto, uma proposta curricular que envolvesse o uso do espaço urbano como instrumento pedagógico poderia colaborar com a aprendizagem, haja vista que os elementos do acervo cultural podem engendrar várias narrativas baseadas nas relações dos sujeitos com os lugares de rememoração, como pudemos observar na pesquisa, mesmo considerando que tais práticas não estão sendo desenvolvidas. Um exemplo

disto obtido através do pesquisado, professor Reginaldo Reis, foi a realização de um trabalho com alunos do ensino fundamental numa praça do Centro Histórico de Aracaju. O trecho da fala do entrevistado, reproduzido abaixo, demonstra as possibilidades de aprendizagem proporcionadas pela utilização do espaço urbano e do patrimônio:

[...] nós, há oito dias atrás fizemos uma aula na praça aonde nós encontramos ali aquele índio o cacique [monumento]... Esqueci o nome agora... Serigy, todo quebrado, sem reforma, quer dizer, precisa mais o poder público cuidar. A escola sempre faz visita aos museus, aos monumentos, para tornar o nosso aluno conhecedor da história [...] Na última visita que nós fizemos aqui na Praça Olímpio Campos e Fausto Cardoso, nós chegamos a seguinte conclusão: o quanto foi importante aquele momento para nosso aluno porque eles passaram a ver, sentir o valor que tem. (REIS, 2016).⁶⁵

Embora o professor não tenha narrado a atividade com detalhes, ao fazer uma crítica numa de suas respostas sobre as condições de um monumento, acabou por demonstrar o potencial dessas experiências. Ao final, reconheceu que a incorporação da experiência social pelos alunos atribuiu a esse tipo de atividade o poder de torná-los conhecedores da história. Esse caso da escultura do Cacique Serigy, na Praça Olímpio Campos, citado pelo professor, é também um exemplo da forma de atuação dos poderes estabelecidos, que exibem vestígios de suas estratégias de encenação no espaço das cidades. Ao dilatar o olhar, o sujeito passa a compreender como através de práticas sociais, mesmo em ambientes de encenação, pode se estabelecer contra-usos⁶⁶ para estes espaços. Nesse sentido, a dimensão desses lugares de rememoração vai se ressignificando com o passar do tempo e se desprende do cerne original, absorvendo novos valores criados por quem olha (MIRANDA, BLANCH, 2013).

Na contramão da corrente ideológica que compreende o fato urbano como resultado direto da configuração morfológica do conjunto arquitetônico, cenário da

⁶⁵ REIS, Reginaldo dos. **Reginaldo dos Reis**: depoimento [17 de junho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação - Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

⁶⁶ Segundo Leite (2004), podemos entender os lugares como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos diferentes usos os qualificam e lhes atribuem sentido de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por elas delimitados reflexivamente. Neste sentido, os contra-uso no contexto propriamente urbano das metrópoles seriam reconfigurações contemporâneas desses lugares das tradições que deslocam práticas sociais cotidianas para contextos indefinidos de espaço e tempo.

memória local, e que, a partir desse entendimento obriga os professores a praticar uma educação patrimonial. Refém do valor histórico empregado à cidade e de sua condição de preservação, nasce um novo caminho que desconstrói esse processo institucionalizado e revela as tessituras da constituição e naturalização do sítio histórico, o que faz da própria problematização do objeto um dos conteúdos pedagógicos da educação patrimonial. Assim, tanto o campo da História, quanto o ensino de História precisariam desnaturalizar o patrimônio, o que implica em fazer o sujeito compreender que os bens do acervo oficial não são valorizados por uma concepção natural, mas sim produtos de práticas culturais que os engendram (DELGADO; OLIVEIRA, 2008).

Foi a partir da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que tivemos a formulação das novas propostas curriculares de história dos Estados inseridas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997). Tais propostas apresentavam uma ampliação do conceito de cultura, vindo de diferentes áreas, sobretudo das definições dispostas na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, as novas propostas curriculares possibilitaram que os livros didáticos diversificassem as práticas pedagógicas relativas à educação patrimonial (BUENO; GUIMARÃES; SILVA, 2012). Essa nova proposta de associar o material didático com práticas pedagógicas não-formais teve a sua importância destacada no depoimento da professora Rosilene Sousa ao afirmar que "...associar o livro didático a este conhecimento extraclasse [...] facilitaria a aprendizagem do aluno."(SOUSA, 2016).

O novo regulamento curricular aponta para a transversalidade e interdisciplinaridade do tema "cultura", o que exige uma forte carga de criatividade para produção de programas que utilizem o princípio da diversidade relacionando-o com as experiências sociais dos alunos. Isso possibilita ao corpo docente a cooptação dos conhecimentos e vivências adquiridos em diferentes trajetórias acadêmicas para propor múltiplas abordagens dos conteúdos escolares. Os caminhos trilhados pela Educação Básica estariam marcados pela determinação de inter-relacionar a prática da pesquisa com o trabalho em sala de aula (DELGADO; OLIVEIRA, 2008). Em todas as entrevistas com os membros do corpo docente aparecem relatos com sinais dessa transversalidade ou mesmo da interdisciplinaridade nos trabalhos que envolvem a Educação Patrimonial, a começar

pelo professor do Colégio Jackson de Figueiredo, Reginaldo Reis, que colocou o uso dessas estratégias pedagógicas pela escola, não só na questão do patrimônio, mas também em outras áreas:

Nós professores, tanto de outras áreas, não só de história, nós discutimos muito essa questão da interdisciplinaridade e envolvemos a questão da história não só para a disciplina História. Se trabalha ela em todas as matérias. E há também o ensino da história trazendo outras disciplinas para seu envolvimento (REIS, 2016).

A professora do ensino médio da Escola Tobias Barreto, Mônica Leite, apresenta em seu discurso a interdisciplinaridade do tema “Patrimônio Cultural”, ligado ao conteúdo das cadeiras de Artes e, principalmente, Sociologia, na qual o assunto seria alocado transversalmente na questão da identidade:

[...] aqui no Colégio Tobias Barreto a gente tem uma disciplina com o nome de Sociologia que é ela que faz esse papel quando em alguma... Um dos assuntos vai ser identidade cultural e nisso o professor enfoca a questão dessa preservação do patrimônio cultural. [...] então você interage com outras disciplinas, você no caso especificamente Sociologia e Artes. Então o profissional de Sociologia, ele trabalha muito mais a questão da preservação do patrimônio cultural, do que propriamente o professor de História (LEITE, 2016).

A interdisciplinaridade aparece na prática educativa que operacionalizou o desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos conceitos e procedimentos concernentes às três disciplinas, a partir de aulas que desenvolvem a temática (DELGADO; OLIVEIRA, 2008). Na Escola Valnir Chagas, a professora de História do ensino fundamental, Rosilene Sousa, relata que, apesar de não estar inserido no programa pedagógico, o tema é trabalhado de forma transversal em sua disciplina:

Olha, como eu disse a você [risos], eu não vou assim mentir. Eu não trabalho diretamente patrimônio. Mas sempre quando eu estou nas minhas aulas e que tenho alguma oportunidade, eu crio alguns espaços para que a gente possa desenvolver algumas atividades voltadas para isso, pra esse contexto (SOUSA, 2016).

Diante desses novos parâmetros que introduziram a Educação Patrimonial no currículo escolar, a função do corpo docente seria promover a motivação e a curiosidade dos alunos, fornecendo-lhes informações sobre a cultura, o patrimônio e a história da cidade que estimulassem o olhar investigativo sobre os espaços experimentados e envolvessem-nos em vivências e práticas que valorizem as experiências de deslocamento, os sentidos de percurso, o exercício da observação,

do registro, buscando a participação na construção tensa de um senso coletivo. Para o pesquisador da Educação, Paulo Rogério Sily (2008):

O desafio dos professores é promover atividades pedagógicas, com seus alunos, em espaços urbanos, compreendendo a cidade como laboratório de pesquisa, observação e investigação. Atividades que poderão permitir a todos que delas participam: desenvolver olhares múltiplos, interdisciplinares, sobre a história; conhecer e valorizar a cultura material e imaterial produzida nos mais diversos espaços que formam as cidades; (re)ver conceitos e valores referentes à cidade, a seus habitantes, espaços e culturas; reconhecerem-se como sujeitos e cidadãos, responsáveis pela produção e preservação do patrimônio, da história e da cultura de seu tempo (SILY, 2008).

Uma de nossas entrevistadas, a educadora Mônica Leite, em sua resposta sobre a possibilidade de usar o conjunto arquitetônico do centro da cidade como instrumento didático para a Educação Patrimonial, nos relatou a seguinte preocupação:

Sem dúvidas. Certamente que sim. Agora a forma como nós poderíamos fazer isso, isso levaria a uma grande discussão e teria que repensar as aulas né? Porque eu já te disse, eu só tenho somente duas aulas. Pra que houvesse uma discussão porque veja, eu vou chegar em sala de aula, eu vou vomitar dados sobre educação patrimonial, ou a preservação do patrimônio cultural, mas eu acho que o aluno ele precisa estar inserido, então não é só ir ao centro da cidade, ver casas, casarões antigos ou lembra-los que ao passar pelo Centro você olha, levante a cabeça pra você ver quanta coisa tem ali, mas você precisa também fazer passeios pra que o aluno se sinta parte desse patrimônio e não algo distante. É... Eu vou a Laranjeiras como algo muito distante, mas que ele pudesse entender que ele é algo que deve ser preservado e de extrema importância. Esse aluno deveria ter isso né? Mas a coisa é feita de maneira muito mecânica, só pra constar. [...] quando se fala do professor de História faz aquele trabalho simplório de ir ao Centro da cidade, de mostrar os prédios antigos (LEITE, 2016).

Percebeu-se, em sua fala, que existe uma consciência sobre a importância do uso da cidade e de seu patrimônio como instrumentos pedagógicos e, inclusive, da necessidade de aprimorar o olhar, de fazer com que o aluno “levante a cabeça” ao caminhar pela cidade. Todavia a professora aponta dificuldades em construir ou adotar projetos que incluam prática não-formais de aprendizagem, haja vista que o espaço de sua disciplina na estrutura curricular é limitado e o esforço preparatório dessas atividades sacrifica o conteúdo. Discute-se, no campo da educação, a ideia de patrimônio cultural construída sobre o pensamento sociológico brasileiro e as formas de sua apropriação nos currículos escolares e nos materiais didáticos. Um dos desdobramentos dessa reflexão seria, especificamente, o uso do acervo

patrimonial oficial, um roteiro pouco conhecido por nossos alunos. Há um consenso positivo sobre a produção de projetos onde essas peças sejam lembradas, visitadas e revisitadas, que já aparecem em alguns textos, nas coleções iconográficas e até conseguiram certo destaque na complexidade das malhas urbanas. Mas seu espaço na programação escolar ainda é pequeno e o tema mal trabalhado, pois a coisa é feita “só para constar”. Os relatos de outra docente entrevistada, Rosilene Sousa, também apontam algumas dificuldades em trabalhar com este tema:

No currículo mesmo são inseridos conteúdos programáticos. Não há essa questão de patrimônio cultural. A gente, o professor que se sente assim vontade, ou que trabalha com a disciplina História, é que desenvolva algumas tarefas, faça seminário em cima disso entendeu? Debates, algumas pesquisas, algumas visitas, mais isso aí é algo extra que faz parte do meu programa de aula. Não está inserido no contexto [no currículo] (SOUSA, 2016).

Nesse fragmento da entrevista, a professora do ensino fundamental, Rosilene Sousa, afirma que o patrimônio cultural não está incluído no conteúdo programático de suas turmas divergindo da prática de outros docentes, como a professora Mônica Leite, também entrevistada que, ao ser questionada sobre a formação do acervo afirma: “[...] esse debate ele teria que ter sido feito no ensino fundamental. [...] Essa preservação ela se dá mais, essa discussão ela corre mais no ensino fundamental com os alunos do sexto ano ao nono ano.” (LEITE, 2016). A afirmação de Leite corrobora com as diretrizes gerais do ensino fundamental estabelecidos pelo PCN que seriam “conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro...” (BRASIL, 1997). Já a professora Roseane Souza, apesar de não reconhecer o patrimônio como uma temática direta do conteúdo do ensino fundamental, afirmou que o professor de história, de forma voluntária e baseado em suas concepções, realiza atividades que envolvem a cidade e o patrimônio cultural e que ela mesma já havia realizado algumas:

[...] fizemos assim: um tipo de turnê pela cidade e alguns pontos, né assim, a gente chamou atenção na explicação, mostrou alguns modelos que fez parte da história. Começamos a explicar alguns pontos daqui. A gente já fez isso, essa excursão com os alunos de ônibus. Assim, não paramos muito porque são menores, são ensino fundamental, então a gente não saiu do ônibus, a gente ficou do ônibus, mas dali a gente foi explicando alguns pontos, não foram todos. Eles ficaram maravilhados né? (SOUSA, 2016).

O trecho acima acaba por ilustrar uma atividade pedagógica que utiliza o patrimônio e a cidade como fontes de experimentação e aponta a recepção positiva

dos alunos com a atividade, ao mesmo tempo que expõe algumas dificuldades ao trabalhar com práticas não-formais quando cita que, por trabalhar com crianças do ensino fundamental, de faixa etária baixa, teve problemas com o deslocamento e acesso aos bens do acervo, sendo obrigada a manter os alunos durante toda a atividade dentro do ônibus que os transportavam, o que teria prejudicado a apropriação do espaço e do seu conjunto patrimonial. Outro caso similar de dificuldades com esse tipo de atividade também foi relatado pela professora Mônica Leite:

Mas assim, eu já posso adiantar o seguinte: não é só a educação também, mas se você for a Laranjeiras, se for a Laranjeiras, você vê que o próprio patrimônio ele não tem uma preservação merecida. Então vamos que eu coloque os meus alunos no ônibus e vamos a Laranjeiras. O que eu vou encontrar lá? Vou encontrar normalmente um museu fechado né? Um museu fechado. E quando lá chegamos não está tão bem preservado como se imaginaria (LEITE, 2016).

Essa argumentação da educadora indica outros pontos relevantes na escolha pela realização de atividades escolares em sítios históricos, sendo considerado desanimador para a docente o descaso com o patrimônio oficial, não havendo, em sua opinião, fundamento em levar os alunos a um passeio por um sítio histórico onde irão encontrar imóveis fechados e em condições precárias de conservação.

Ainda que se reconheçam os percalços e obstáculos na utilização do espaço urbano como instrumento pedagógico, há uma aposta na eficiência de seu caráter de agente multiplicador no processo de transmissão do conhecimento e de formação de consciência e cidadania. Ao definir que um grupo da amostra da pesquisa fosse formada por professores, a intenção era explorar justamente esse caráter, aprofundando a investigação no elo entre o ensino formal e o não-formal e buscando nas entrevistas atividades educativas que fomentassem atitudes de respeito e preservação do patrimônio cultural. A ideia era compreender como o tema era trabalhado pelas escolas e como os alunos reagem nessas experiências de apropriação do espaço e do patrimônio cultural para determinar se há um vínculo da formação da identidade com a descoberta da história do município.

Os dados apresentados neste trabalho não possuem precisão estatística, por não terem sido estruturados sobre uma amostra populacional controlada e legitimada por padrões de estratificação. No entanto, cabe ressaltar que esses

dados foram gerados a partir do foco sobre o trabalho do professor na Educação Patrimonial e cabe aqui um esclarecimento a respeito de suas potencialidades e limites. Por mais que esteja desconectado de um perfil estatístico e tão pouco generalizável, considerando-se outras realidades dentro do Estado de Sergipe ou do município de Aracaju, o quadro informativo oferecido por esses dados evidenciou diferentes formas de estruturação das atividades docente a respeito do acervo cultural da cidade, servindo como um dado consistente para a ação educativa.

Um pequeno levantamento sobre as condições de trabalho dos professores serviu para compor um diagnóstico genérico de indicadores que acabam por interferir na forma pela qual se estabelecem relações entre esses profissionais e as instituições onde trabalham. Os aspectos da vida profissional do professor, suas motivações e empenho têm grande impacto sobre os modelos de ensino e variação de práticas educativas, razão pela qual essa compreensão inseriu-se nas discussões dessa pesquisa. Nos casos investigados, não há sujeitos em fase de entrada na carreira ou estabilização profissional, mas em fase de acomodação e distanciamento afetivo. Trata-se de um quadro de professores maduros, em média com mais de quarenta anos e com uma situação homogênea quanto ao tempo de trabalho no magistério. Em nenhum dos casos inferior a 20 anos de trabalho. Os entrevistados encontram-se mais próximos do momento da aposentadoria do que da inserção na docência. Nesse contexto, foi possível observar profissionais cujo discurso pauta-se pela crítica da profissão, dos gestores e dos atuais rumos da Educação, em diversos pontos das entrevistas:

[...] hoje a gente tem uma carga horária bem reduzida no caso de História, você dá somente duas horas aulas por semana. (LEITE, 2016),

* * *

A escola deveria trabalhar mais.[...] Nós na educação pecamos, por quê? Assim que nós iniciamos o ano letivo, o primeiro passo é fazer um planejamento e no planejamento não se discute isso. (REIS, 2016).

Também foi possível perceber sujeitos que encontram no silêncio e na acomodação. Suas formas de resistência cotidiana, as mudanças e orientações pedagógicas provenientes da gestão pública, situação igualmente expressa nas falas dos entrevistados, como por exemplo o seguinte trecho: “Se a diretora

autorizou né?, pronto. O problema todo é ela, fico preocupada dela estar cobrando...” (SOUSA, 2016). Assim, a pesquisa ajudou a perceber que há tanto circunstâncias ativistas, quanto quadros de conservadorismo e resignação, típicos do final da carreira.

Dentre os votos de protesto levantados pelo corpo docente o que mais chama a atenção, em relação aos impactos sobre a Educação Patrimonial, realizada nas escolas da rede pública, foi apontado pela docente Mônica Leite, ao justificar que o tema tem pouco espaço nos programas curriculares do ensino médio por não ser relevante para o processo seletivo do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, principal forma de acesso ao nível superior:

Veja, como eu disse as aulas são reduzidas. Eu trabalho mais com o ensino médio e a gente vive uma ditadura aí que não mais do vestibular, mas do Enem, que esse aluno consiga uma aprovação. Então o meu tempo é limitadíssimo, então essa preservação do patrimônio cultural ela é normalmente feita de maneira muito rápida, deixando mais a cargo do professor de Sociologia. [...] Porque você vive em uma ditadura. Você ainda que queira fugir disso você fica limitado porque o aluno ele precisa ter êxito, obter êxito nessa prova do Enem e você se não trabalhar as questões que você sabe que tem maior peso, que se o aluno fique pra trás, de alguma forma você é responsabilizado. Então lamentavelmente você tem que seguir ou se enquadrar dentro dessa ditadura. (LEITE, 2016)

Esse posicionamento oficial de desvalorização da história local e da memória coletiva é, como se observa, irradiado e reforçado pela instituição escolar, a ponto de se evidenciar práticas de alijamento de projetos pedagógicos relacionados ao contexto patrimonial. Para acentuar essa situação, os vestígios históricos materializados no espaço urbano são raros e tênues, como também são fugazes e assistemáticas as experiências que, no âmbito das atividades extraclasse, organizam rotinas que promovam a percepção da história. A exceção é a sistemática empreendida pelos calendários de datas simbólicas que faz com que, ao menos, uma vez por ano o cronograma escolar receba atividades ligadas ao patrimônio e a identidade local. Em Aracaju, essa data é o dia do aniversário da cidade, 17 de março:

É... Normalmente isso ocorre, do aluno querer saber sobre sua cidade, quando é aniversário da cidade de Aracaju. Então isso aí discute, mas isso assim de maneira muito simplória. Não há um interesse permanente nessa discussão. Somente naquela data e se discute e faz um levantamento sobre a cidade, a história da cidade e não há nada mais, infelizmente. (LEITE, 2016).

Por outro lado, temos na cidade um ambiente de valorização social da memória local como parte de um projeto maior e institucionalizado de construção hegemônica de uma elite que, historicamente, se projetou por intermédio de projetos relacionados à preservação da memória, da história e da cultura local, com particular ênfase à memória da aristocracia, da industrialização e da modernidade. Nesse projeto, estão silenciados, e sem direito à memória, seguimentos importantes da sociedade, costumeiramente excluídos ou ocultados. Portanto, fala-se de uma cidade moderna, industrial, culturalmente arrojada, portadora de um projeto urbanístico civilizador e de um conjunto arquitetônico significativo para a história da arquitetura nacional. Apesar disso, é como se a cidade não tivesse nem negros, nem operários, nem agricultores, tampouco uma população empobrecida, circunstância que não se vinculam ao plano da história oficial. Nessa cidade é plausível, por um lado, discorrer sobre um tipo de esquecimento que, na perspectiva da ação escolar, é aprofundado quando se evidencia o alijamento das ações da Educação Patrimonial e, nesse sentido, se instituem práticas homogeneizadoras que inabilitam o sujeito à compreensão da alteridade. Mas, por outro lado, verificam-se também ações esporádicas de rememoração que não deixa de ter efeitos importantes na rotina da escola e que acaba repercutindo na forma de enxergar a perpetuação e reatualização da memória oficial, formadora da identidade local (MIRANDA, 2007).

As instituições de ensino, em seus diversos níveis, têm sido o território de sementeira da ideologia multiculturalista. No entanto, os ambientes escolares são estruturados segundo uma perspectiva homogeneizadora que tem restringido o desenvolvimento da diversidade e suas implicações. Preconceito e discriminação são temas silenciados ao longo dos anos, por pesquisadores e instituições de ensino. Para que essa filosofia se desenvolva dentro da educação, é necessário que haja uma ressignificação das estruturas curriculares do modelo atual de ensino (DEBUS, 2012). O pensamento multiculturalista, inserido pelo PCN e nos programas escolares, reforça a valorização da diversidade ética e cultural na configuração da identidade. A multiculturalidade deve ser incorporada nas pedagogias educacionais para que diferentes grupos se estabeleçam. A Educação Patrimonial foi edificada sobre essa premissa para “conhecer, preservar e difundir” o acervo cultural. Ao atingir sua plenitude promove a reprodução das concepções que orientaram a

produção do patrimônio. Tanto o trabalho com os bens culturais, em sala de aula, quanto às atividades extraclasse de visita a monumentos, museus e cidades históricas devem investigar e compreender a sua produção pelos agentes oficiais encarregados de instituir e manter a memória coletiva (DELGADO; OLIVEIRA, 2008). A professora Mônica Leite quando inquirida sobre a possibilidade de se aprender história ao caminhar pelas ruas do centro de Aracaju afirmou:

Não, não acredito não. Eu acredito que, [...] você tem que se sentir parte para estar inserido nessa história até para querer aprender ou querer obter informação sobre aquilo. [...] A cidade? Não, a cidade é possível uma vez que ela tem o seu patrimônio né? Agora eu só posso perceber isso com olhos avisados. O que seria isso? É do aluno mesmo indo ao centro da cidade ele olhar um pouco mais acima e ele identificando esses prédios ele saber o que tem ali (LEITE, 2016).

Na opinião da entrevistada, o passante precisa estar com os olhos avisados, o sujeito necessita de uma instrução preparatória para que a experiência se converta em conhecimento e identidade, o que corrobora com a opinião do transeunte e entrevistado Wedmy Dória, que diante do mesmo questionamento, responde com as seguintes considerações:

Eu não acho que um simples passeio seja suficiente. Mas esse passeio seria composto de uma orientação? [...] pra mim um passeio não é suficiente. [...] Eu acho que seria necessário um conhecimento prévio pra que você pudesse aproveitar esse passeio de forma a ter um... Agregar conhecimento né? [...] Talvez o que falte seja incentivo até do ensino básico para direcionar seus alunos para que desde cedo conheçam a história da cidade (DÓRIA, 2016).

Assim como a professora, o transeunte também entende que o potencial didático do espaço urbano depende de algum conhecimento prévio para conseguir extrair novas informações a partir da experiência de caminhar pela cidade, ficando em aberto o questionamento sobre a quem caberia a transmissão desse conhecimento prévio, uma vez que a Educação não seria a única responsável pela disseminação do multiculturalismo e do patrimônio cultural. Cabe também aos órgãos de patrimônio a divulgação do acervo cultural como fonte de representatividade dos diversos grupos que formam a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de uma lógica de pertencimento que abranja a polifonia mantenedora de nossa identidade.

Nessa perspectiva, a pesquisa investigou a relação dos órgãos de preservação do patrimônio com as instituições escolares para saber se existe uma

parceria entre essas entidades na coprodução de projetos que compartilhem atividades nesse sentido. No roteiro das entrevistas com o corpo docente havia uma pergunta direta sobre possíveis parcerias com órgãos ligados ao patrimônio (IPHAN, SECULT ou FUNCAJU), e o que se obteve como resposta foi: “Não. Na verdade nunca houve nenhuma participação e não há nenhuma interação com nenhum desses órgãos.” (LEITE, 2016). O professor Reginaldo Reis faz menção a um trabalho realizado pela Secretaria de Educação do Município junto a algumas Universidades, mas não citou nenhum órgão curador do patrimônio: “[...] a Prefeitura de Aracaju através da Secretaria de Educação tem sempre se reunido com a Universidade Federal de Sergipe, a Unit tem vindo aqui sempre com alunos para dar palestra, pra integrar a escola pública a este patrimônio”. (REIS, 2016). Logo, percebeu-se certa negligência desses órgãos com a questão da Educação Patrimonial ou ao menos com atividades que envolvam o público escolar.

O tema foi debatido também com os especialistas, sob o ponto de vista técnico de quem trabalhou nessas instituições e conhece a experiência da gestão do acervo cultural no Estado de Sergipe. Os relatos apontaram para ausências e desconhecimento, como na opinião de Luiz Fernando Soutelo: “Eu não vejo nenhum programa. Não sei em São Cristóvão como é que está fazendo a equipe da Casa do Iphan em São Cristóvão, eu não estou acompanhando, mas acho que não. Não há nenhuma ação.” (SOUTELO, 2016). Ou, se dirigiram a atividades episódicas centradas em voluntarismo de técnicos e gestores que, por algum tempo, conseguiram dar vida a projetos que buscavam a conscientização do corpo discente:

[...] a algum tempo atrás, a educação do estado possuía um núcleo de Arte e Educação que passou a ser Artes Visuais, trabalhando com o segmento da produção cultural e a sua preservação. A Secretaria da Cultura sempre trabalhou com vários segmentos da produção cultural e a sua preservação. Por que é aquilo que eu lhe disse, são ações pontuais. Não é assim, vamos dizer, formado uma estrutura que dê continuidade (CARVALHO, 2016).

Como pudemos perceber, a ex-Coordenadora de Preservação da SUBPAC, Ana Conceição, citou algumas atividades, mas destas, apenas uma é ligada a instituições escolares, justamente a que foi realizada pela Secretaria de Educação, - um órgão que não tem a função de curadoria do patrimônio. Enquanto as outras atividades relatadas, de autoria da Secretaria da Cultura, estão relacionadas à produção cultural e não diretamente as escolas. Ainda a respeito dessas parcerias, a entrevistada Terezinha Oliva, que já esteve como superintendente do IPHAN em

Sergipe, corroborou com a afirmação de que os órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio não possuem uma política de aproximação com a rede de ensino e relatou que as poucas atividades existentes nesse sentido são frutos de ações esporádicas e descontinuadas:

Existe. Por exemplo, o Iphan tinha um programa, eu estou dizendo tinha porque eu não acompanhei agora, mas tinha em Laranjeiras de aproximação com as escolas. [...] Depende muito dos órgãos de secretarias. Aqui e ali a gente encontra. A própria secretaria municipal de educação tem uma publicação de projetos de professores muito interessantes com projetos de educação patrimonial. Mas de novo tem a marca do episódico que é de iniciativas pessoais, não de programa político (OLIVA, 2016).

Essa investigação se aprofundou dentro da pesquisa, os roteiros trouxeram outra pergunta aos especialistas que questionava o uso da Educação Patrimonial como instrumento de gestão, independente do envolvimento do universo escolar, buscando políticas ou programas dessas instituições que visassem instruir de alguma forma a população sobre as diversas formas de apropriação do acervo cultural. Porém, o resultado não foi muito distante do que se viu com relação às parcerias com a Educação. O ex-conselheiro Luiz Fernando Soutelo quase que repetiu a resposta: “Não. Eu não vejo ação nenhuma de educação patrimonial embora ela é muito importante” (SOUTELO, 2016), demonstrando certa insatisfação com a situação. A colaboradora Ana Conceição seguiu a mesma linha de sua resposta sobre as parcerias, apontando para atividades episódicas organizadas por técnicos e gestores empenhados em divulgar o acervo e conscientizar a população do seu valor histórico, mas ela não reconheceu nessas atividades a intervenção de políticas públicas voltadas ao tema:

É, é... A educação é um instrumento porém não ocorre em nosso país e estado. É um instrumento importantíssimo. É aquilo que eu já lhe falei, a Educação Patrimonial, o que é que existe? Algumas iniciativas, tipo: quando tinha subsecretaria, com o professor Luís Alberto à frente, tinha o que? Vânia, fazendo todo trabalho de educação patrimonial; aquela professora antes de Vânia, que Vânia substituiu, que está na universidade, filha de Tereza Cristina? [...] Maíra, que desenvolvia este trabalho e eu não sei, realmente muito pouco. [...] Mais eu acho que a coisa assim chegou a um ponto que realmente não está muito assim... Não tem muito uma política voltada pra isso (CARVALHO, 2016).

A terceira especialista, a professora Terezinha Oliva, também se aproximou de sua resposta sobre as parcerias concordando que a Educação Patrimonial seria um instrumento de gestão, mas que ainda não foi totalmente incorporado. Chega a citar uma relação de atividades realizadas por diferentes órgãos, inclusive sua

participação em evento ligado ao tema organizado por uma universidade para a formação de professores. Mas apesar de reconhecer que existe algum esforço nesse sentido, mantém seu posicionamento que aponta para uma produção baseada em programas episódicos e inconstantes e a inexistência de políticas públicas:

É. A educação patrimonial é um instrumento de gestão. É um instrumento que ainda não está inteiramente incorporado. A gente sente também nesse campo a mesma problemática. Tem sido episódica, por exemplo, eu mesma participei antes de entrar no Iphan de eventos de educação patrimonial feitos pelo estado de Sergipe em escolas estaduais através do Programa Tv Escola. Eram eventos grandes que se faziam em São Cristóvão. Muitos trabalhos de professores, um entusiasmo grande. Isso foi morrendo, morrendo. Eu me lembro que o último evento de que eu participei já foi no Palácio Olímpio Campos, Palácio Museu e havia só quinze pessoas. Antes era... A igreja, por exemplo, de São Francisco lotada, em São Cristóvão, mas ele foi minguando a este ponto. Então realmente nós temos uma alavanca aí pra cuidar do patrimônio, alguns esforços que são importantes como os que se faz lá a Casa do patrimônio em São Cristóvão, com oficinas, eventos. Outro dia participei de um da Universidade Federal, faz mês e meio mais ou menos, do curso presencial de História com o curso da UAB na tentativa de formar os professores, futuros professores nesta linha né? Encontro de educação patrimonial que tem sido feito, mas assim como instrumento de gestão ainda há um longo caminho apesar do esforço do Iphan, que já editou livros pra isso, que tem uma coordenação pra isso, mas não é uma política pública [...] Então realmente nós temos uma descontinuidade que é muito preocupante (OLIVA, 2016).

Durante as entrevistas com os especialistas, observou-se um consenso sobre a necessidade de elaboração de uma política pública de Educação Patrimonial que seja abrangente e constante. No campo da Educação há um entendimento comum que toda e qualquer ação educativa deve ser incessantemente reavaliada, questionada e atualizada. Deste modo a área da preservação, com suas nuances e conceitos altamente especializados necessita se afinar com as estratégias da transdisciplinaridade⁶⁷ para efetivar sua atuação. A pesquisadora Livia Lima (2012) ao tratar do tema acrescenta: “Os programas de Educação Patrimonial também necessitam de um discurso coerente, democrático e, sobretudo, vinculado à prática cotidiana dos órgãos e dos profissionais que deles se ocupam.” (LIMA 2012, p.167).

⁶⁷ A **transdisciplinaridade** – 1. significa mais do que disciplinas que colaboram entre elas em um projeto com um conhecimento comum, mas significa também que há um modo de pensar organizador que pode atravessar as disciplinas e que pode dar uma espécie de unidade. E transdisciplinaridade é qualquer coisa que é mais profundamente integradora. Agora, para que haja transdisciplinaridade, é necessário um pensamento organizador. É o que chamam de pensamento complexo, se não há um pensamento complexo, não pode haver transdisciplinaridade. 2. Aquilo que está "entre" as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina; permite conduta transversal pelas áreas de conhecimento. Para saber mais ver: <http://www.dicionarioinformal.com.br/transdisciplinaridade/>

Em resumo, faz-se necessário incorporar políticas públicas de Educação Patrimonial a discussão do conceito de patrimônio, e a investigação da construção e preservação do patrimônio para formar e fortalecer a identidade local e a cidadania (DELGADO; OLIVEIRA, 2008).

A intenção de incluir o Centro Histórico de Aracaju, em políticas públicas de Preservação e Educação Patrimonial, gera a necessidade de se criar estratégias que entrelacem a incorporação desse espaço no discurso do Patrimônio Nacional à invenção das tradições como símbolo de representatividade da identidade local. Esse entrelaçamento promoveria a investigação das relações entre o espaço, o tempo e a história para atribuir visibilidade e sentido a cidade, que alimentaria as experiências pedagógicas interdisciplinares de Educação Patrimonial. Em uma resposta sobre as possibilidades de utilização do acervo do Centro Histórico de Aracaju na prática da Educação Patrimonial, a especialista Terezinha Oliva nos alerta para o alcance abrangente dessa ferramenta, que pode promover uma educação no sentido amplo. Ela entende que ao envolver as experiências de vida das pessoas com o espaço urbano, a Educação Patrimonial ajudaria a construir um sentimento de cidadania que iria além da preservação dos bens culturais, auxiliando uma convivência harmoniosa que gera o cuidado com os espaços coletivos.

Vendo a educação patrimonial de modo muito amplo, não só como ensinar a conhecer o acervo e interpretá-lo, mas como uma educação que prepara para a cidadania, eu acho que é tudo que não se aproveita nesse sentido porque ele pode promover uma educação no sentido amplo e interdisciplinar, multidisciplinar; de uma riqueza muito grande; aproveitar a experiência de vida das pessoas no espaço urbano; multiplicar essa experiência também fazendo com que ela se volte para a preservação, não só no sentido do bem, do patrimônio, mas pra preservação do espaço urbano, pra convivência harmoniosa com aquele espaço, pra o cuidado da cidade. Eu estou muito entusiasmada com a educação patrimonial e quando a gente lê, por exemplo, os trabalhos que o Iphan tem a respeito, a gente vai no site do Iphan, vê os artigos que estão lá, vê a riqueza de experiência que estão aí espalhadas por este país inteiro. É uma questão talvez de introjetar mais nos professores, eu acho que os professores são fundamentais (OLIVA, 2016).

A educação se daria, então, pelo processo de recriação e não pela repetição. Portanto, uma pedagogia voltada para a prática da cidadania deveria centrar-se na experiência vivida. Tomar a cidade como um ambiente educativo seria possibilitar ao educando a releitura do mundo, apurando seu olhar sobre o espaço sociocultural e atemporal em que está inserido, a partir da apropriação do território e dos bens culturais nele materializados. A leitura do mundo pelo sujeito inicia-se no contato

com a paisagem urbana, buscando decifrar no texto citadino os aspectos patrimoniais que lhe transmitam alguma representatividade, algum sentimento de afinidade ou reconhecimento. O transeunte entrevistado, Wedmy Dória, em uma de suas respostas aborda essa leitura da paisagem, essa apropriação do território, quando afirma: “Inclusive, falando da cidade em si e do seu povo, [...] você sente a forma como é recebido, você sente a atmosfera numa caminhada a passear por alguns locais. Acho que qualquer um é sensível a isso.” (DÓRIA, 2016). E assim, revela que a cidade faz aflorar sentidos que são ativados pelas marcas das experiências sociais no tempo, base da formação da identidade coletiva que sensibiliza o sujeito.

Tão importante quanto à concepção ou a reconstrução dessas paisagens urbanas é a sua devida conservação como legado social. Um dever do poder público e privado e um direito da população (GRAZIANO, 2012). Essa conservação foi tema de uma colocação da educadora Mônica Leite que se queixou da situação de abandono de alguns bens do acervo cultural e da falta de interesse do Governo e dos órgãos de patrimônio em sua manutenção, o que, segundo ela, prejudicaria a motivação na continuidade práticas educativas voltadas a esses bens.

Vou encontrar normalmente um museu fechado né? Um museu fechado. E quando lá chegamos não está tão bem preservado como se imaginaria. Então o aluno poderia perguntar: por que aqui não está preservado já que aqui é um local onde deveria... E que tem verba específica pra isso? Poderia estar preservado e no entanto. [...] Não só investimento não. Acho que também o interesse, interesse por parte desses órgãos, [...] há pouco interesse por parte do governo se você considerar, se você for ali na catedral você vai ver que quando é feito uma reforma nesses prédios você observa que não tem um certo cuidado. (LEITE, 2016).

De acordo com a professora, de nada adiantaria valorizar e respeitar o patrimônio que não lhe oferece acesso ou condições de apropriação por encontrar-se em condições precárias ou de abandono. Sobre esse tema, o especialista em patrimônio Luiz Fernando Soutelo argumentou que tem ocorrido um “jogo de empurra” entre proprietários e o poder público na hora de assumir a responsabilidade pela conservação dos imóveis patrimoniais, propiciado o agravamento das condições dos bens. Ele enfatiza ainda que a solução para esse impasse passa pela conscientização dos proprietários e pela implantação de alguns incentivos oferecidos pelo governo:

Eu sempre digo que nós vivemos na questão do patrimônio, da manutenção, em uma briga de gato e rato. Por que isto? Porque a legislação diz que a conservação do bem cabe ao proprietário. Somente se o proprietário não tiver condição é que o Estado deve entrar. O Estado diz isto. É o que está na lei. Os proprietários dizem: é, mais você tomou o meu prédio, é você que tem que assumir a conservação. Então nem um, nem outro, conserva. Eu acho que isso só poderia ser modificado por um trabalho de conscientização dos proprietários e além do mais pela criação de estímulos e incentivo a partir do próprio Governo do Estado (SOUTELO, 2016).

No Brasil, quando um bem é restaurado, significa que ele já está tombado, pois este é o único instrumento efetivo de preservação, uma vez que só após o tombamento o Poder Executivo da instância responsável pelo ato é autorizado a investir recursos públicos em sua recuperação. Entretanto, esse não seria o principal problema, pois os órgãos preservacionistas não dispõem de recursos suficientes para consolidar a conservação-restauração de todos os bens do acervo que estão em processo de deterioração (NOGUEIRA, 2006). Vejamos o que nos diz a ex-Superintendente do IPHAN, Terezinha Oliva:

É uma questão problemática porque manter bem patrimônio é uma ação que custa muito dinheiro e os recursos são escassos. Basta a gente ver os problemas da preservação que são imensos. De um lado falta... essa coisa da preservação chegue mais, que seja digamos assim assumida pela população, que ela sinta representada por estes bens e queira cuidar deles né? E isso passa por tudo, por exemplo, a depredação dessas escolas onde muitas vezes as pessoas não estão se reconhecendo nas escolas, até os recursos, então daí o grande problema: a área cultural. Nós sabemos que o orçamento da cultura desde o nível federal é o menor orçamento e assim isso é reproduzido nas esferas estadual e municipal. A iniciativa privada participa pouquíssimo né, nessas ações de preservação. Ainda não assumiu também isso. Então realmente essa é uma esfera assim problemática. A gente tem momentos. Se a gente pensar lá na década de 70 a criação dos órgãos de patrimônio. Em 73 o Programa de Preservação das Cidades Históricas do Nordeste foi uma injeção de recursos que promoveu uma preservação. Adiante vêm os programas. Adiante, nós vamos ter... Até que descambamos hoje até no PAC - Cidades Históricas que com a crise também está em um momento de inflexão. Nós tivemos antes dele também o Programa Monumenta que fez tantas ações, tantas intervenções, mas é sempre, digamos assim, um tanto quanto episódico né? (OLIVA, 2016).

O depoimento acima oferece um panorama das dificuldades de qualquer uma das esferas de governo em manter o acervo patrimonial, ao relatar a escassez de recursos, a necessidade de conscientização da população para com a manutenção dos bens, a falta de envolvimento da iniciativa privada e reproduzir seu entendimento sobre a esporadicidade e falta de continuidade dos programas de preservação. A necessidade de conscientização da população também foi

observada pelo professor Reginaldo Reis que apesar de não ser especialista em patrimônio percebe que parte da depredação do acervo nasce da falta de conhecimento e valorização por parte da comunidade, ao relatar: “Por que às vezes esses monumentos estão sendo depredados por falta de conhecimento do valor que eles têm para a sociedade” (REIS, 2016),

Além de todos esses problemas relacionados pelos entrevistados, observou-se que as políticas culturais postas em prática até aqui não consideraram a cultura como um tema transversal a outros segmentos da vida cotidiana do cidadão e da gestão pública, sendo a área da cultura vista como secundária nas políticas governamentais, qualquer que seja a instância administrativa. Apesar de o Estado reconhecer que a cultura é essencial para o desenvolvimento da sociedade e chamar para si a responsabilidade de manter viva a memória coletiva, o poder público vem alargando sua omissão em relação às ações culturais como prioridade de governo. Deste modo, percebe-se que ainda há muito a ser feito para que se alcance o pleno desenvolvimento no campo cultural e tenhamos uma política continuada de manutenção do patrimônio (SANTIAGO, 2013).

Os planejadores urbanos reconhecem que é preciso criar uma imagem da cidade que seja convidativa para próprios e estranhos. Buscam a legitimidade de seus projetos em especialistas e cidades históricas bem sucedidas para criar um discurso sobre a importância e o valor do passado transmitido pela materialidade urbana. Ademais, os sujeitos citadinos reconhecem a relevância do passado na compreensão do presente e na formulação do futuro e valoriza seu acervo patrimonial, material ou imaterial, tombado ou não, preservado ou não, como instrumento de representação de sua identidade que converter-se no argumento para provocar a sensação de pertencer a um lugar único. (TORRES, 2014). Já é consenso que as práticas cotidianas, que envolvem esse acervo cultural, geram tecido social e memória. Contudo, ao considerar o sítio histórico um elemento essencial de uma cidade e procurar instrumentos de preservação da diversidade cultural, que emergem desse acervo, não se tenta tornar a cidade só uma mercadoria, um espetáculo para o turista, mas construir a sensação de uma identidade única para a cidade (TORRES, 2014). Mas ainda há uma luta a ser travada contra a cultura do efêmero imposta pela contemporaneidade, as pessoas precisam querer pertencer a algum lugar, valorizar o passado e a história de sua

cidade como sua, como evidencia a professora Rosilene Sousa, “Sim né? Por que depende muito do interesse, da participação, do envolvimento de todos pra que eles possam ser conservados e melhorados né? E mantidos na verdade. (SOUSA, 2016). Já o transeunte Flávio André vai além:

Eu acho que às vezes existe uma riqueza disponível que é uma questão de opção e as pessoas talvez não optem por isso, por exemplo, o Palácio Olímpio Campos, está aberto a visitação. Tem um lustre bonito, aquelas coisas todas e a pessoa pode passear no Centro, comprar alguma coisa e simplesmente entrar ali. Talvez ou ela não valorize isso, ou ela não saiba que tem isso. Eu acho que o poder público pode demonstrar que existe isso, por meio de propagandas, ou eventos, mas ainda assim é uma opção da pessoa. Ela pode escolher não fazer isso, mas no que tange ao poder público ele pode divulgar né que tem essa riqueza e que ela está disponível (BEZERRA, 2016).

Ambos os entrevistados entendem que para que haja a apropriação do patrimônio seria necessário que exista interesse por parte do sujeito e que o desafio das políticas públicas seria buscar a “memória do lugar”, perspectiva que reúne a memória coletiva e a preservação urbana, num processo que “ancora” espacialmente a identidade dos diversos grupos. Assim, nada mais oportuno que estimular a valorização da “memória do lugar”, identificando democraticamente quais lugares são mais representativos e por quê. (CASTRIOTA; SOUSA, 2014). Nesta linha de raciocínio, entende-se que as políticas culturais locais são as mais eficazes para colaborar com a produção de uma sociedade mais equilibrada, disseminando a riqueza cultural existente em cada comunidade, cooperando para a construção de uma consciência democrática e cidadã e contribuindo para o desafio de alcançar o desenvolvimento pleno do ser humano, onde se revela o sujeito cultural, a partir do sujeito social e político (SANTIAGO, 2013).

5. Considerações Finais: Reflexões sobre a paisagem

Andar, vento e chuva
Na Rua da Frente
No Centro da capital,
Tempo escorre num canal
Dentro da gente...

...
É tempo de parar pro mar
É tempo de internauta a pé
É tempo de coivara sideral

...

(Quintal Moderno - Patrícia Polayne)

O objetivo central dessa pesquisa foi compreender como se deu a construção do acervo patrimonial da cidade de Aracaju e se havia alguma referência concreta desses bens no processo de formação da identidade dos aracajuanos e na manutenção de sua memória. A partir desta meta, a pesquisa se estruturou para buscar recursos analíticos e metodológicos que apoiassem a investigação no sentido de demonstrar a relação existente entre a apropriação do acervo material da cidade e a construção da memória e da identidade de seus cidadãos e que permitissem, também, compreender a formação histórica do sítio fundacional de Aracaju e a criação do seu acervo patrimonial oficial, e, ainda, ajudassem analisar a existência de uma efetiva apoderação desse patrimônio pela população local, a ponto de ser utilizado como instrumento de formação da sua identidade.

Para demonstrar a existência de uma conexão entre as experiências sociais de apropriação do acervo da cidade e a construção da memória e da identidade, foi realizado um levantamento bibliográfico que trouxe para o trabalho diversos conceitos que formaram o alicerce teórico da pesquisa - uniram-se as categorias de história, memória, identidade, patrimônio e educação patrimonial para construir a fundamentação que sustentou as análises durante toda a pesquisa. Assim os conceitos foram tecidos, a fim de estruturar a pesquisa e traçar o seu fio de condução.

Dentro desta perspectiva, forma-se a concepção de que a memória coletiva transforma as lembranças do passado em ideias homogêneas, ou seja, estabelece uma ponte entre o passado e o presente, criando uma unidade entre tudo aquilo

que, no processo histórico, representou ruptura ou lacunas. Desta forma, a memória coletiva se impõe como solução para o passado no presente; algo que cura as feridas históricas. Diferente da memória histórica, que trabalha de outra maneira as rupturas do passado, busca-se criar símbolos representativos que ancoram a trajetória da sociedade. No entanto, seu processo utiliza outra perspectiva: solucionar o passado no passado, isto significa que a memória histórica cria uma imagem lógica e manipulada dos fatos do passado. É evidente que a memória coletiva e a memória histórica baseiam-se em princípios específicos e deste modo produzem concepções diferentes sobre o passado.

A memória coletiva do aracajuano pode, invariavelmente, enfrentar de modo contundente a racionalidade de seus historiadores, mas pode também complementar o produto dos trabalhos historiográficos realizados por eles. E pode, ainda, servir como obstáculo aos aspectos ideológicos da imposta história oficial. Porém, nem a memória coletiva nem a memória histórica podem reivindicar para si, a verdade sobre o passado, mesmo tendo uma função essencial nos processos históricos locais, obviamente, introduzindo vitalidade aos objetos culturais do centro histórico, ressaltando momentos históricos representativos e, portanto, preservando o valor do passado para os grupos sociais envolvidos. Sendo assim ela contribui para a apropriação dos objetos culturais que se impuseram ao tempo e que, portanto, servem de fontes para formação da identidade.

Quanto ao desafio, instituído no início da pesquisa, de tentar compreender a constituição do “centro histórico” de Aracaju e a trajetória da formação do seu acervo oficial, a pesquisa historiográfica deu conta de descrever o “passo a passo” da modelação desse sítio central historicizado e narrar a trajetória da política preservacionista que engendrou esse patrimônio como acervo oficial, expondo nuances sobre esse campo tão restrito e autocrático. Em sua trajetória, Aracaju sofreu várias intervenções urbanas e revitalizações que fragmentaram seus elementos representativos e fragilizaram sua identidade; experimentou também a negligência dos órgãos oficiais de patrimônio que durante muito tempo sonegaram seu direito à memória, por entenderem que não se enquadrava como referência a identidade nacional. Todavia ela ainda guarda, em suas paisagens, vários elementos de referencial histórico, principalmente no bairro central, núcleo inicial da formação da cidade. Assim, seria nesse contexto que os programas preservacionistas do

Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Aracaju deveriam construir um caminho para a apropriação e o envolvimento da comunidade e garantir através da memória coletiva e da educação a perpetuação do sentimento de identidade e de cidadania.

Por outro lado, é preciso ressaltar que, conforme verificou-se na pesquisa, o acervo cultural da cidade foi constituído sob uma base estilística já reconhecida e valorizada pelos técnicos do patrimônio, mas sem encontrar similar prestígio na concepção dos leigos, haja vista o posicionamento dos entrevistados, que (com exceção dos especialistas) não conseguiram identificar o estilo arquitetônico dos bens do acervo quando indagados sobre isto, o que denota que o critério de seleção estabelecido com base no estilo arquitetônico não seria o mais adequado para promover apropriação desses elementos por parte da comunidade e colaborar com o processo de identificação. O campo patrimonial não deveria ser prerrogativa só dos especialistas, nem deveria ser estigmatizado pelo medo da perda de tradições, mas também não deveria se submeter a um planejamento urbano e estratégico de lógica estritamente econômica que produza alguma forma de segregações nos espaços das cidades.

A própria paisagem da cidade, essencialmente das zonas tradicionais, idealizadas através de técnicas construtivas e reconstruções que atendem a caprichos e acompanham modelos mal concebidos, parece cada vez menos refletir essa identidade. Para que isso não potencialize um antagonismo ao antigo, entende-se que o conhecimento sobre o patrimônio deveria ser disseminado a partir da educação, integrando o currículo escolar, de forma direta ou mesmo transversal e interdisciplinar, desde que fosse real e não “só pra constar” (LEITE, 2016), sendo assim inserido na formação dos novos cidadãos a importância da memória coletiva e da história de sua cidade, para que, a partir disto, tivessem condição de avaliar a representatividade do acervo patrimonial e seu valor cultural.

Diante de todos os debates trazidos nessa pesquisa sobre os aspectos que interferem na apropriação dos elementos patrimoniais, como: os efeitos da globalização, as fragilidades da educação patrimonial, o descaso com a manutenção dos bens e até a liberdade individual de escolha, denotou-se que nossos direitos culturais estão atrelados aos ordenamentos jurídicos e políticos que manipulam os movimentos no campo do patrimônio cultural. Contudo, entendemos que a efetiva

apropriação desse acervo cultural não depende exclusivamente das leis ou gestões administrativas, mas somente uma mudança de postura orientada pela educação poderia aprimorar o entrelaçamento entre os bens oficiais e a identidade coletiva e contribuir, conseqüentemente, para a conservação de seus cenários, a cidade.

Assim sendo, a valorização desses “lugares” passa pelo envolvimento das ideologias que influenciaram nas características físico-espaciais que formam as paisagens da cidade, com as experiências cotidianas de seus cidadãos acumuladas durante o passar do tempo. Acrescente-se a isso a necessidade de salvaguardar as manifestações culturais (eventos e de festas populares), visando o fortalecimento do patrimônio cultural como ferramenta de construção da identidade local e valorização do espaço público enquanto palco para realização de manifestações sociais e de atividades coletivas.

A par do que foi colocado, antecipamos o preceito de uma nova postura que defende que os processos de aprendizagem relativos ao patrimônio cultural são potencializados por experiências “diretas” com os objetos patrimoniais, questionando o alcance das práticas educativas formais que se servem apenas das ilustrações de livros didáticos de história. Essa nova visão passa pela premissa segundo a qual o simples contato visual com uma imagem impressa limitaria a compreensão em relação aos usos e a semântica dos bens culturais. Reconhecer o novo olhar epistêmico sobre educação não-formal, que inclui a cidade como instrumento no processo de aprendizagem, seria transcender a visão inquestionável do concreto e enxergar as abstrações das relações sociais desses espaços de experiências, universo de várias possibilidades no qual se abrigam a produção, as memórias e a vivência em sua simples existência cotidiana. Lugar, portanto, de práticas pedagógicas espontâneas e da formação da cidadania.

Os métodos de ensino da disciplina de História do ensino formal, muitas vezes, continuam sendo balizados por competências conservadoras de uma escola tradicional, o que sugere um programa profundamente arraigado à técnica e ao instrumental, incorrendo na construção de uma História Geral, de caráter factual e mnemônico. Portanto a nova postura sugere que a educação patrimonial deva necessariamente respeitar algumas condições: 1. Prezar pelo uso dos bens culturais originais (monumentos, arquitetura, peças de museu, etc..) no desenvolvimento das experiências de aprendizagem, 2. Aproximar os sujeitos dos objetos culturais de

forma que promova a observação e possibilite o seu uso na produção do conhecimento; 3. Que esses bens sejam apresentados em relação a um contexto e relacionados a uma instituição de tutela; e, 4. Que fomente a construção da consciência em relação a sua importância dentro o universo patrimonial e conduza ao conhecimento de um pedaço do passado.

A educação patrimonial é vista como uma questão atual, porém, complexa, considerando a tendência contemporânea capitalista de crise de memória e valorização do efêmero e do inovador. A educação patrimonial deve, portanto, servir como um exercício contínuo e essencial para preservação da memória e do patrimônio cultural, sensibilizando os degustadores desses vestígios da história com as memórias de suas próprias experiências. Ela deve esclarecer e fundamentar o conhecimento sobre esse patrimônio, sua apropriação e a valorização de diversas culturas, em lugares e épocas diferenciadas.

Desta forma, conclui-se que seria preciso compreender a educação patrimonial, não como um conteúdo do currículo tradicional trabalhado comumente em escolas, mas, sobretudo, explorando espaços educacionais não formais como fonte de mobilização da memória social, através de práticas de visitas orientadas ou em experiências cotidianas realizada em contato direto com os bens patrimoniais que fará a intersecção da memória com a vida real. Admitindo que o espaço natural para estas ações educadoras seja a cidade, devemos levar em consideração as seguintes justificativas: a) proximidade com todos os tipos de público; b) influência mais efetiva das decisões administrativas; c) possibilidade de participação democrática nas ações comunitárias; d) maior interferência das ações educacionais, administrativas e de gestão pública, na vida dos cidadãos.

Uma cidade instituída pelas experiências que possibilitam as relações sociais e que fundamenta na educação os alicerces da formação da cidadania, não pode se exaurir em instituições escolares. Partindo dessa ótica, teríamos que a educação se manifesta em todos os lugares da cidade e, por isso, a cidade é educadora só pelo fato de ser cidade, pois é agente da educação em si mesma, nas mais variadas áreas do conhecimento e para todos. É preciso somente um pouco de disposição e sensibilidade para esta interação e a cidade oferecerá uma riqueza imensurável para a formação do ser humano em sua plenitude.

Percebe-se assim que o papel da Educação é o de valorizar o patrimônio como expressão da memória coletiva, através da ampliação das possibilidades de sua ação educativa e influência sobre nosso modo de vida, a fim de que transformemos a mera contemplação e/ou consumo do patrimônio cultural em apropriação e produção desses bens como referências de nossa identidade. Adota-se essa nova postura, uma vez que se defende o contato com os bens patrimoniais originais, o que proporcionaria uma experiência singular que nos permitiria compreender o valor simbólico de tais bens (neste caso o conjunto arquitetônico do centro de Aracaju), assim como contextualizar os aspectos culturais relativos à sua origem, provocando a conscientização sobre sua importância e gerando a apropriação que alimenta o sentimento de pertencimento.

Na entrevista realizada com a ex-aluna do Colégio Estadual Tobias Barreto e usuária do Centro de Aracaju, Sra. Elis Regina Modesto de Jesus (26 anos), pôde-se perceber de que maneira a educação patrimonial ajudaria a aumentar o interesse pelo patrimônio, pois, ao lembrar sua experiência como estudante numa interação direta com a cidade, chegou à conclusão de que se esse instrumento de aprendizagem fosse mais explorado, poderia mudar a visão das pessoas sobre a importância do conjunto de bens tombados:

[...] Sim, acho. Acho que sim. Eles é (sic)... Até eu mesmo no meu tempo de estudante fiz alguns trabalhos pela cidade de São Cristóvão, já fiz algumas pesquisas, acho que os estudantes têm muito a desfrutar se forem a fundo, mas como hoje o interesse é mínimo né, não sei. [...] Se tivesse muito mais, se fosse levado mais em conta eu acho que sim mudaria muito a visão das pessoas em relação a isso né, a tudo. Aos prédios de Aracaju, a tudo isso (JESUS, 2016).

Logo, a Educação Patrimonial deveria ser tema básico em qualquer projeto que pretenda transformar as comunidades em protagonistas de seus patrimônios e para que elas, através de seu envolvimento, possam apontar os rumos das futuras políticas preservacionistas. Outras possibilidades possíveis de práticas educativas para conservação do conjunto arquitetônico de cunho cultural da cidade seria o fortalecimento da integração entre as políticas públicas preservacionistas e às de cultura, turismo, meio ambiente, planejamento urbano, educação ou qualquer outra, aproveitando os aspectos educativos inerentes à implantação de tais políticas e buscando sua interação com o patrimônio. Deste modo, a intersectorização potencializaria os recursos e as abordagens tornando as políticas públicas

instrumentos de apropriação mais abrangentes e o valor dessa reformulação das políticas públicas com as ações educacionais não-formais, associadas a esses espaços de representação, está na sua aptidão de convergir público plural, de diferentes faixas etárias e classes sociais diversas, pois oferecem atividades de lazer, turísticas e educacionais gratuitas.

Ao analisar os marcos legais e a gestão dos ambientes urbanos no contexto local, percebeu-se que ao ser enquadrado como patrimônio, técnicos preservacionistas e gestores públicos deflagraram o processo de sacralização do centro histórico e no ato da definição de seus limites o destacaram do restante da cidade, privilegiando os aspectos históricos, arquitetônicos e paisagísticos em detrimento de outras práticas sociais estabelecidas ao longo do tempo. Os técnicos de patrimônio e urbanistas em suas intervenções deveriam ouvir e respeitar os moradores, estar abertos à memória do lugar, que é a memória de cada rua e de cada bairro. Primar pela recuperação da dimensão humana do espaço deve estar entre as responsabilidades de qualquer técnico que interfira no espaço urbano. A sobrevida da memória coletiva liga-se estreitamente à morfologia da cidade; mas esta conexão se desarticula quando a especulação promove ações que provocam o desenraizamento. Há no sujeito cidadão o sentimento de pertencimento, de ligação a uma tradição, ou a uma maneira de ser que revigora a vida dos espaços públicos. A paisagem da cidade é concebida com a adaptação ao espaço durante o passa do tempo.

Independentemente da posição dos órgãos oficiais, a sociedade vem demonstrando um novo entendimento sobre patrimônio, a partir de uma fundamentação sem muitas definições e por meio de olhares leigos e informais. Destaca-se nesse ínterim, o turismo, que se apodera do patrimônio na sua prática, vendo seus roteiros guiados por elementos do acervo cultural, que tem justificado um enorme volume de investimentos na área. Neste sentido, a indústria do turismo tende a preocupar-se com a questão do patrimônio histórico e cultural, como instrumento da sustentabilidade social e do desenvolvimento da cidade que o abriga. No que concerne ao nosso patrimônio cultural, as ações relacionadas ao incremento do lazer e do turismo, podem ser complementadas através de práticas que busquem a conscientização histórica, a apropriação da cultura local e o tratamento qualitativo ao espaço edificado. Assim, essas ações podem valorizar o patrimônio da cidade, no

sentido de explorar suas particularidades culturais. Daí o espaço urbano, representado pelo “centro histórico”, deixa de ser um trajeto ou uma zona de circulação, para se tornar um conjunto atrativo com potencial de seduzir cidadãos locais e visitantes.

Entendemos que se houver integração entre educação patrimonial e políticas preservacionistas, associada ao respeito à memória, a população iniciará um processo de valorização e apropriação dos espaços de representação, mas para isso faz-se necessário que essas políticas deixem seu caráter episódico e conquiste sua continuidade. Dessa maneira, a educação teria o papel de apoiar a mediação entre o sujeito e o acervo e oferecer aos diversos públicos a possibilidade de interpretar seus bens culturais, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e respeitar o patrimônio cultural de sua cidade. Ao contrário disto, o vandalismo, o desprezo e o desrespeito serão consequências.

Nota-se que há esperança no combate ao desconhecimento, a desvalorização e ao vandalismo referentes ao patrimônio, pois se encontram em andamento algumas ações de educação patrimonial, ainda que esporádicas e descontínuas, tanto no campo da Educação quanto no da Preservação, o que denota uma tentativa de fazer com que a população de alguma forma acabe por reconhecer seu conjunto patrimonial como espaços de referência e envolva-se em experiências de apropriação desses “lugares”. De maneira geral, as pessoas só respeitam, admiram, preservam e se identificam com aquilo que conhecem, então para que aconteça essa identificação, entendemos que é essencial pensar e propor possibilidades de educar para o patrimônio, a fim de que as pessoas conheçam e adquiram o sentimento de pertencimento que envolve esses espaços. Portanto, para que de fato ocorra uma educação para o patrimônio, não basta incentivar o debate sobre patrimônio, é preciso vivenciá-lo, mas foi observado na pesquisa de campo que a população sergipana, apesar de vivenciar os monumentos históricos da capital, permanece alheia ao seu significado. O desafio, sob o ponto vista institucional, seria potencializar a concepção do patrimônio oficial transformando-o em espaços de referência, materialização da pluralidade cultural e objetos de experiências histórico-educacionais. Como dissemos, há fortes indícios de que a população aracajuana, apesar de conviver com os monumentos históricos da capital

em seu cotidiano, permanece indiferente a sua representação como elemento da identidade local, sendo possível identificar também a absorção desses elementos na composição da memória individual de alguns sujeitos e o reconhecimento da importância desse acervo na formação da imagem da cidade, o que de alguma forma gera o sentimento de apropriação e pertencimento.

Quanto a outra hipótese investigada nesse trabalho, sobre a existência da possibilidade de exploração pedagógica do patrimônio material como política de preservação e a efetivação dessas políticas em Sergipe, a pesquisa confirmou a inexistência, em alguns casos, e, em outros, uma certa ineficiência no âmbito geral dos programas preservacionistas da União, do Governo do Estado de Sergipe e da Prefeitura Municipal de Aracaju, não havendo efetividade nas ações educativas voltada para a apropriação e o envolvimento da sociedade com o patrimônio histórico e cultural, como forma de garantir a construção da memória coletiva, a perpetuação do sentimento de identidade e de cidadania. Atentos ao fato de que as ações preservacionistas não se resumem a tombamentos aleatórios (Governo do Estado) e que tampouco progresso sugere a superação do “antigo” através da exaltação do novo (Prefeitura de Aracaju), entende-se que é preciso provocar a adaptação dos instrumentos políticos de preservação para o modo como se compreende atualmente o patrimônio cultural, não cabendo mais restringi-lo somente à conservação de monumentos históricos e de edificações arquitetônicas elitistas, mas sim devolver-lhes a vida e incluí-los no cotidiano da cidade. As estratégias oficiais de valorização do patrimônio cultural visam garantir à autenticidade arquitetônica e conservação das edificações históricas, a qualidade ambiental dos espaços públicos situados em áreas de preservação, e primordialmente, garantir a divulgação do acervo cultural da cidade, mas nem sempre obtiveram sucesso. Compreende-se, pois, que é preciso estimular ações direcionadas as diversas instâncias sociais, a fim de conscientizar a comunidade sobre a necessidade de rememorar o passado, os valores e os costumes locais, como um dos poucos meios de se construir à identidade cultural.

Novas formas de atuar e entender o patrimônio e o registro histórico seriam instrumentos eficazes na formação e no fomento da polifonia das identidades e de uma nova memória. Cabe aos agentes públicos e privados, ocupados com os estudos e os interesses da preservação dos bens de alcance social e usufruto do

povo, instrumentalizar os mais diversos e variados segmentos da sociedade para conhecer, usufruir e, principalmente, escolher os elementos que deverão compor os marcos efetivos da memória cultural da cidade de Aracaju. Como pudemos constatar, o desafio dos educadores, historiadores e profissionais do patrimônio, de modo geral, é imenso. Para que consigamos despertar nos mais diversos públicos, de estudantes a aposentados, o interesse pela memória coletiva e pelo patrimônio de sua cidade como forma de constituição de identidade, devemos entender nosso papel de mediadores do processo.

Ao debater acerca da historicidade da preservação do patrimônio, estamos proporcionando à sociedade um convite à reflexão quanto a sua responsabilidade dentro desse processo de fortalecimento e de revitalização da cultura. Lidar com o patrimônio é encarar a responsabilidade diante da precariedade e dificuldade que é manter um patrimônio em estado digno. Os estudos e pesquisas sobre os bens patrimoniais e sua difusão podem, além de colaborar para a compreensão do processo histórico, atender a dois objetivos correlacionados: amparar à preservação dos bens culturais e impulsionar a valorização de diferentes formas de vida, o respeito à diversidade e a tolerância como princípio das relações sociais. Mas a pauta principal ainda seria nos indagarmos sobre qual o caminho para a salvaguarda desses símbolos que integram parte de nossa memória coletiva, tendo como foco principal assegurar a preservação dos elementos referenciais de cada época e dos diversos grupos a partir de políticas públicas que visem à valorização do patrimônio histórico e cultural como parte da identidade local. Para tanto é condição *sine qua non* articular o passado com o presente e garantir o direito à formação da identidade aracajuana às próximas gerações.

Referências

Entrevistas:

BEZERRA, Flávio A. S.. **Flávio André Soares Bezerra**: depoimento [14 de julho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação - Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

CARVALHO, Ana C. S. de. **Ana Conceição Sobral de Carvalho**: depoimento [14 de junho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação - Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

DÓRIA, Wedmy S. **Wedmy Santos Dória**: depoimento [22 de julho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação - Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

JESUS, Elis R. M. de. **Elis Regina Modesto de Jesus**: depoimento [17 de julho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação - Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

LEITE, Mônica C. **Mônica Carvalho Leite**: depoimento [06 de julho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação - Documentos de Pedra: a Educação Patrimonial na apropriação do conjunto arquitetônico de Aracaju. DPG-UNIT.

OLIVA, Terezinha A. de. **Terezinha Alves de Oliva**: depoimento [21 de junho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação - Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

REIS, Reginaldo dos. **Reginaldo dos Reis**: depoimento [17 de junho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação - Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

SANTOS, José G. **José Gonçalves Santos**: depoimento [08 de julho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação - Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

SOUSA, Rosilene S. **Rosilene Santos Sousa**: depoimento [06 de julho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação - Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

SOUTELO, Luiz F. R. **Luiz Fernando Ribeiro Soutelo**: depoimento [16 de junho de 2016]. Entrevistador: Edilio José Soares Lima. Aracaju, 2016. Arquivo digital Áudio MPEG-4. Entrevista concedida para dissertação – Pedras que falam: o conjunto arquitetônico de Aracaju no cotidiano da Educação Patrimonial. DPG-UNIT.

Bibliografia

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, 34-58.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ALVES, Zélia M^a Mendes Basoli, SILVA, M^a Helena G. F. Dias da. **Análise qualitativa de dados de entrevista**: uma proposta PADEIA, FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, 2, Fev/Jul, 1992.

ANDRADE, Adailton Santos. **Fontes da História de Sergipe**. <http://fontesdahistoriadesergipe.blogspot.com.br/2010/02/praca-fausto-cardoso-e-suas-historias.html>

ARANTES, Antonio Augusto. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, n.23, São Paulo: 1994. p.191-203

ARANTES, Antonio Augusto. Paisagens Paulistas: transformação do espaço público. São Paulo: Ed. UNICAMP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

ARAUJO, Helena M. M. Memória e produção de saberes em espaços educativos não-formais. In.: **Uso do Passado** - XII Encontro Regional de Historia ANPUH-JR. 2006, p.01

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS **NBR 6023**: Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. 6p.

AUGÉ, Marc. **Non-places**: introduction to an anthropology of super modernity. London/New York: Verso, 1995.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.

BARROS, José D'Assunção, **Cidade e História** - 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BASTOS, Rossano L. Patrimônio, Memória, Direito Cultural e Território In: NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia T. (Org.) **Patrimônio cultural, territórios e identidade** – Florianópolis : Atilênde, 2012. p. 85-104

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida** Ed. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2001.

BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis (RJ):Vozes, 2007

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (obras escolhidas vol. 1). p. 222-232

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas II** – Rua de Mao Única/ Infância em Berlim por volta de 1900/ Imagens do pensamento. Ed. Brasiliense, São Paulo - SP: 1987.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo : Brasiliense, 1984.

BENJAMIN, Walter. **Paris do segundo Império** - A boêmia; Flâuner; A modernidade. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Ed. UFMG, Belo Horizonte - MG: 2006.

BHABHA, Homi K. **The Location of Culture**. London: Routledge, 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001.

BONI, Valdete. QUARESMA, Sílvia J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais, **Em Tese**, Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/.../16976>

BOSI, Eclea. **A pesquisa em Memória Social** - Psicologia USP: São Paulo 4 (1/2), p 271-284, 1993.

BOSI, Eclea. **Memória da Cidade**: Lembranças Paulistanas - ESTUDOS AVANÇADOS 17 (47), 2003. p 197-211

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do mundo** - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. Programa: Salto para o Futuro. A cidade como espaço educativo. ano XVIII, boletim 03, Brasília: TVEscola/MEC/SED, 2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUENO, João B.G.; GUIMARÃES, Maria de Fátima; SILVA, Karla C.M. Educação Patrimonial: potencialidades da leitura de imagens visuais de patrimônio culturais em livros didáticos de história. In: PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fátima (Orgs.). **História, memória e patrimônio**: possibilidades educativas. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras: 1990.

CARVALHO, Marcus V. C. Moderno, Modernidade, Modernização: polissemias e pregnâncias In. GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes. (orgs.) **Moderno, Modernidade e Modernização**: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX. Volume I. Belo Horizonte : Mazza Edições, 2012.

CASÉ, Paulo. **A cidade desvendada**: reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano: seus mistérios e fascínios. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CASEY, Edward S. **Remembering**: a phenomenological study. Indiana University Press, 1987.

CASTELLS, Alicia N. G.; NARDI, Letícia. **Patrimônio cultural e cidade contemporânea** (org.) - Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

CASTELLS, Alicia N. G.; SANTOS, Jeana L. da C. **Patrimônio cultural e seus campos** (org.) - Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRIOTA, Leonardo B.; SOUSA, Vilmar P. de. A força do lugar: patrimônio cultural e memória urbana in. PIMENTA, Margureth de C. A.; FIGUEIREDO, Lauro C. (orgs.) **Lugares**: patrimônio, memória e paisagem -Florianópolis : Editora da UFSC, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 16 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009 [1980].

CHAVES, Rubens Sabino Ribeiro. **Aracaju: pra onde você vai?** Aracaju, SE: Edição do Autor, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**; tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª Ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHOU, José Walter Teles. **Aracaju: Imagem, Memória e Apropriação** - ARACAJU: 150 ANOS DE VIDA URBANA, Organização de Vera Lucia Alves França e Maria Lucia de Oliveira Falcon. - Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005. p 53-74

CHUVA, Márcia. A História como instrumento na identificação dos Bens Culturais. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria B. R. (Org.) **Inventário de identificação** : um programa da experiências brasileira - Rio de Janeiro : IPHAN, 1998.

COSTA, Lílian Araripe Lustosa. A Política Cultural do Conselho Federal de Cultura (1967-1976). In: II Jornada Discente do PPHPBC Intelectuais e Poder. **Artigo**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.15p.

COUTO, Edvaldo S. Walter Benjamin: ruas, objetos e passantes. In: COUTO, Edvaldo S. DAMIÃO, Carla M. **Walter Benjamin: Formas de percepção estética na modernidade** - Salvador: Quarteto Editora, 2008.

COUTO, Edvaldo S. DAMIÃO, Carla M. **Walter Benjamin: Formas de percepção estética na modernidade** - Salvador: Quarteto Editora, 2008.

CUNHA, Teresinha H. de A. A Identificação de Valores Culturais em Programas de Educação. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria B. R. (Org.) **Inventário de identificação** : um programa da experiências brasileira - Rio de Janeiro : IPHAN, 1998.

CURY, Cláudia Engler. "**Abrindo o baú de memórias**": políticas culturais no Brasil - subsídios para construções de brasilidade (1930 - 1990) - João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

D'ANGELO, Martha. **A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin** - Estudos Avançados, 20 (56), 2006. p 237-251

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889 - 2000)** - Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DEBUS, José C. dos S. Identidade cultural, Multiculturalismo e Patrimônio Cultural In: NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia T. (Org.) **Patrimônio cultural, territórios e identidade** – Florianópolis: Atilênde, 2012. p. 131-139

DELGADO, Andréa F. e OLIVEIRA, Ilse L. B. C. de. **Educação Patrimonial como Experiência Interdisciplinar: Patrimônio e Memória na cidade de Goiás** - Revista Solta a Voz, v19, n 2. 2008. p 135-150

DUARTE, André. Heidegger e Foucault, **Críticos da Modernidade**: humanismo, técnica e biopolítica. Trans/Form/Ação – vol. 29 n 2: Marília,SP, 2006.

FABRIS, Annateresa, **Fragmentos Urbanos**: representações culturais - Studio Nobel, São Paulo, 2000.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. **Materialidade da cultura escolar**. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança Educativa; Pro-Posições. volume 16, n. 1, UNICAMP, Campinas, SP - 2005. 87-102

FERNANDES, Renata Sieiro; GROppo, Luís Antonio; PARK, Margareth Brandini. **Cidade - Patrimônio Educativo**. Paco Editorial: 2012.

FERRAZ, Michel D. A evolução do conceito de “Patrimônio Cultural” na legislação brasileira in: **REVISTA DO MEMORIAL**, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe n.2, 2012. p. 157-181

FERREIRA, Alvaro. **A cidade do século XXI**: segregação e banalização do espaço - Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997.

FÓRUM UNIVERSAL DAS CULTURAS, 2004 Barcelona. **Agenda 21 da Cultura**: Um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural: documento orientador. Barcelona, 2004.

FREIRE, Paulo. Educação permanente e as cidades educativas. In.: FREIRE. Paulo. **Política e Educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, 2001. p.11-15.

GALZERANI, Maria C. B. **Práticas de ensino em projetos de educação patrimonial**: a produção de saberes educacionais, Pro-Posições, Volume 24, n.1, 2013.

GALZERANI, Maria C. B. **Memória, cidade e educação das sensibilidades**. RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 20, p. 1-10, 2012.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 1ed. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Patrimônio Cultural e ensino de história: reflexões sobre a remoção de uma vila de classes populares. In: SILVA, Adriana F.da; GASPAROTTO, Alessandra; AL-ALAM, Caiuá C.; FERRER, Everton de O.; FRAGA, Hilda J.de; BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Orgs.). **Ensino de História no Cone Sul**: patrimônio cultural, territórios e fronteiras. Porto Alegre: Evangraf / Unipampa Jaguarão, 2013.p. 147-162.

GIL, Carmem Z.de Vargas; PACIEVITCH, Caroline. **Patrimônio cultural e ensino de História**: experiências na formação de professores. OPSIS, Catalão, v.15, n. 1, p. 28-42, 2015.

GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes. (orgs.) **Moderno, Modernidade e Modernização**: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX. Volume I. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. 1995.

GOES, Allisson G. S. Espaço, Tempo e Sociabilidades na Cidade. **Revista Interfaces Científicas** – Humanas e Sociais – Aracaju, v.4, n.1, Editora Tiradentes, 2015, p.76-87

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os museus e a cidade. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario S. (Orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 171-186.

GOVERNO FEDERAL (BRASIL). MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. Cartas patrimoniais. Brasília: 1995. (Cadernos de Documentos, 3)

GOVERNO FEDERAL (BRASIL). MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: 2006.

GRAZIANO, André T. A paisagem educativa: um ensaio sobre o uso da paisagem como ferramenta educativa In: FERNANDES, Renata Sieiro; GROppo, Luís Antonio; PARK, Margareth Brandini. **Cidade - Patrimônio Educativo**. Paco Editorial: 2012.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomas Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro - Rio de Janeiro: 12ª ed. Lamparina, 2015.

HAYDEN, Dolores. **The power of place**. Cambridge: The MIT Press, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Pereira, et. al. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Otavio. **A ideia de Brasil moderno**, Brasiliense. São Paulo, 2004.

IPHAN, **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. MINISTÉRIO DA CULTURA. Rio de Janeiro: 2006.

IPHAN, **Memória e Educação**, CADERNO DE ENSAIOS 1, Rio de Janeiro, Paço Imperial, 2008.

IPHAN, **Educação patrimonial**: orientações ao professor. – CADERNO TEMÁTICO I, João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011.

IPHAN, **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, 2014.

IPHAN, **Cadernos do patrimônio cultural**: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro - Fortaleza: Secultfor, 2015.

IPHAN, **Aloísio Magalhães, o nome que inovou as políticas de patrimônio**, 2015. <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3216>

KELLY, A. V. **O currículo**. Teoria e Prática. São Paulo: Harbra. 1981. p. 03-07.

KNAUSS, Paulo. Prefácio in: MIRANDA, Sonia Regina. SIMAN, Lana M. C. C. (Org.) **Cidade, Memória e Educação** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. UNICAMP, Campinas, SP - 2013. 93-107

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos arquitetônicos**; tradução Neide Luzia de Rezende - 2ª Ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In: ANAIS DO MUSEU PAULISTA: **História e Cultura** - v.18, n.12, São Paulo, 2010.

LEFÈBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**; tradução Bernardo Leitão.[et al.]. - 5ª ed. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Rogério Proença **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea** – Campinas, SP: Editora da Unicamp: Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

LEITE, Rogério Proença (Org.) **Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade** – São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

LIMA, Livia M.G. A educação patrimonial e o turismo cultural como ações educativas não formais no contexto de fazendas históricas paulista In: FERNANDES, Renata Sieiro; GROppo, Luís Antonio; PARK, Margareth Brandini. **Cidade - Patrimônio Educativo**. Paco Editorial: 2012.

LOPES, Alice C., MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, João T. Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público In.: LEITE, Rogério Proença (Org.) **Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade** – São Cristóvão: Editora UFS, 2008, p.129-144.

LOPEZ, Immaculada. **Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local** - 1ª ed. - São Paulo: Museu da Pessoa: Senac São Paulo, 2008.

LOUREIRO, Kátia Afonso S. **A trajetória urbana de Aracaju em tempo de interferir**. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisa - INEP, 1983.

LÜTK, Gisele. Descobri a cidade, cultivar a história, florescer a identidade: uma proposta em Educação Patrimonial. In. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: produção didático-pedagógica, 2007** / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional. – Curitiba: SEED – PR., 2011. – (Cadernos PDE)

MACHADO, I. A. P. História, patrimônio e cidade: uma questão política. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 7, p. 1-14, jul./dez. 2012.

MANZINI, Eduardo José **Entrevista Semi-Estruturada**: análise de objetivos e de roteiro – Depto de Educação Especial, Programa de Pós Graduação em Educação, Unesp, Marília SP. Disponível em: www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf

MARANHÃO, Ana P. B.; AGUIAR, Sylvana M. B. de. Análise do processo histórico de patrimonialização e concepções sobre patrimônio. In: **REVISTA DO MEMORIAL**, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe n.2, 2012, p. 197-213.

MARTINEZ, Roberto. A Ecopedagogia e a Educação Ambiental nas Cidades Educadoras. In: FERNANDES, Renata Sieiro; GROppo, Luís Antonio; PARK, Margareth Brandini. **Cidade - Patrimônio Educativo**. Paco Editorial: 2012.

MATOS, Olgária C.F. **Benjaminianas**: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

MATOZZI, Ivo. Currículo de História e educação para o patrimônio. In: **Educação em Revista**, n.47, Belo Horizonte, 2008.

MELLINS, Murilo. **Aracaju Romântico que vi e vivi**. Anos 40 e 50. 3ª ed. - Aracaju: UNIT, 2007.

MESQUITA, Ilka Miglio de. **Urdidura e trama de memórias do ensino de história**. Aracaju – SE, digitado, 2008.

MIRANDA, Sonia Regina. **Sob o signo da memória**: cultura escolar, saberes docentes e história ensinada - São Paulo: Editora UNESP; Juiz de Fora: EDUFJF, 2007.

MIRANDA, Sonia Regina, BLANCH, Joan P. Cidade, Memória e Educação: conceitos para provocar sentidos no vivido In: MIRANDA, Sonia Regina. SIMAN, Lana M. C. C. (Org.) **Cidade, Memória e Educação** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p.93-107

MIRANDA, Sonia Regina, SIMAN, Lana M. C. C. A cidade como espaço limiar: sobre a experiência urbana e sua condição educativa, em caminhos de investigação In: MIRANDA, Sonia Regina. SIMAN, Lana M. C. C. (Org.) **Cidade, Memória e Educação** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p.13-37

MIRANDA, Sonia Regina. SIMAN, Lana M. C. C. (Org.) **Cidade, Memória e Educação** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria B. R. (Org.) **Inventário de identificação** : um programa da experiências brasileira - Rio de Janeiro : IPHAN, 1998.

MURTA, Stela Maris. Interpretação e valorização do patrimônio no planejamento urbano. In: ANPUR – Seminário Interdisciplinar Cidade e Produção do Cotidiano. Organização Circe Maria Gama Monteiro. **Anais**: Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Desenvolvimento Urbano, 1995.

NARDI, Letícia. Centro Histórico: entre a preservação e a dinâmica urbana - 1ª ed.- Curitiba, Appris, 2015.

NASCIMENTO, José Anderson. Sergipe e seus monumentos. Aracaju: J. Andrade, 1981.

NASCIMENTO, Tânia Tomázia do. Patrimônio Cultural: Conceituações e Questionamentos. In: NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia T. (Org.) **Patrimônio cultural, territórios e identidade** – Florianópolis: Atilênde, 2012.

NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Patrimônio Arquitetônico e História Urbana: ensaios sobre o patrimônio arquitetônico de Sergipe e sobre a estrutura sócio-espacial de Aracaju** - São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia T. (Org.) **Patrimônio cultural, territórios e identidade** – Florianópolis: Atilênde, 2012.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Paris, Ed. Gollinard, 1984 - Tradução autorizada: Yara Aun Houry, Dep. de História da PUC - SP, São Paulo, 1993.

OLIVA, Terezinha A. de. Aracaju na história de Sergipe. **Revista de Aracaju**, n.9, , 2002, p.113-125.

OLIVEIRA, Almir F. B. de. **Memória, história e patrimônio histórico**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

OLIVEIRA, P. de S. **Caminhos de construção da pesquisa em Ciências Humanas**. In: Metodologia das Ciências Humanas. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

PAIM, Elison Antonio. Educar para a memória e o patrimônio: possibilidades expressas no livro didático em Santa Catarina - Interagindo com a História. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JUNIOR, Arnaldo (Orgs.) **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 307-326.

PAIM, Aida R., PAIM, Elison A., GUIMARÃES, M^a de Fatima; GALZERANI, M^a Carolina B. **Tessitura de memória e história educacional: Projeto Marcos Históricos e Geográficos da cidade de Campinas/SP** . Revista Memória em Rede, Pelotas, V2, n.7, Jul/Dez. 2012.

PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fátima (Orgs.). **História, memória e patrimônio: possibilidades educativas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

PAIM, Elison Antonio; GUIMARÃES, Maria de Fátima. **No entrecruzar dos fios nasce uma trama de histórias, memórias, patrimônios e identidades** - Digitado, 2016.

PAIM, Elison Antonio. **Memórias e experiências do fazer-se professor(a)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

PANERAI, Philippe. **Formas Urbanas**: a dissolução da quadra. Philippe Panerai, Jean Castex, Jean-Charles Depaule; Tradução Alexandre Salvaterra. - Porto Alegre: Bookman, 2013.

PAULA, Zueleide C. de; MENDONÇA, Lúcia G.; ROMANELLO, Jorge Luis. **Polifonia do Patrimônio** - Londrina: EDUEL, 2012. p 21-46

PEIXOTO, Gustavo R. A arquitetura do café. In: UNESCO, **Arquitetura na formação do Brasil**. Organizado por Briane E.P. Bicca e Paulo R.S. Bicca – 2. Ed. – Brasília: UNESCO, IPHAN, 2008.

PÉRES, Carmem Lúcia Vidal. Patrimônio e Memória. In.: BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. **Salto para o Futuro**. PGM2 A cidade como espaço educativo. Ano XVIII, boletim 03, Brasília: TVEscola/MEC/SED, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, Memória e Centralidade Urbana**. Revista Mosaico, v. 1, n. 1, p 3-12, 2008a.

PESAVENTO, Sandra J. Imagem, memória, sensibilidades: territórios do historiador. In: RAMOS, Alcides F.; PATRIOTA, Rosangela; PESAVENTO, Sandra J. **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008b.

PIMENTA, Margureth de C. A.; FIGUEIREDO, Lauro C. (orgs.) **Lugares**: patrimônio, memória e paisagem - Florianópolis : Editora da UFSC, 2014.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO, Fernando de F. **Alguns nomes antigos do Aracaju**. 2.ed. Aracaju: Editora J. Andrade, 2011.

PRADO, Giliard; OLIVA, Therezinha. **Um herói para Sergipe**: estratégias de consagração de Fausto Cardoso. Anais da 57ª Reunião da SBPC. Fortaleza: Ceará, Julho: 2005.

PULS, Mauricio M. **Arquitetura e filosofia** - São Paulo: Annablume, 2006.

RABELLO, Sonia. **O Estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

REIS FILHO, Nestor G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. Coleção Debates, 8ª ed.: Editora Perspectiva, São Paulo, 1997.

RENAN, Ernst. What is a nation? In: BHABHA, Homi. **Narrating the nation**, Londres: Routledge, 1990.

REVISTA DE ARACAJU. **A Cidade do Aracaju**: ensaio sobre a evolução urbana (1855-1865): Fernando de F. Porto, ano II, número 2, 1944: 123-159.

REVISTA DE ARACAJU. **Namoro e Urbanismo**. Alberto Barreto de Melo, ano III, número 3, 1949: 47-55.

REVISTA DE ARACAJU. **As contribuições de melhoria e as obras de urbanismo em Aracaju**. José Aloísio Campos, ano III, número 3, 1949: 123-143.

REVISTA DE ARACAJU. **Modernidade e Educação em Aracaju**: Implantação e funcionamento dos Grupos Escolares (1911-1930). Crislane Barbosa de Azevedo, ano LXI, número 11, 2005: 63-86.

REVISTA DE ARACAJU. **Arquitetura residencial em Aracaju na primeira metade do século XX**. Benjamimvich Costa Schuster, ano LXI, número 11, 2005: 191-206.

REVISTA DE ARACAJU. **Leituras possíveis sobre a evolução das Praças Fausto Cardoso, Almirante Barroso e Olímpio Campos na cidade de Aracaju**. Graziela Nunes de Gois Andrade Santos, Carina Antonela Aragão Almeida e Eduardo Santos Nascimento, ano LXI, número 11, 2005: 207-216.

REVISTA DO MEMORIAL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe n.2, 2012.

REVISTA USP, São Paulo, n.15, 1992 (Dossiê Walter Benjamin).

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: Métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROLAND, Ana Maria. Memórias da Cidade. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria B. R. (Org.) **Inventário de identificação** : um programa da experiências brasileira - Rio de Janeiro : IPHAN, 1998.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade** - São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos, 203)

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Tradução Eduardo Brandão. - 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RUBINO, Silvana. Nem findas nem lindas: cidades e gestão da memória. In: LEITE, Rogério Proença (Org.) **Cultura e vida urbana**: ensaios sobre a cidade- São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

SANTIAGO, Selma. **Gestão da Cultura para o desenvolvimento de cidades** - Guaramiranga, um estudo de caso - Brasília: Logos 3, 2013.

SANTOS, Jeana L. da C. Beneditinos da história mínima: Benjamim, o colecionador e o cronista. In: CASTELLS, Alicia N. G. de; e NARDI, Leticia (org.) **Patrimônio, cultura e cidade contemporânea** - Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. p 49-65

SCHIMIDT, Maria Luisa Sandoval e MAHFOUD, Miguel. **Halbwachs**: Memória Coletiva e Experiência. Psicologia USP, S. Paulo, 4 (1/2), 1993. p 285 - 298

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Monumentos Sergipanos**: Bens protegidos por Lei e tombados através de Decretos do Governo do Estado. Org. Ana

Conceição Sobral de Carvalho e Rosina Fonseca Rocha. Aracaju: Gráfica Sercore, 2006.

SEGAWA, Hugo. Modernidade Pragmática: arquitetura no Brasil dos anos 1920 a 1940. In. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. Centro de Arquitetura e Urbanismo. **Art Déco na América Latina: 1º Seminário Internacional**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1997.

SILY, Paulo Rogério M. A cidade como espaço educativo. In.: BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. **Salto para o Futuro**. Proposta Pedagógica - A cidade como espaço educativo. Ano XVIII, boletim 03, Brasília: TVEscola/MEC/SED, 2008.

SILVA, Ana M. R. **Requalificação Urbana: O exemplo da intervenção Polis em Leiria** Tese de Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011. p.46.

SILVA, César Henrique Matos e, **Espaços públicos fortes: transformações e ressignificações do centro da cidade de Aracaju**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

SILVA, Sandro Vasconcelos da. **O costume da praça vai a casa: As transformações urbanas e suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830-1880)**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História Social da Cultura Regional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SILVEIRA JUNIOR, Antonio C. P. **Referência, Mídia e Projeto: compreendendo a estética da Arquitetura protomodernista em Pelotas-RS**. Pelotas, 2012, 410p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Pelotas.

SOUTELO, Luiz F. R. **Memória Cultural: uma trajetória**. Alinhavando fiapos de memória [digitalizado] Aracaju, 2008.

SOUZA, Antonio Lindvaldo. Relatório da área de História. In: **Relatório do projeto Bairros Centrais de Aracaju: Patrimônio Cultural e Proteção**. Aracaju: IPHAN, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TORRES, Natália P., Paisagem cultural urbana e patrimônio: dispositivos de configuração política da cidade contemporânea. In.: CASTELLS, Alicia N. G.; SANTOS, Jeana L. da C. **Patrimônio cultural e seus campos** (org.) - Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

UNESCO, **Arquitetura na formação do Brasil**. organizado por Briane E.P. Bicca e Paulo R.S. Bicca – 2. Ed. – Brasília: UNESCO, IPHAN, 2008.

UNIVERSIDADE TIRADENTES - **Sergipe Panorâmico**, Organização: Jouberto Uchôa de Mendonça e Maria Lúcia Marques Cruz - Aracaju: UNIT, 2002.

WITTE, Brend. A crise da transmissibilidade: Cidade, escrita, memória. In COUTO, Edvaldo S. DAMIÃO, Carla M. **Walter Benjamin**: Formas de percepção estética na modernidade - Salvador: Quarteto Editora, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.p. 7-72

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANIRATO, Silvia H. O lugar da paisagem cultural no patrimônio in: PIMENTA, Margureth de C. A.; FIGUEIREDO, Lauro C. (orgs.) **Lugares**: patrimônio, memória e paisagem - Florianópolis : Editora da UFSC, 2014.

Apêndice A – Roteiro de entrevista 1

UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPED
Mestrado em Educação

PEDRAS QUE FALAM: O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DE ARACAJU NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Edilio José Soares Lima

Grupo 01 – Especialistas

1. Como é constituído o acervo patrimonial nas esferas nacional, estadual e municipal?
2. Quais os critérios para a seleção dos bens materiais (arquitetônico) do acervo patrimonial?
3. Como se dá a manutenção desses acervos?
4. Nas políticas de preservação a Educação Patrimonial é explorada com instrumento de gestão? Como?
5. Há continuidade nessas ações? Se há, como?
6. Qual a importância do período de Modernidade da Cidade (início do século XX) na composição do acervo cultural material de Aracaju?
7. Existem programas na gestão cultural que visem à aproximação com escolas no intuito de implantação de ações em Educação Patrimonial? Se existem, como se dá essa aproximação? Se não, por quê?
8. Como o acervo do patrimônio cultural (arquitetônico) pode servir a Educação Patrimonial?
9. Como ações que potencializem as experiências junto a esse acervo poderiam aumentar a apropriação desses bens por parte da comunidade contribuindo para sua preservação?
10. Você acredita que o acervo cultural oficial representa a identidade do aracajuano? Como?

Apêndice B – Roteiro de entrevista 2

UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPEd
Mestrado em Educação

PEDRAS QUE FALAM: O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DE ARACAJU NO COTIDIANO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Edilio José Soares Lima

Grupo 02 – Professores

1. Como o patrimônio cultural vem sendo trabalhado nas instituições de ensino público em Aracaju?
2. Como as recomendações de interdisciplinaridade e transversalidade da Educação Patrimonial possuem espaço no currículo da sua escola?
3. Explique como o atual acervo patrimonial pode representar a identidade do aracajuano?
4. A escola que você trabalha já realizou alguma ação de Educação Patrimonial em parceria com órgãos de Patrimônio (IPHAN, SECULT ou Funcaju)? Quais?
5. Você trabalha a Educação Patrimonial em sala de aula? Como?
6. O conjunto arquitetônico do centro da cidade de Aracaju poderia ser utilizado como instrumento didático para a Educação Patrimonial? De que forma?
7. Você consegue perceber qual período histórico se destaca na formação do acervo patrimonial (material) da nossa cidade? Alguma vez isso já foi debatido em sala de aula? Como? Quais os resultados?
8. Você acredita que seus alunos possam aprender sobre a cidade e sua história em uma simples experiência de caminhar pelo centro de Aracaju? Como?
9. Você acredita que ações que potencializassem as experiências junto a esse acervo poderiam aumentar a apropriação desses bens por parte da comunidade? Como?

Apêndice C – Roteiro de entrevista 3

UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPED
Mestrado em Educação

**PEDRAS QUE FALAM: O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DE ARACAJU NO
COTIDIANO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Edilio José Soares Lima

Grupo 03 – Transeuntes/Usuários

1. Como você vê todo esse conjunto arquitetônico do centro histórico da cidade de Aracaju?
2. Você acha que esse acervo conta um pouco da sua história como cidadão aracajuano?
3. Você se identifica com esses prédios (conjunto) históricos?
4. Qual a importância que eles têm para você?
5. Você sabe qual período histórico eles representam?
6. Um passeio pelo centro da cidade pode ser considerado uma aula sobre a história de Aracaju?
7. Você acredita que as pessoas podem aprender alguma coisa sobre a cidade em uma simples experiência de caminhar pela cidade?
8. Como as pessoas poderiam se aproximar mais desse acervo e valorizá-lo como parte de sua história?
9. Você acha que os estudantes poderiam utilizar esse patrimônio para conhecer melhor a história de sua cidade?